



Agência das Bacias PCJ



COMITÊS PCJ

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DOS PREÇOS UNITÁRIOS BÁSICOS DAS COBRANÇAS PCJ

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

Piracicaba, agosto de 2013

EXPEDIENTE

Agência das Bacias PCJ

Presidência
Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Diretor Administrativo e Financeiro
Sérgio Razera

Diretora Técnica
Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Coordenação Administrativa
Ivens de Oliveira

Coordenação Financeira
Eduardo Massuh Cury

Coordenação de Gestão
Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenação de Projetos
Elaine Franco de Campos

Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos
Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

Coordenação do Sistema de Informações
Eduardo Cuoco Léo

Assessoria de Comunicação
Ivanise Pachane Milanez

Equipe Técnica e Administrativa

Analista de Informática
Alexandre da Silva

Analista Administrativo
Elizabeth Akiko Umebayashi
Laís Maria Spinelli

Analista Técnica
Helena Gonçalves
Leonardo Lucas Baumgratz
Maria Eugenia Martins

Auxiliar Administrativo
Juliana Guilmo

Auxiliar Técnico
Fábio Coca

Estagiários

Aline de Fátima Rocha Meneses – Coordenação de Projetos
Bruna Campos – Coordenação Administrativa e Financeira
Bruna Eveline Domingos Petrini - Coordenação Financeira
Ingrid Fontes Grizotto – Assessoria de Comunicação
Marina Peres Barbosa - Coordenação de Projetos
Karla Romão - Coordenação de Projetos
Ronnie Carlos Peguim - Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos
Pedro Franco - Assessoria de Comunicação

Comitês PCJ

Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
Gabriel Ferrato dos Santos
Prefeito Municipal de Piracicaba

Presidente do CBH-PJ e 1º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL
Jefferson Benedito Rennó,
Prefeito Municipal de Sapucaí-Mirim/MG.

Vice-presidente do CBH-PCJ E 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL
Marco Antônio dos Santos
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE.

Vice-presidente do CBH-PJ
José Maria do Couto
Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva - SINMEC

3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL
Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – SRHU/MMA.

Secretário-executivo dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL E CBH-PJ)
Luiz Roberto Moretti
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – SSRH e Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE.

Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ
Leonildo Ednilson Urbano
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Secretário-executivo Adjunto do CBH-PJ
Sidney José da Rosa
Prefeitura Municipal de Itapeva/MG

Câmaras e Grupos Técnicos

Coordenador da CT-PB
Harold Gordon Fowler
Instituto de Proteção Sócio-ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA

Coordenadora Adjunta da CT-PB
Regina Aparecida Ribeiro
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Secretária da CT-PB
Myrian Nolandí Costa
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE.

Coordenador do GT-Cobrança
Roberto Mario Polga
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

FIGURAS

Figura 1 –Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Bacias PCJ.....	1
Figura 2 – Evolução das cargas orgânicas nas Bacias PCJ.....	3
Figura 3 - Perfil do Sistema Cantareira.	4
Figura 4 - Cenário Base 2008 - classes de qualidade (OD, DBO _{5,20} e Q _{7,10}).	5
Figura 5 - Organograma dos Comitês PCJ.....	7
Figura 6 - Proposta de atualização do enquadramento dos corpos d'água nas Bacias PCJ.	13
Figura 7 – Atendimento à proposta de enquadramento em 2014 com recursos financeiros disponíveis.	15
Figura 8 – Atendimento à proposta de enquadramento em 2020 com recursos financeiros disponíveis.	16
Figura 9 – Carga lançada anual (t DBO _{5,20}).	23
Figura 10 – Arrecadação anual da carga DBO _{5,20} (R\$).23	
Figura 11 – Impacto da cobrança na receita operacional dos principais municípios contribuintes nas Bacias PCJ (2007 a 2010).	24
Figura 12 - Valores arrecadados - cobrança federal 2006 – 2012.	27
Figura 13 - Arrecadação cobrança estadual paulista de 2007 a 2012.....	28
Figura 14 - Arrecadação cobrança estadual mineira de 2010 a 2012.....	29
Figura 15 - Arrecadação total com as Cobranças PCJ de 2006 a 2012.....	29
Figura 16 - Cobrança federal 2006 a 2012.	31
Figura 17 - Cobrança estadual paulista 2007 a 2012.	31
Figura 18 – Cobrança mineira 2010 a 2012.	32
Figura 19 – Cobranças PCJ (total).	32
Figura 20 - Valor global deliberado por município.	35
Figura 21 - Valor global deliberado <i>per capita</i>	36
Figura 22 - Comparação entre arrecadação anual e desembolso anual na cobrança federal PCJ (2006 a 2012).	38
Figura 23 - Arrecadação e desembolso acumulados de 2006 a 2012 na cobrança federal PCJ.	39
Figura 24 – Ensaio comparativo entre cargas orgânicas domésticas observadas entre 2007 a 2012 nas Bacias PCJ e cenário desejável do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020.	40
Figura 25 – Frequência do IQA para as Bacias PCJ de 2000 a 2012.....	41
Figura 26 - Frequência do IET para as Bacias PCJ de 2000 a 2012.....	42

TABELAS

Tabela 1– Balanço entre disponibilidade e demanda ..	2
Tabela 2 - Programa de Investimentos do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 por PDC.....	17
Tabela 3 - Número de usuários, em cobrança, em rios de domínio federal em 2012.	20
Tabela 4 - Número de usuários, em cobrança, em rios de domínio paulista em 2012.....	21
Tabela 5 - Valores arrecadados por tipo de uso dos principais contribuintes em 2011 e 2012	22
Tabela 6 - Número em kg/ano de carga lançada e equivalência em reais cobrados.....	22
Tabela 7 - Número de usuários, em cobrança, em rios de domínio mineiro em 2012.....	25
Tabela 8 - Situação dos empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ com recursos das cobranças PCJ e FEHIDRO.....	34
Tabela 9 – Arrecadação e desembolso anual da cobrança federal PCJ (2006 a 2012).....	37
Tabela 10 – Arrecadação e desembolso acumulado da cobrança federal PCJ (2006 a 2012)	38
Tabela 11 - Representatividade das cobranças PCJ em relação ao Plano das Bacias PCJ 2004 a 2007	44
Tabela 12 - Simulação de arrecadação total anual 2012 a 2020 – cobranças PCJ (PUBs 2012)	45
Tabela 13 - Valores dos PUBs aprovados em 2005 e vigentes de 2006 a 2012.....	48
Tabela 14 - Valores atualizados para os PUBs – 2013 a 2016.....	52
Tabela 15 - Participação dos votos na Plenária do CBH-PCJ de 14/12/12.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Situação das Bacias PCJ	1
1.2. Os Comitês PCJ	6
1.3. A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ).	8
1.4. As cobranças pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ	9
2. O PLANO DAS BACIAS PCJ 2010 A 2020.....	12
2.1. O enquadramento dos corpos d'água como enfoque	12
2.2. Cenários	14
2.3. Acompanhamento da Implementação do Plano.....	17
3. CADASTRO DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS	20
3.1. Usuários federais pagantes.....	20
3.2. Usuários paulistas pagantes	20
3.3. Usuários mineiros pagantes	24
4. ESTUDOS FINANCEIROS	26
4.1. A arrecadação da cobrança federal PCJ.....	26
4.2. A arrecadação da cobrança paulista PCJ.....	27
4.3. A arrecadação da cobrança mineira PCJ.....	28
4.4. Aplicação dos recursos arrecadados	30
4.5. Situação dos empreendimentos contratados	33
4.6. Desembolso.....	37
4.7. Resultados	39
5. PREMISSAS E EMBASAMENTO DA PROPOSTA.....	43
5.1. Tramitação nas câmaras e grupos técnicos	46
5.2. Aprovação no âmbito dos Plenários dos Comitês PCJ	48
5.3. Resultado da votação que aprovou a proposta	53
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXO A - DELIBERAÇÃO DOS COMITÊS PCJ Nº 160/12	61
ANEXO B - ATA DA 10ª REUNIÃO PLENÁRIA - ITAPEVA 14/12/12.....	70
ANEXO C - RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS.....	79
ANEXO D - RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS	92
APÊNDICE - RELATÓRIO SÍNTESE DO PLANO DE BACIAS PCJ 2010 A 2020.	99

1. INTRODUÇÃO

1.1. Situação das Bacias PCJ

As Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Bacias PCJ – estão localizadas na Região Sudeste, predominantemente na porção Centro-Leste do Estado de São Paulo e uma pequena porção no extremo Sul do Estado de Minas Gerais, ocupando aproximadamente 15.320 km², sendo 92% da área situada no Estado de São Paulo, envolvendo 71 municípios e 8% no Estado de Minas Gerais, com 5 municípios. Os principais cursos d'água dessa região, o Piracicaba, o Capivari e o Jundiaí são afluentes da margem direita do Rio Tietê, no trecho Médio Superior.



Figura 1 –Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Bacias PCJ.

Fonte: Comitês PCJ (2009).

A bacia do Rio Piracicaba possui uma área de cerca de 12.600 km², sendo que 11.320 km² estão no Estado de São Paulo e 1.280 km² no Estado de Minas Gerais. As bacias dos Rios Capivari e Jundiaí têm áreas de 1.570 km² e 1.150 km², respectivamente, e estão localizadas integralmente no Estado de São Paulo.

A população dos municípios das Bacias PCJ passou de 2.518.879 habitantes em 1980 para 3.686.943 em 1991, 4.593.209 em 2000 e 5.185.954 em 2006. Estima-se que este contingente represente 12,64% da população do Estado de São Paulo e 2,74% da população brasileira. Cerca de 99% da população das Bacias PCJ encontra-se na porção paulista.

Levando em conta o comparativo entre disponibilidade e demanda no uso da água observa-se que as captações nas Bacias PCJ somam 34,5 m³/s. Tal vazão representa aproximadamente 90% da disponibilidade hídrica. Os lançamentos nos corpos d'água perfazem 18,9 m³/s (o que equivale a cerca de 54% da vazão captada). Estes dados são detalhados por sub-bacias na Tabela 1.

Tabela 1– Balanço entre disponibilidade e demanda

Sub-Bacia	Vazões (m ³ / s)			
	Q _{disponível}	Captações	Lançamentos	Saldo
Atibaia	8,54	10,02	5,79	4,3
Camanducaia	3,5	0,85	0,36	3,01
Jaguari	7,2	6,11	1,59	2,68
Corumbataí	4,7	2,78	1,18	3,09
Piracicaba	8,16	6,63	5,24	6,77
Capivari	2,38	3,5	2,64	1,52
Jundiaí	3,5	4,65	2,09	0,93
Total PCJ	37,98	34,55	18,89	22,31

Fonte: Adaptado de COBRAPE (2011).

Quando considerado o aspecto da qualidade da água, chama atenção o fato das atividades humanas locais gerarem grande quantidade de carga orgânica. A Figura 2 apresenta os valores de cargas orgânicas domésticas potenciais, removidas e remanescentes nas Bacias PCJ.

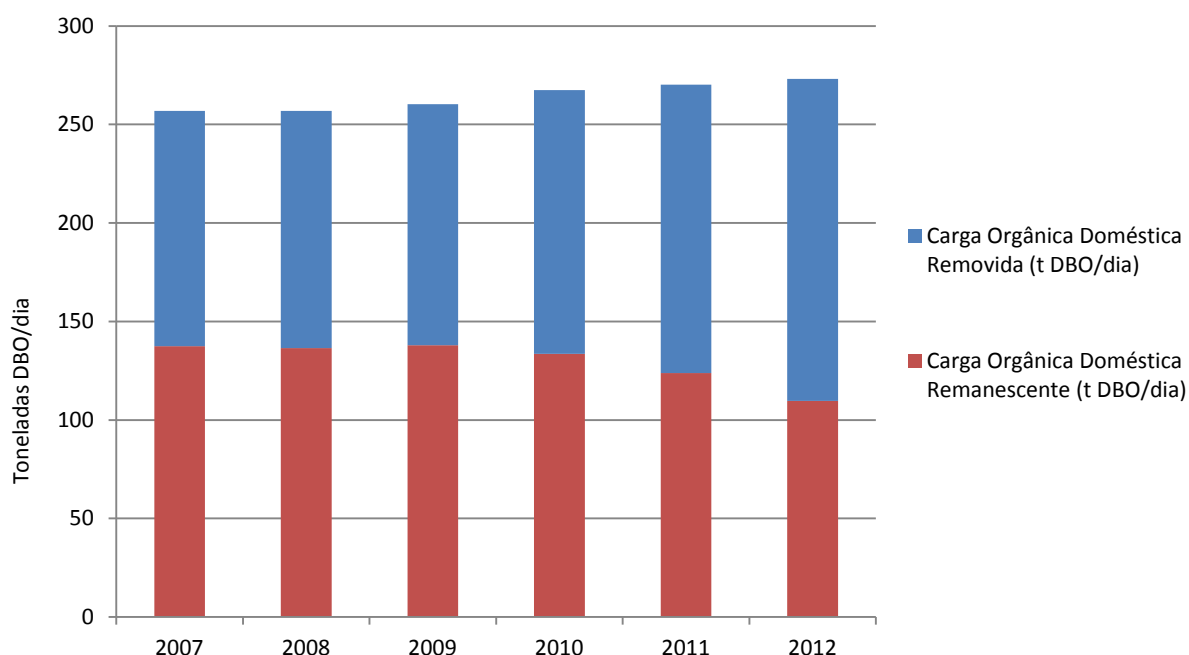


Figura 2 – Evolução das cargas orgânicas nas Bacias PCJ.

Fonte: Adaptado a partir dos Relatórios de Situação das Bacias PCJ (THESIS (2010) e IRRIGART (2005)) e Relatórios de Qualidade das Águas Interiores da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB 2007 a 2012).

Destaque-se, ainda, a importância dos reservatórios do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ. Trata-se de um complexo de represamentos voltados ao abastecimento público de água que começou a ser instalado na década de 60 e que é considerado um dos maiores do mundo. Os reservatórios do sistema, que represam importantes formadores do Rio Piracicaba, situam-se em diferentes níveis e são interligados por 48 km de túneis, conforme ilustrado na Figura 3. Este complexo, que operacionaliza uma transposição de até 33 m³/s de água para a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, está associado ao decréscimo na oferta hídrica das Bacias PCJ e a conflitos no uso dos recursos hídricos. Atualmente o Sistema Cantareira serve ao abastecimento de aproximadamente 8 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

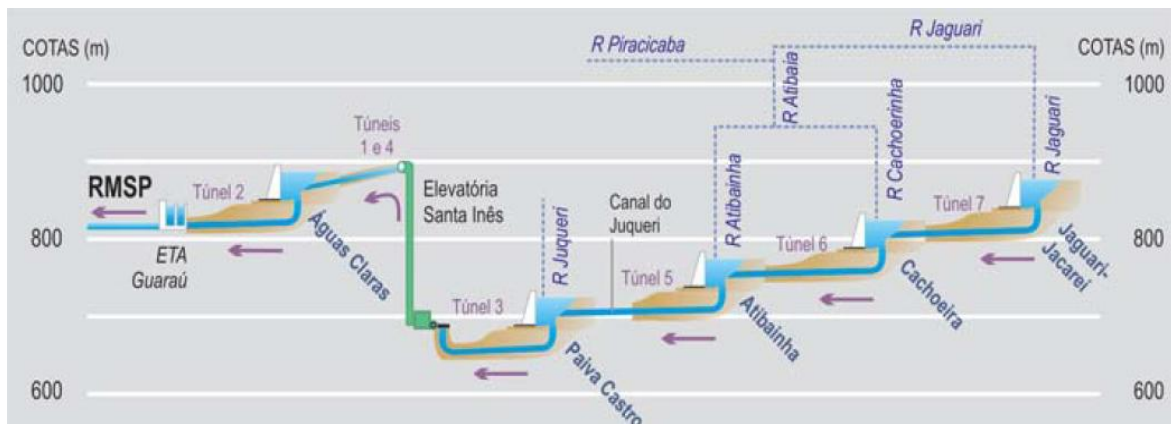


Figura 3 - Perfil do Sistema Cantareira.

Fonte: ANA (2010).

A Figura 4 apresenta a situação dos recursos hídricos das Bacias PCJ, no “cenário base” do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020. Esta ilustração mostra que mais de 60% dos corpos d’água analisados encontram-se fora dos parâmetros almejados pelos Comitês PCJ. Ressalta-se, contudo, que o mesmo documento estabelece um extenso programa de investimentos que objetiva aumentar o percentual de corpos d’água dentro das classes propostas.

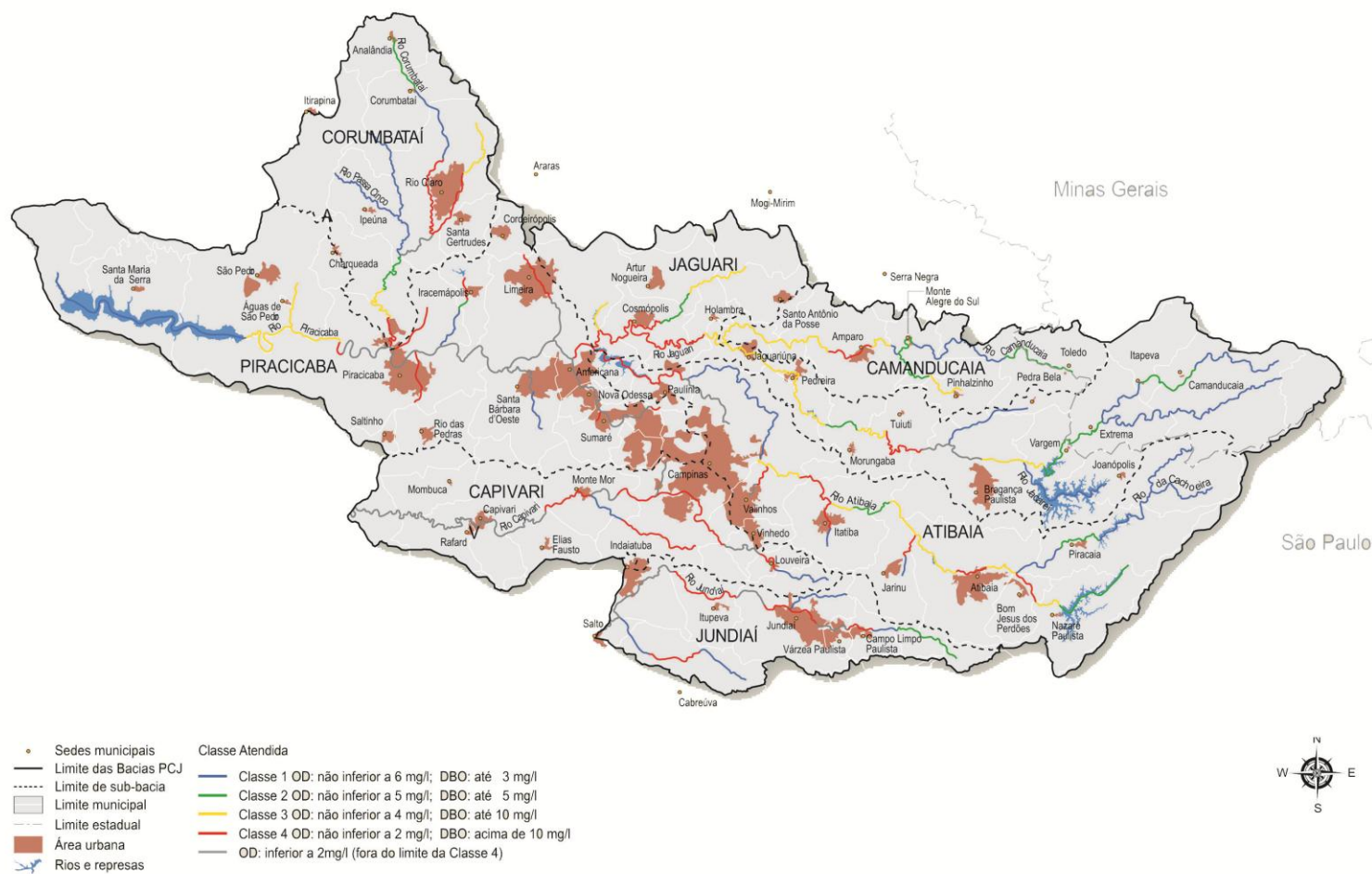


Figura 4 - Cenário Base 2008 - classes de qualidade (OD, DBO_{5,20} e Q_{7,10}).
Fonte: COBRAPE (2011).

1.2. Os Comitês PCJ

Os comitês de bacias hidrográficas existentes nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ) foram criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ).

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o CBH-PCJ, criado no Estado de São Paulo, tem uma composição de plenário tripartite, sendo: Poder Executivo Estadual (1/3); Poderes Executivos Municipais (1/3) e Sociedade Civil (1/3). O segmento da Sociedade Civil é dividido entre os usuários, ONGs, universidades e sindicatos e associações técnicas. Foi o primeiro dos três comitês a ser instalado nas Bacias PCJ, em 18/11/1993.

Na sequência, em 30/03/2003, foi instalado nas Bacias PCJ o comitê envolvendo rios de domínio da União, o PCJ FEDERAL, com a mesma denominação do comitê paulista, agora englobando o território mineiro da bacia do rio Piracicaba e todo o território do CBH-PCJ, com seu plenário possuindo a seguinte composição: representantes dos poderes executivos federal, estaduais (MG e SP) e municipais, paulista e mineiros, (máximo 40%); representantes dos usuários de MG e SP (40%); e representantes mineiros e paulistas da sociedade civil (mínimo 20%).

O último comitê instalado nas Bacias PCJ foi no estado de Minas Gerais, em 27/03/2008, denominado Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, o CBH-PJ, cujo plenário possui 4 segmentos com igual número de votos: 25% para poder executivo estadual; 25% para poder executivo municipal; 25% para usuários de recursos hídricos e 25% para organizações civis.

Em reunião histórica para as Bacias PCJ, os três comitês de bacias aqui mencionados, em reunião conjunta, aprovaram a Deliberação Conjunta do CBH-PCJ/PCJ FEDERAL/CBH-PJ, de 27/06/2008, que estabeleceu a forma de atuação integrada dos comitês CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ e uniformizou sua denominação, conforme segue:

Artigo 1º Todas e quaisquer reuniões do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ serão realizadas conjuntamente, devendo:

- a) possuir pauta única;
- b) ser realizada no mesmo local, data e horário;
- c) ter convocação conjunta;
- d) ter suas decisões consubstanciadas por meio de Deliberações Conjuntas;
- e) ter verificação de quorum, para início da reunião, individual para cada comitê.

Artigo 2º As Câmaras e Grupos Técnicos e de Acompanhamento atualmente existentes, atuantes no âmbito do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passam a atuar também no âmbito do CBH-PJ.

Artigo 3º O CBH-PCJ, o PCJ FEDERAL e o CBH-PJ, para fins de identificação de sua atuação integrada e para comunicações conjuntas com a sociedade, com órgãos e entidades públicas e com os Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente passam a denominarem-se Comitês PCJ.

Assim, os Comitês PCJ, por representarem um conjunto de três comitês de bacias (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ) atuando de forma integrada, possuem um plenário diferenciado decorrente da composição dos plenários de cada um desses comitês; 12 Câmaras Técnicas compartilhadas pelos três comitês, além de seus grupos de trabalho e grupos de acompanhamento, conforme detalhado na Figura 5.

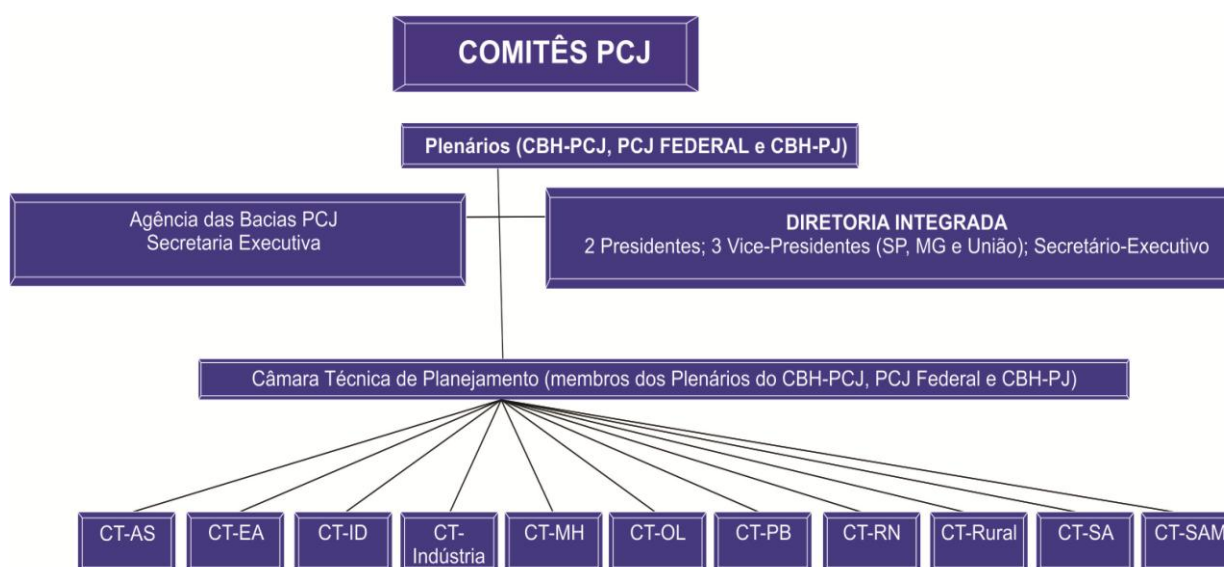


Figura 5 - Organograma dos Comitês PCJ.

Fonte: Adaptado de Comitês PCJ (2013).

1.3. A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ).

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) está devidamente constituída na forma jurídica de Fundação de Direito Privado, sem finalidades lucrativas, conforme previsto na lei estadual paulista nº 10.020/98, na qual consta como suas finalidades, primordialmente, fazer as necessárias articulações institucionais para gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, arrecadar e aplicar recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em corpos d'água de domínio estadual paulista.

No âmbito da legislação federal, em especial as leis nº 9.433/97 e nº 10.881/04, a Agência das Bacias PCJ recebeu a delegação das funções de Agência de Água, sendo indicada pelos Comitês PCJ (Deliberação Comitês PCJ nº 033/2009, de 21/05/2009) e aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH por meio da Resolução CNRH nº 111/2010, de 13/04/2010.

Em 24/01/2011 a Agência das Bacias PCJ celebrou o Contrato de Gestão nº 03/11 com a Agência Nacional de Águas (ANA) para exercer as funções de entidade delegatária de Agência de Água, tornando-se responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros advindos da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas Bacias PCJ.

No âmbito da legislação mineira, a figura jurídica de fundação de direito privado não pode receber a equiparação das funções de Agência de Bacia. Desta forma, atualmente, a Agência das Bacias PCJ vem atuando em colaboração com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) nos trabalhos de secretaria executiva do CBH-PJ.

Assim, a Agência das Bacias PCJ é o braço executivo dos Comitês PCJ e de forma integrada vem realizando uma série de ações buscando atingir metas de melhoria na recuperação e proteção dos rios da região.

Dentre as atividades previstas para as agências de água ou de bacias, na legislação tanto federal quanto estaduais paulista e mineira, está a de participar dando apoio técnico e administrativo para os comitês de sua área de atuação, assim como, propor a estes os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos.

1.4. As cobranças pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ

Nas Bacias PCJ, pelo fato de existirem águas de três domínios, há, também, três formas de cobrança pelo uso de recursos hídricos, regulamentadas de formas distintas.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ foi iniciada em 1º/01/2006 com a cobrança somente sobre os usuários de rios de domínio da União. Em 1º/01/2007 iniciou-se a cobrança sobre os usuários de rios de domínio do estado de São Paulo e, finalmente, em 1º/01/2010, iniciou-se a cobrança sobre os usuários de rios de domínio do estado de Minas Gerais.

Cabe ressaltar que os usuários rurais são cobrados nos rios de domínio da União e de Minas Gerais, mas, ainda não são cobrados nos rios de domínio do estado de São Paulo, pois se aguarda a publicação de decreto do governador autorizando essa cobrança, sendo que minuta desse instrumento foi aprovada e apresentada como sugestão, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União foi aprovada pelos Comitês PCJ por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, de 21/10/2005, alterada, por solicitação do CNRH, pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027/05, de 30/11/2005. Nos corpos hídricos de domínio do estado de São Paulo, a cobrança foi aprovada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 048/06, de 28/09/2006, com alteração no art. 9º feita por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ *ad referendum* nº 053/06, de 21/11/2006, que foi referendada por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 054/2006, de 12/12/2006. Finalmente, a cobrança nos corpos hídricos de domínio do estado de Minas Gerais foi aprovada pelos Comitês PCJ por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 021/08, de 12/12/2008. Todas as deliberações aqui mencionadas foram devidamente encaminhadas, discutidas e aprovadas pelos respectivos conselhos de recursos hídricos e demais instâncias, conforme segue:

- Cobrança federal: Resolução CNRH nº 52, de 28/11/2005;
- Cobrança paulista: Deliberação CRH nº 68, de 6 de dezembro de 2006 (referendando) Decreto nº 51.449, de 29 de dezembro de 2006 (aprovando);
- Cobrança mineira: Deliberação CERH nº 213, de 27 de março de 2009.

Para as três cobranças (federal, paulista e mineira) implantadas nas Bacias PCJ, os Comitês PCJ definiram sua incidência sobre três fatores:

- Derivações, captações e extrações de água (superficial e subterrânea);
- Consumo de água;
- Lançamento de carga de $DBO_{5,20}$.

Devido à existência do Sistema Cantareira nas cabeceiras do rio Piracicaba, cujo objetivo é abastecer a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por sua significância nos valores arrecadados, foi criado um quarto fator chamado “transposição de bacia”, que não aparece explicitamente na cobrança paulista, mas está inserido em coeficientes ponderadores. Para cada um dos fatores acima mencionados foram estabelecidos valores unitários, por metro cúbico de água captada ou consumida ou por quilograma de carga lançada.

Cabe destacar que os valores unitários utilizados para a obtenção dos valores individuais a serem pagos possuem denominações diferentes nas legislações vigentes sendo que, para o sistema paulista é utilizada a denominação de Preço Unitário Básico (PUB) e Preço Unitário Final (PUF = PUB x coeficientes ponderadores) e pelos sistemas mineiro e federal a denominação utilizada é Preço Público Unitário – PPU.

Também é pertinente lembrar que na legislação paulista existem limites máximos a serem respeitados para o PUF para a parcela da captação de água bruta e para os valores cobrados para as cargas lançadas (Lei nº 12.183, de 29/12/2005), assim como para o PUF do volume consumido (Deliberação CRH nº 90, de 10/12/2008).

Assim, a Lei nº 12.183, de 29/12/2005, em seus artigos 12 e 15, determina:

Artigo 12. O valor a ser cobrado por captação, extração, derivação e consumo resultará da multiplicação dos respectivos volumes captados, extraídos, derivados e consumidos pelos correspondentes valores unitários, e pelo produto dos coeficientes que considerem os critérios estabelecidos no artigo 9º, respeitado o limite máximo correspondente a **0,001078 UFESP** (um mil e setenta e oito milionésimos de UFESP) por m³ captado, extraído ou derivado.[...]

Artigo 15 - O valor a ser cobrado pela utilização dos recursos hídricos para a diluição, transporte e assimilação das cargas lançadas nos corpos d'água resultará da soma das parcelas referentes a cada parâmetro, respeitado o teto de **3 vezes o valor a ser cobrado por captação**, extração, derivação e consumo desde que estejam sendo atendidos os padrões de lançamentos estabelecidos pela legislação ambiental vigente.

Por sua vez, a Deliberação CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008, no §1º de seu art. 5º, estabelece:

§1º O Preço Unitário Final para fins de consumo (PUFCONS) deverá respeitar o limite máximo de 0,002156 UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) por metro cúbico consumido, até o final do exercício de 2010.

O valor acima descrito teve sua validade prorrogada por meio do art. 1º da Deliberação CRH nº 140, de 13 de dezembro de 2011, conforme segue:

Artigo 1º Fica prorrogada a validade da Deliberação CRH nº 90, de 10/12/2008, até 31/12/2013, devendo ser reavaliada em 2013, para efeito da continuidade da cobrança a partir de 2014.

O Presente Relatório de Fundamentação tem por objetivo subsidiar as manifestações dos Conselhos de Recursos Hídricos, nacional (CNRH) e estaduais, paulista (CRH/SP) e mineiro (CERH/MG), assim como, apresentar as informações mais relevantes sobre o processo de discussão e aprovação, no âmbito dos Comitês PCJ, da revisão dos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, nos três domínios: federal, estadual paulista e estadual mineiro, possibilitando assim a discussão deste tema nessas instâncias.

2. O PLANO DAS BACIAS PCJ 2010 A 2020

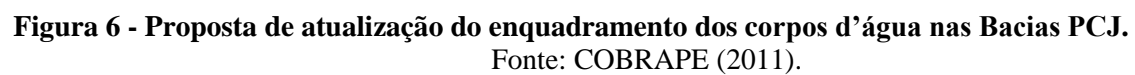
O Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d'Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d'Água até o ano de 2035 (COBRAPE, 2010), após três anos de discussões, foi aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, tendo sido observadas as diretrizes estabelecidas nas legislações de recursos hídricos de SP, MG e União, estando, portanto, em plena vigência e em constante acompanhamento de sua implementação.

2.1. O enquadramento dos corpos d'água como enfoque

O enfoque do plano de bacias está, de forma inovadora, associado a uma proposta de enquadramento dos rios em classes. Objetiva-se de buscar a implementação de ações visando à conservação e a recuperação dos recursos hídricos de forma gradativa. O desafio que se coloca é de passar de 39% de trechos de corpos d'água dentro das condições de qualidade almejadas (situação em 2008) para 62% em 2020.

Através do estabelecimento de parâmetros de qualidade a serem alcançados ou mantidos nos corpos d'água, é possível gerenciar de forma mais efetiva os usos múltiplos das águas numa mesma bacia hidrográfica. O enquadramento dos corpos de água em classes de uso é um dos instrumentos da gestão dos recursos hídricos incluídos na Política Nacional de Recursos Hídricos. Do ponto de vista legal, destaca-se que a Resolução CONAMA Nº 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre diretrizes ambientais para o enquadramento e os procedimentos gerais para esta questão estão estabelecidos na Resolução CNRH nº 91, de 5 de novembro de 2008. Observe-se, contudo, que a legislação que especifica o enquadramento dos corpos d'água superficiais paulistas é o Decreto Estadual Nº 10.755, de 23 de novembro de 1977.

As principais premissas para balizar o enquadramento numa bacia hidrográfica devem considerar os usos preponderantes na bacia; os parâmetros de qualidade da água que serão priorizados; a vazão de referência considerada e por fim, as metas que deverão ser atingidas. Nos últimos anos houve inúmeras discussões sobre estas questões nas bacias PCJ. No encaminhamento destas discussões, que foi consolidado junto ao Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, foi definida uma Proposta de Atualização do Enquadramento. Esta proposta pode ser visualizada na Figura 6.



2.2. Cenários

O mesmo plano estabelece, ainda, diversos cenários para as Bacias PCJ, sendo assumidas para os mesmos as seguintes premissas:

- Adoção e vazão representativa do período de seca ($Q_{7,10}$) como vazão de referência;
- Adoção dos parâmetros Oxigênio Dissolvido (OD) e a Demanda Bioquímica de Oxigênio ($DBO_{5,20}$) como referência para simulações de definição de metas de qualidade das águas;
- Adoção dos anos de 2014 e 2020 como referência para as Metas Intermediárias de qualidade das águas;
- Construção de Programa para Efetivação do Enquadramento, visando completo atendimento da Meta Final até o ano de 2035.

De forma geral, na perspectiva do enquadramento, foram estabelecidas junto ao Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 metas intermediárias para alcance da meta final. Os cenários intermediários foram propostos para os anos de 2014 e 2020. Tais perspectivas estão diretamente ligadas às metas do Plano de Bacias, com diretrizes para limitações na disposição de cargas orgânicas e com estabelecimento de um extenso Programa de Investimento.

As Figuras 7 e 8 resumem os cenários possíveis para as Bacias PCJ para os anos de 2014 e 2020.

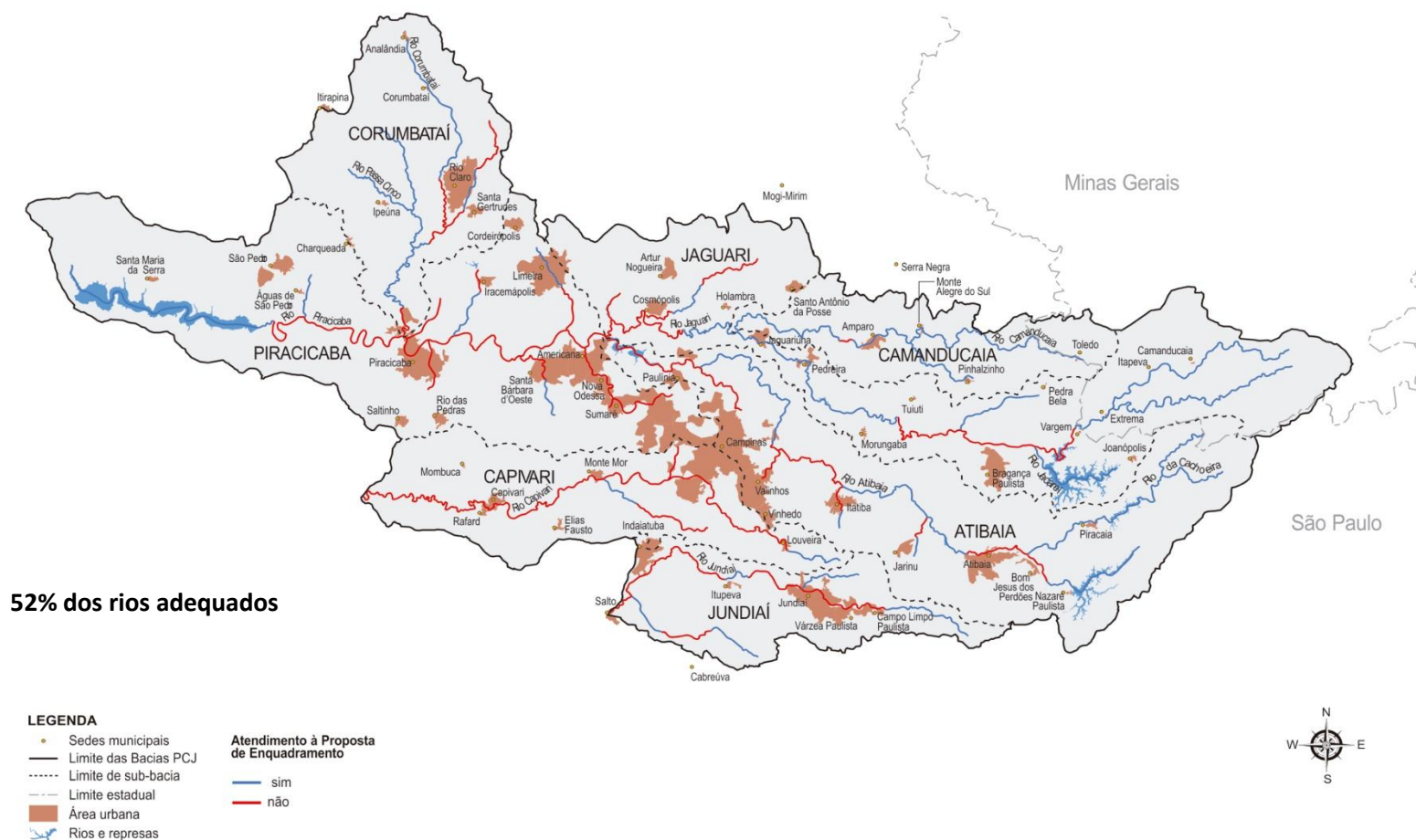


Figura 7 – Atendimento à proposta de enquadramento em 2014 com recursos financeiros disponíveis.
Fonte: COBRAPE (2011).

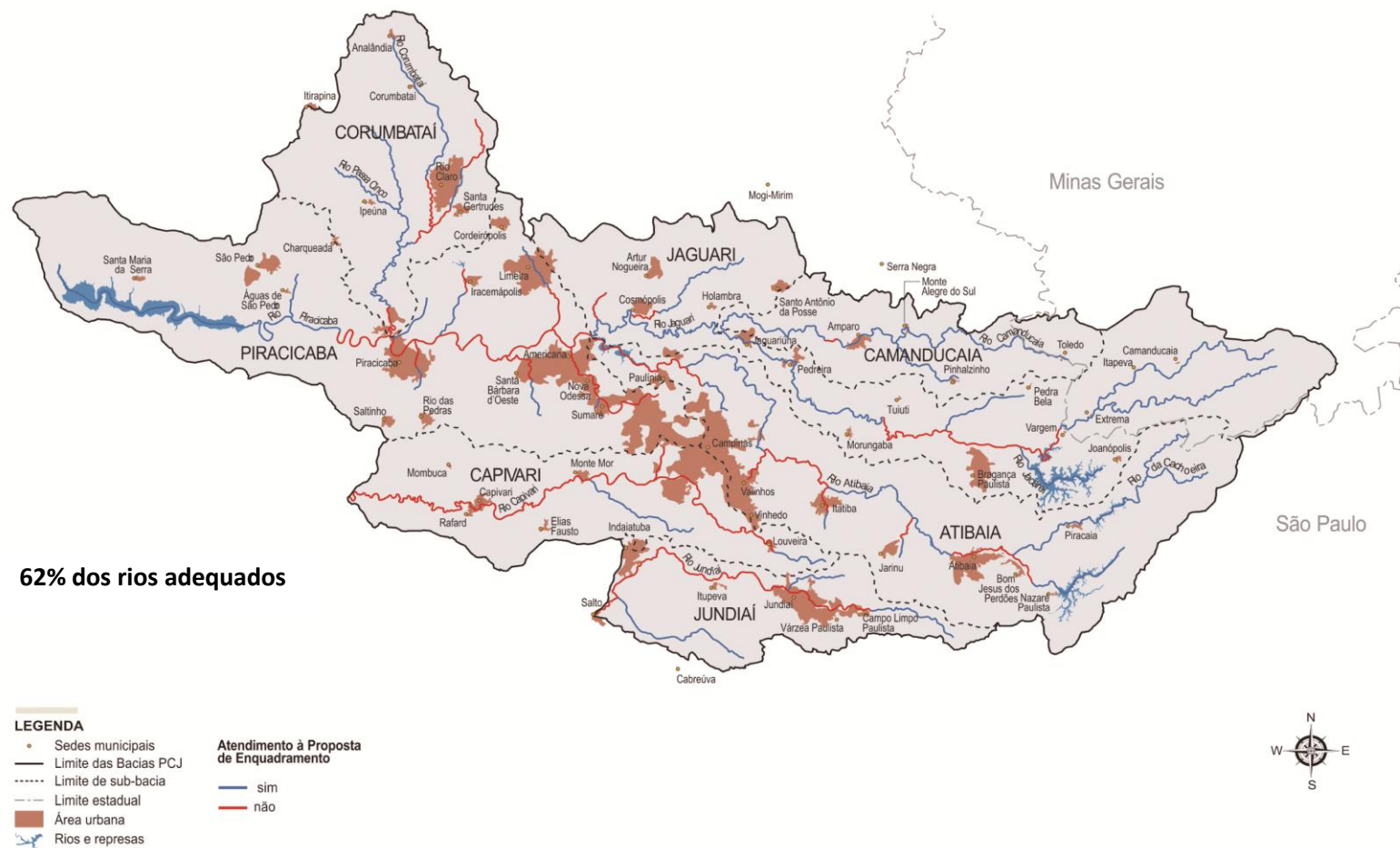


Figura 8 – Atendimento à proposta de enquadramento em 2020 com recursos financeiros disponíveis.
Fonte: COBRAPE (2011).

Para fazer frente ao desafio do alcance de suas metas, o Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 prevê a aplicação de mais de R\$ 2,7 bilhões até o ano de 2020, sendo que as ações e os respectivos valores foram distribuídos em Programas de Duração Continuada – PDCs, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 - Programa de Investimentos do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 por PDC

Ações Elegíveis	Valores (R\$)	%
PDC 1 - Base de Dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	79.200.000,00	2,9
PDC 2 - Gerenciamento dos Recursos Hídricos	19.427.408,40	0,7
PDC 3 - Recuperação da Qualidade dos Corpos d'Água	886.665.991,96	32,2
PDC 4 - Conservação e Proteção dos Corpos d'Água	383.460.000,00	13,9
PDC 5 - Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos	1.036.949.322,78	37,7
PDC 6 - Aproveitamento Múltiplo dos recursos Hídricos	179.114.579,80	6,5
PDC 7 - Preservação e Defesa Contra Eventos Hidrológicos Extremos	138.540.000,00	5,0
PDC 8 - Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social	30.480.000,00	1,1
Total	2.753.837.302,94	100,0

Fonte: Adaptado de COBRAPE (2010).

Observa-se que o programa de investimentos do Plano das Bacias PCJ foi estabelecido levando em conta levantamento de recursos financeiros comprometidos na região e expectativas de arrecadação futura das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. Para tanto, no plano foram apresentados também mecanismos que visam maximizar os benefícios que devem ser conseguidos com estes investimentos. Também foram feitos estudos e propostas levando em conta a edição de cenários desejáveis. A concepção e o detalhamento destes estudos podem ser encontrados no Relatório Final do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 (COBRAPE, 2010).

2.3. Acompanhamento da Implementação do Plano

Visando ao acompanhamento do Plano das Bacias PCJ 2010/2020, os Comitês PCJ, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 108/11, de 31/03/11, alteraram as atribuições da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ, conforme segue:

I - Acompanhar a implementação dos programas e ações de investimentos preconizadas no Plano de Bacias;

II - Fomentar a implementação dos programas e ações voltados ao controle do uso e da ocupação do solo preconizadas no Plano de Bacias;

III - Propor critérios de priorização de investimentos de forma a cumprir as metas do Plano de Bacias;

IV - Fomentar a implementação de programas de comunicação e sensibilização da importância do Plano de Bacias;

V - Fomentar o estabelecimento de instrumentos de integração dos municípios visando ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Bacias;

VI - Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano, encaminhando sua manifestação para a apreciação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ;

VII - Analisar e propor readequação de prioridades e revisão periódica do Plano de Bacias;

VIII - Incentivar a criação de modelo unificado de informações para acompanhamento dos Planos de Bacias;

IX - Acompanhar e avaliar a elaboração dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e manifestar-se previamente para encaminhamento à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ;

X - Estudar, discutir e promover discussões, avaliar e propor diretrizes, critérios e valores para a revisão e aplicação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

XI - Propor diretrizes e fomentar ações conjuntas para a integração e otimização de procedimentos entre as instituições vinculadas à gestão dos recursos hídricos e à cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

XII - Interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ com pareceres, dados e outras atividades para a tomada de decisões, na revisão do Plano de Bacias e na elaboração dos Relatórios de Situação das bacias PCJ;

XIII - Elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno e seu Plano de Trabalho anual;

XIV - Avaliar e manifestar-se sobre o Plano de Trabalho Anual dos Comitês PCJ;

XV - Desenvolver as ações necessárias para a interação do Plano das Bacias PCJ com o Plano Nacional e os Planos Estaduais de Recursos Hídricos, bem como com os demais planos municipais, regionais e setoriais referentes às Bacias PCJ.

Da mesma forma, para que essas atribuições possam ser exercidas, a CT-PB, por meio dos artigos 4º a 6º da mesma deliberação acima referida, foi reestruturada com a reativação e criação de novos Grupos de Trabalho, conforme segue:

Artigo 4º - Fica ratificada a criação do Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança) dos Comitês PCJ, ocorrida conforme termos do § 1º do art. 1º da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 008/04, de 01/06/2004, ressalvado o disposto nesta deliberação, e que terá a finalidade de auxiliar a CT-PB no cumprimento de suas atribuições relacionadas com a cobrança, descritas no art. 3º desta deliberação.

Artigo 5º - Fica criado o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação do Plano de Bacias 2010 a 2020 (GT-Acompanhamento), com a finalidade de acompanhar, avaliar, propor estudos, recomendações e readequações necessárias ao atendimento das metas estabelecidas no Plano de Bacias.

Artigo 6º - Fica criado o Grupo de Trabalho de Articulação Institucional do Plano de Bacias 2010 a 2020 (GT-Articulação), com a finalidade de promover a articulação e integração das diversas instituições envolvidas na gestão dos recursos hídricos.

Os grupos acima citados possuem planos de trabalho detalhando táticas para acompanhamento e subsídio à implementação do Plano de Bacias. Observa-se, também, que atualmente encontram-se em desenvolvimento estudos para o estabelecimento de um Programa para Efetivação do Enquadramento dos corpos d'água nas Bacias PCJ até o ano de 2035, conforme diretrizes da Resolução CNRH 091/08. Esses estudos foram contratados pela Agência das Bacias PCJ e vêm sendo construídos com acompanhamento dos Grupos de Trabalho da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CTPB).

Uma vez finalizado, o Programa para Efetivação do Enquadramento será apresentado para apreciação dos Comitês PCJ, dos Conselhos Estaduais dos Recursos Hídricos de São Paulo e Minas Gerais e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

3. CADASTRO DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

3.1. Usuários federais pagantes

O cadastro de usuários de recursos hídricos em rios de domínio da União é feito por meio do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH administrado pela Agência Nacional de Águas – ANA, em parceria com a Agência das Bacias PCJ.

O número de usuários em cobrança em rios de domínio federal, apresentado na Tabela 3, tem oscilado pouco em função de serem estas, as calhas dos rios principais das Bacias PCJ (calha principal dos rios Piracicaba, Atibaia, Jaguari e Camanducaia - paulista e mineiro). Outra característica dos usos praticados nesses cursos d'água é que a maioria está relacionada com a captação de água bruta e não com o lançamento de efluentes.

Tabela 3 - Número de usuários, em cobrança, em rios de domínio federal em 2012.

Setores	Usuários	Participação do Setor no Valor Total Arrecadado
Industrial	59	14%
Abastecimento Público	20	24%
Transposição	1	56%
Outros*	34	6%
Total	114	100%

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

*Nota: “Outros” se referem a condomínios, hotéis, clubes e usuários agrícolas.

3.2. Usuários paulistas pagantes

O cadastro de usuários de recursos hídricos no Estado de São Paulo é feito pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE. Os parâmetros de qualidade da água e licenciamento ambiental são administrados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). O banco de dados específico da cobrança nas Bacias PCJ é gerenciado pela Agência das Bacias PCJ que possui termos de cooperação firmados com o DAEE e a CETESB para esta finalidade.

Após os trâmites para a emissão das outorgas ou dos licenciamentos ambientais, o cadastro destes novos usuários ou alterações de usos e usuários existentes são comunicados à Agência das Bacias PCJ para inclusão, exclusão ou retificação dos valores no banco de dados específico da cobrança.

Este procedimento também é realizado quando o usuário faz um pedido de revisão, seja de vazões captadas/lançadas ou cargas lançadas.

O número de usuários, em cobrança, em rios de domínio paulista, em 2012, consta na Tabela 4.

Tabela 4 - Número de usuários, em cobrança, em rios de domínio paulista em 2012.

Setores	Usuários	Participação do setor no Valor Total Arrecadado
Industrial	957	14%
Abastecimento Público	67	63%
Transposição	1	19%
Outros*	1131	4%
Total	2156	100%

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

*Nota: “Outros” se refere a condomínios, hotéis, clubes e usuários agrícolas.

A quantidade de usuários em rios de domínio do Estado de São Paulo é bastante elevada principalmente por conta dos usuários de águas subterrânea, que é a grande maioria. Existe a perspectiva de que este número aumente devido ao trabalho de atualização do cadastro destes usuários nas Bacias PCJ que vem sendo realizado pelo DAEE desde 2011.

Na Cobrança Paulista PCJ, 80% dos valores arrecadados (aproximadamente R\$14 milhões) são devidos a 26 usuários, dentre 2.123 boletados. O total arrecadado em 2012 foi superior a R\$ 17,6 milhões. Desses 26 usuários, apenas 3 são do setor industrial (aproximadamente R\$ 500 mil), o restante é do setor de abastecimento público. Somente o Sistema Cantareira corresponde a 20% do total arrecadado da Cobrança Paulista PCJ (aproximadamente R\$ 3,3 milhões).

Em 2012 houve uma atualização do Ato Convocatório DAEE. Nele, os usuários reti-ratificaram seus usos. Muitos deles retificaram seus volumes de lançamento, diminuindo os valores de consumo, como mostra a Tabela 5 a evolução 2011 e 2012, dos principais usuários.

Tabela 5 - Valores arrecadados por tipo de uso dos principais contribuintes em 2011 e 2012

Usos	2011	2012	%
Captação superficial	4.714.091,51	4.743.488,05	1%
Captação subterrânea	72.649,89	102.002,03	40%
Lançamento	4.214.266,37	3.965.072,38	-6%
Consumo	3.535.752,50	3.453.732,37	-2%
Total	12.536.760,27	12.264.294,83	-2%

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

De 2011 para 2012, houve uma redução em 2% tanto no consumo quanto na arrecadação total dos principais usuários.

Diminuição da carga de DBO

Em virtude, principalmente, da execução de obras de tratamento de esgotos urbanos, incluindo empreendimentos contemplados pelas Cobranças PCJ/FEHIDRO, houve uma significativa queda na arrecadação em relação à carga de DBO lançada. Em 2013, arrecadou-se 52% menos em relação a 2008.

A Tabela 6 mostra os números em kg/ano de carga lançada e sua equivalência em Reais cobrados:

Tabela 6 - Número em kg/ano de carga lançada e equivalência em reais cobrados

Ano	Arrecadação da Carga (R\$/ano)	Carga Lançada (kg/ano)
2007	5.581.698,25*	56.441.990,96
2008	6.344.614,15*	93.430.686,65
2009	6.127.398,95	62.465.511,38
2010	5.023.296,17	50.978.942,55
2011	5.015.420,74	50.915.651,36
2012	4.808.914,69	49.388.609,79
2013	3.095.412,90	31.671.814,13

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

*Nota: de acordo com o Decreto nº 51.449/05, art. 2º, em 2007 cobrou-se 60% do valor total, e em 2008, 75%. Porém, para compararmos a evolução ano a ano, os valores contemplados nesses anos estão representados em sua totalidade (100%).

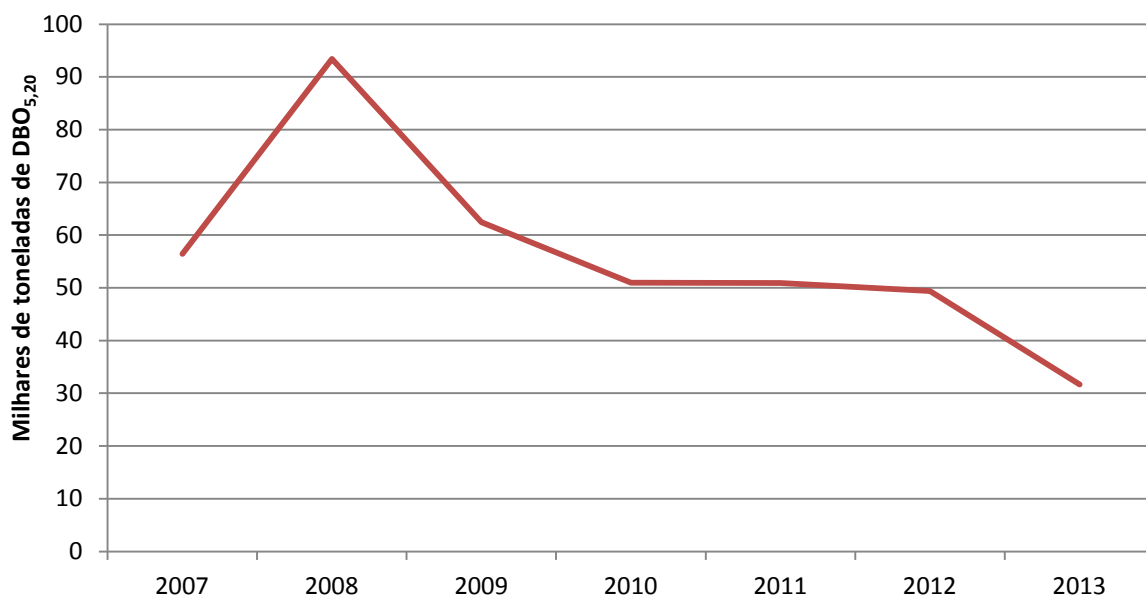


Figura 9 – Carga lançada anual (t DBO_{5,20}).

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

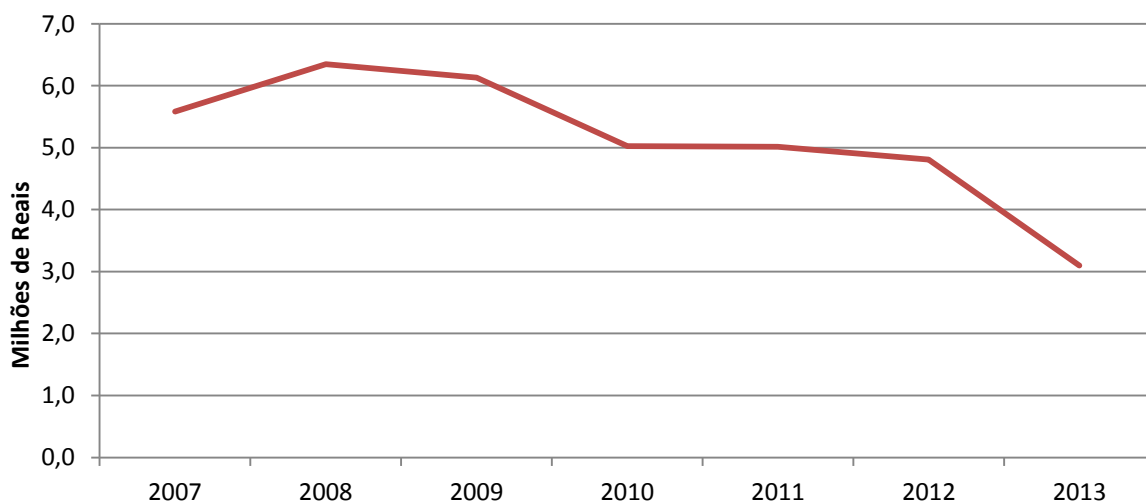


Figura 10 – Arrecadação anual da carga DBO_{5,20} (R\$).

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

Ressalva-se que em 2007 para 2008 houve retificação dos valores de carga, fato que não ocorreu nos exercícios posteriores, e posteriormente houve implementação de procedimentos de rotina para a revisão dos dados, através de termos de cooperação entre DAEE e CETESB, e posteriormente, entre a Agência de Bacias PCJ e CETESB.

Impacto da cobrança sobre prestadores de serviço de saneamento nas Bacias PCJ

Não há estudos relacionados a empresas do setor industrial sobre o impacto da cobrança devido à indisponibilidade de dados relativos à receita.

Para o cálculo do impacto da Cobrança Paulista sobre os prestadores de serviço de saneamento, nos principais municípios contribuintes, considerou-se a receita operacional total (direta e indireta), do período de 2005 a 2010, que é a última atualização realizada no SNIS (Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento).

Observa-se que o impacto é, em média, 3% da receita operacional total.

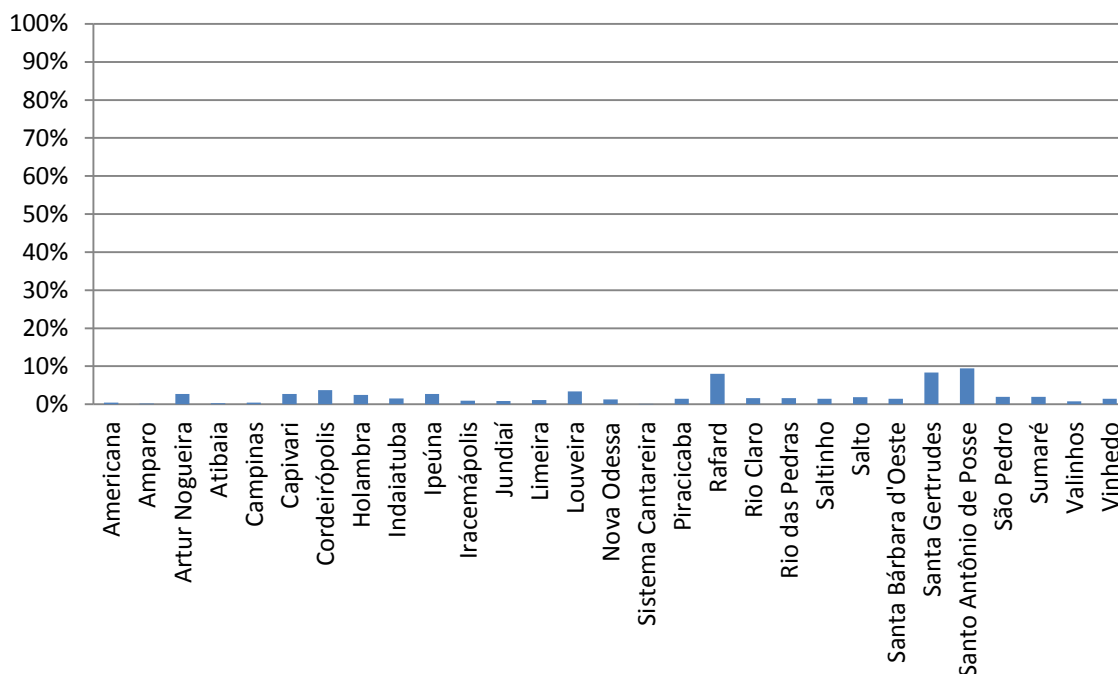


Figura 11 – Impacto da cobrança na receita operacional dos principais municípios contribuintes nas Bacias PCJ (2007 a 2010).

Fonte: Levantamento baseado em dados do Banco de Dados da Cobrança Pelo Uso dos Recursos Hídricos e em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2005 a 2010).

3.3. Usuários mineiros pagantes

O cadastro de usuários em rios de domínio do Estado de Minas Gerais é feito pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e lançado no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, administrado pela Agência Nacional de Águas – ANA.

O número de usuários, em cobrança, em rios de domínio do estado de Minas Gerais, em 2012, é mostrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Número de usuários, em cobrança, em rios de domínio mineiro em 2012.

Setores	Usuários	Participação do Setor no Valor Total Arrecadado
Industrial	13	19%
Abastecimento Público	4	80%
Transposição	0	0%
Outros*	7	1%
Total	24	100%

Fonte: Agência das Bacias PCJ (2012)

*Nota: “Outros” se referem a condomínios, hotéis, clubes e usuários agrícolas.

A porção mineira nas Bacias PCJ corresponde a 7% da área total, sendo caracterizada por uma região agrícola e áreas de preservação permanente, principalmente pela topografia da região, e é considerada uma das mais importantes áreas de nascentes das Bacias PCJ.

4. ESTUDOS FINANCEIROS

Cabe destacar que neste relatório está se tratando da atualização de valores dos PUBs, uma vez que a cobrança já foi implantada nas Bacias PCJ em 2006, para os rios de domínio da União, em 2007, para os rios de domínio do estado de São Paulo e em 2010, para os rios do estado de Minas Gerais.

A seguir, serão demonstrados os comportamentos das arrecadações e das aplicações dos recursos arrecadados até dezembro de 2012.

4.1. A arrecadação da cobrança federal PCJ

A cobrança em rios de domínio da União iniciou-se em janeiro de 2006 e foi estabelecida de forma progressiva, com a cobrança de 60% do valor total, no primeiro ano (2006), 75% em 2007 e 100% do valor total, em 2008. Assim, a arrecadação, em 2006, foi de aproximadamente R\$10 milhões; depois R\$12 milhões e, finalmente, atingindo aproximadamente R\$17 milhões por ano, em 2008. De 2008 até 2010 ocorreu uma estabilização do montante.

Em 2010 a arrecadação foi de aproximadamente R\$17,6 milhões, enquanto que em 2011 foi de R\$ 16,5 milhões, com uma diferença de R\$ 1,1 milhões, que representam 6,14% de perdas financeiras em relação a 2010. Em 2012 a arrecadação atinge R\$18,1 milhões. Pode-se atribuir essa variação a menor utilização de água do Sistema Cantareira pela Sabesp, haja vista que a determinação do valor cobrado toma por base volumes medidos pelos usuários.

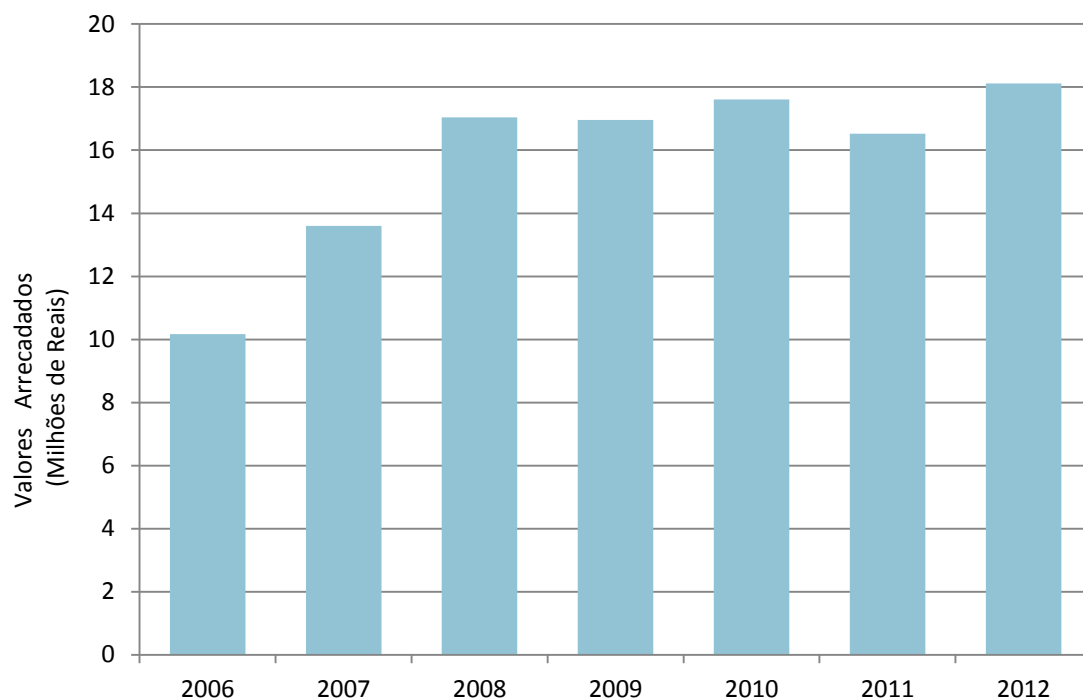


Figura 12 - Valores arrecadados - cobrança federal 2006 – 2012.

Fonte: Agência das Bacias PCJ

4.2. A arrecadação da cobrança paulista PCJ

A Cobrança Paulista PCJ iniciou-se em 2007 e, também, teve a arrecadação progressiva, nos mesmos moldes da Cobrança Federal PCJ, sendo aproximadamente R\$9 milhões, em 2007; R\$12 milhões em 2008 e, finalmente, R\$14 milhões em 2009.

No exercício de 2010 foram arrecadados aproximadamente R\$ 16,7 milhões e em 2011 foram R\$16,8 milhões, com aumento de 0,5%. Pode-se observar que crescendo o número de usuários em 10%, o montante arrecadado foi atenuado pela perda de arrecadação com entrada em funcionamento dos novos sistemas de tratamento de esgotos implantados na região.

Em 2012 a arrecadação atingiu R\$ 17,6 milhões, sendo que a previsão de arrecadação para 2013 é de R\$17,3 milhões, ou seja, aproximadamente R\$315 mil a menos ou 1,78% menor, se comparado a 2012.

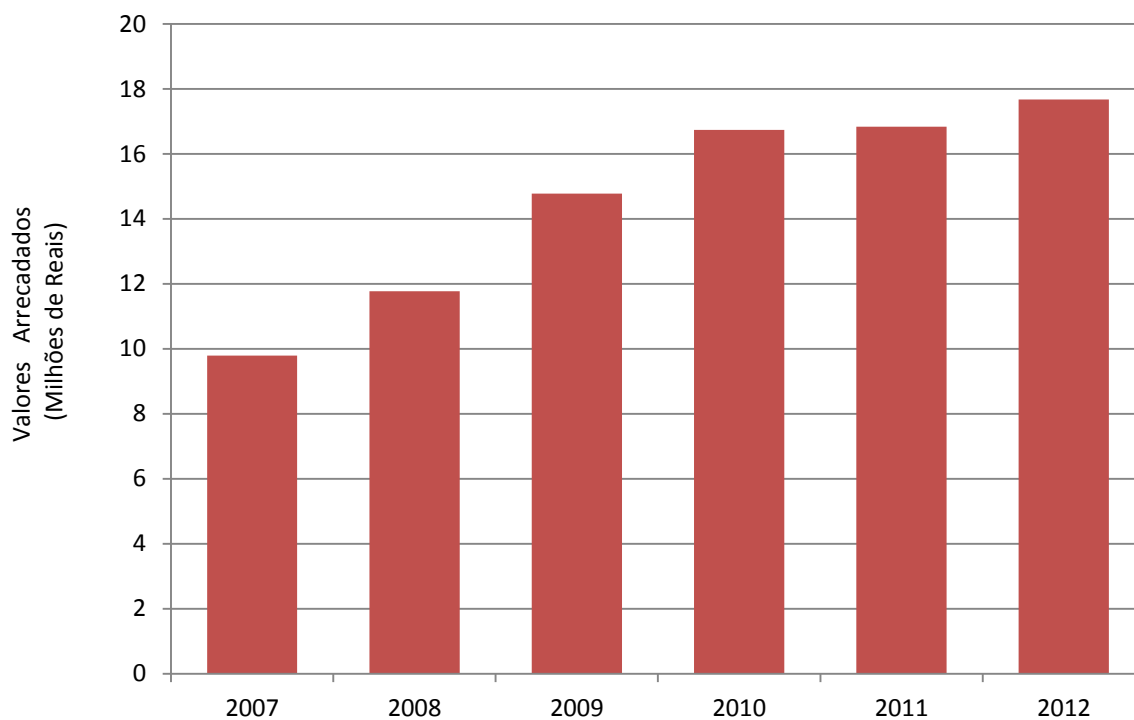


Figura 13 - Arrecadação cobrança estadual paulista de 2007 a 2012.

Fonte: Agência das Bacias PCJ

4.3. A arrecadação da cobrança mineira PCJ

A Cobrança Mineira PCJ iniciou-se em 2010 e também teve a arrecadação progressiva de aproximadamente R\$ 49.000,00, em 2010, R\$ 75.000,00 em 2011 e, finalmente, aproximadamente R\$ 100.000,00 em 2012. O número de usuários iniciou com 12 e atualmente conta com 24 usuários.

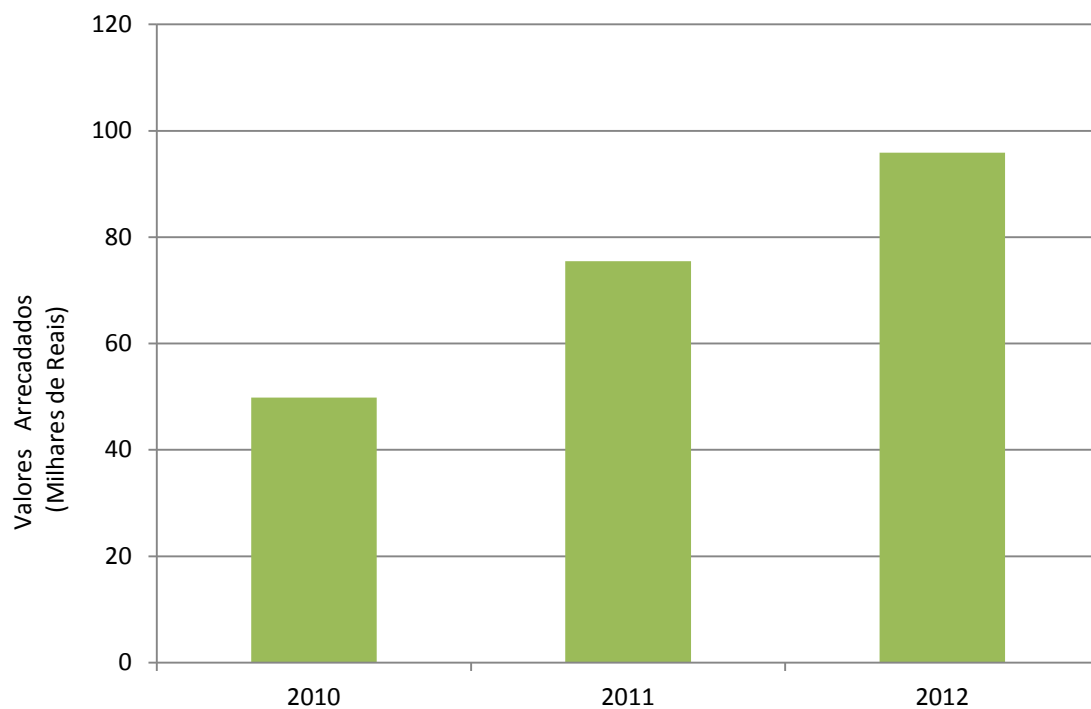


Figura 14 - Arrecadação cobrança estadual mineira de 2010 a 2012.

Fonte: IGAM/MG

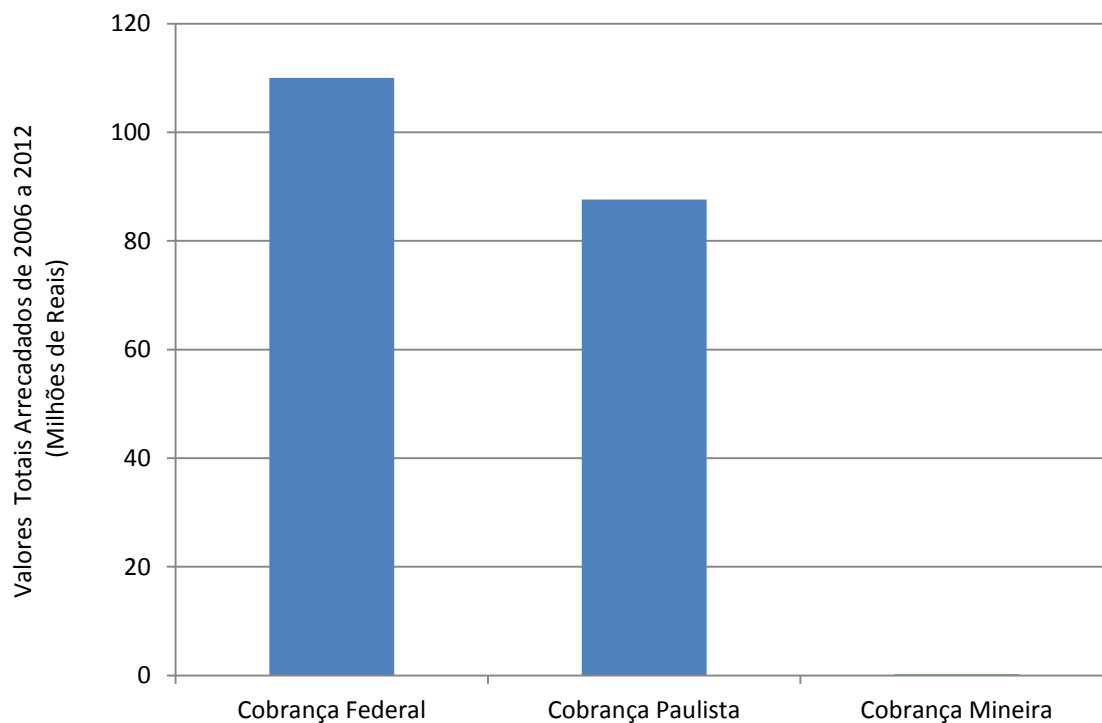


Figura 15 - Arrecadação total com as Cobranças PCJ de 2006 a 2012.

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

4.4. Aplicação dos recursos arrecadados

Desde 1996 os Comitês PCJ vêm aplicando recursos financeiros em estudos, projetos, serviços e obras que visam à recuperação e conservação dos recursos hídricos, nas Bacias PCJ.

Esse processo se iniciou com a distribuição de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, de São Paulo, em 1994. Atualmente, são repassados aos Comitês PCJ recursos da ordem de R\$ 4,5 milhões por ano. Estes recursos são oriundos dos royalties de Itaipu e da compensação financeira por áreas alagadas, no âmbito do setor elétrico.

A partir de 2006, o montante de recursos financeiros aplicados pelos Comitês PCJ foi ampliado com a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União; em 2007, com o início da cobrança em rios de domínio do estado de São Paulo e, finalmente, em 2010, com o início da cobrança em rios de domínio do estado de Minas Gerais. Essas três cobranças perfazem uma arrecadação de aproximadamente R\$ 35 milhões anuais.

A escolha dos empreendimentos a serem financiados, bem como as regras para pontuação destes, é decidida de forma técnica, pública e com ampla participação de usuários e beneficiários e vem se constituindo em um processo adequado de seleção e hierarquização de empreendimentos com recursos públicos.

Outro fato importante a ser ressaltado é que as regras para a seleção dos empreendimentos são discutidas anualmente com todos os interessados e vêm contribuindo para que um maior número de municípios das Bacias PCJ seja contemplado. Conforme podemos observar na Figura 20, 66 municípios foram beneficiados com algum tipo de empreendimento.

As Figuras 16, 17, 18 e 19 mostram como têm sido aplicados os recursos das cobranças PCJ em cada um dos Programas de Duração Continuada – PDCs, previstos no Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 por fonte de recursos.

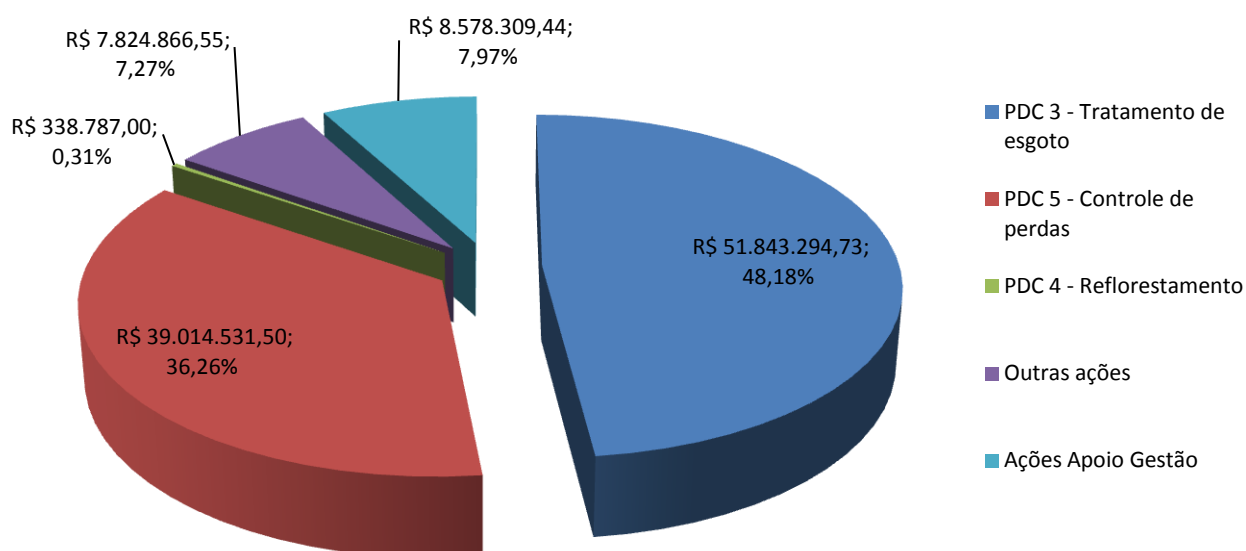


Figura 16 - Cobrança federal 2006 a 2012.
Fonte: Agência das Bacias PCJ (agosto 2013).

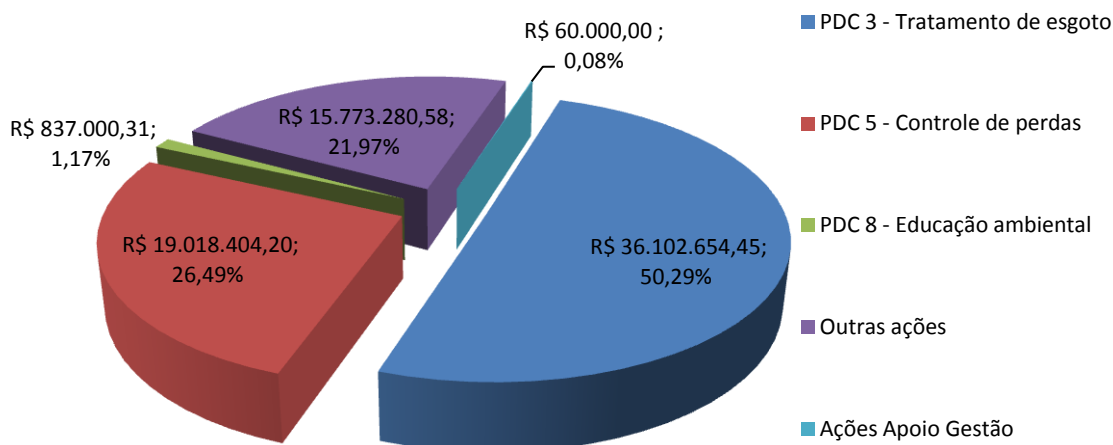


Figura 17 - Cobrança estadual paulista 2007 a 2012.
Fonte: Agência das Bacias PCJ (agosto 2013).

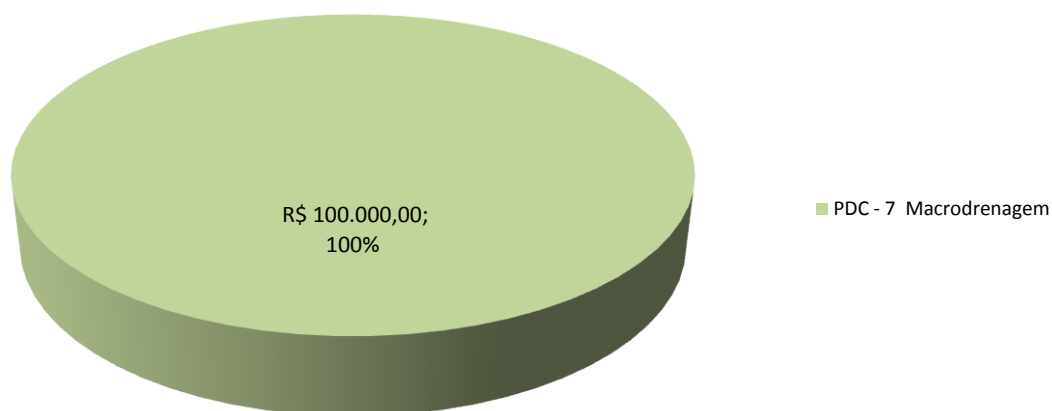


Figura 18 – Cobrança mineira 2010 a 2012.
Fonte: Agência das Bacias PCJ (agosto 2013).

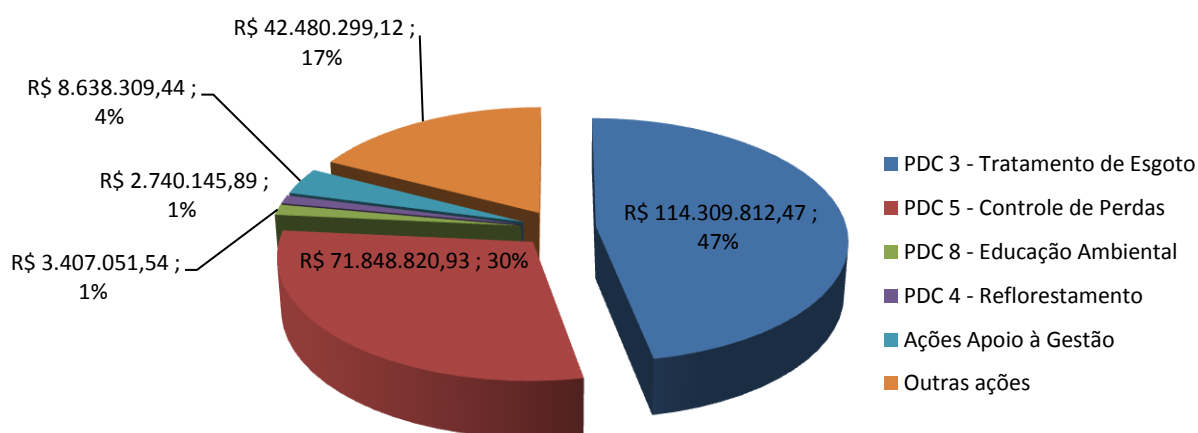


Figura 19 – Cobranças PCJ (total).
Fonte: Agência das Bacias PCJ (agosto 2013).

Os empreendimentos contratados obedeceram rigorosamente às prioridades estabelecidas no âmbito dos Comitês PCJ, por isso há uma concentração de recursos no PDC 3, notadamente em tratamento de esgotos, com 48,31% do total, e no PDC 5 em controle de perdas de água nas redes de abastecimento das cidades, com 28,3% do total investido.

4.5. Situação dos empreendimentos contratados

O processo de aplicação dos recursos das cobranças PCJ se inicia com a definição das regras, do calendário de apresentação das propostas e dos critérios que devem ser cumpridos para obtenção dos recursos. Tais definições ocorrem anualmente com discussões em Grupos Técnicos específicos (GT-Critérios), passando posteriormente pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e finalmente pelo Plenário dos Comitês PCJ.

Uma vez definidas as regras, inicia-se o calendário das atividades propriamente dito, que normalmente compreende etapas que totalizam 6 meses de tramitação (outubro a março), culminando com a Deliberação dos Comitês PCJ de indicação dos empreendimentos para os agentes técnicos do sistema. No caso paulista, estes são os próprios órgãos e entidades do governo do estado e no caso federal, é a Caixa Econômica Federal – CEF.

No âmbito da cobrança federal, até 2011, após a hierarquização feita pelos Comitês PCJ, ocorriam discussões e adequações técnicas entre a CEF e os Tomadores que levavam em média 18 meses, sendo que após este prazo iniciava-se o processo licitatório e somente depois ocorria o início efetivo dos empreendimentos.

A partir do exercício 2012, com a aprovação pelos Comitês PCJ da Deliberação nº 128/11, de 23/09/2011, que estabelece prazos para os contratos financiados com recursos da cobrança federal, a tramitação acelerou na CEF, sendo que os empreendimentos do exercício de 2012 foram aprovados em menos de 90 dias.

A Tabela 8 mostra a situação atualizada dos valores deliberados pelos Comitês PCJ com as cobranças PCJ e Fehidro

Tabela 8 - Situação dos empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ com recursos das cobranças PCJ e FEHIDRO

Recurso	Situação	Número	Porcentagem (%)
FEHIDRO	Concluído	231	86,8
	Em execução	26	9,8
	Não Iniciado	9	3,4
	Total	266	100
Cobrança Federal	Concluído	61	46,6
	Em execução	49	37,4
	Não Iniciado	21	16
	Total	131	100
Cobrança Paulista	Concluído	38	33,9
	Em execução	39	34,8
	Não Iniciado	35	31,3
	Total	112	100
Cobrança Mineira	Concluído	0	0
	Em execução	0	0
	Não Iniciado	1	100
	Total	1	100
Total: FEHIDRO e Cobranças PCJ	Concluído	330	64,7
	Em execução	114	22,4
	Não Iniciado	66	12,9
	Total	510	100

Fonte: Agência das Bacias PCJ (agosto 2013)

A destinação de recursos financeiros não está concentrada nos grandes municípios ou em uma região das Bacias PCJ, como pode ser observado nas figuras 21 e 21, que trazem o valor global e *per capita* deliberados por município.

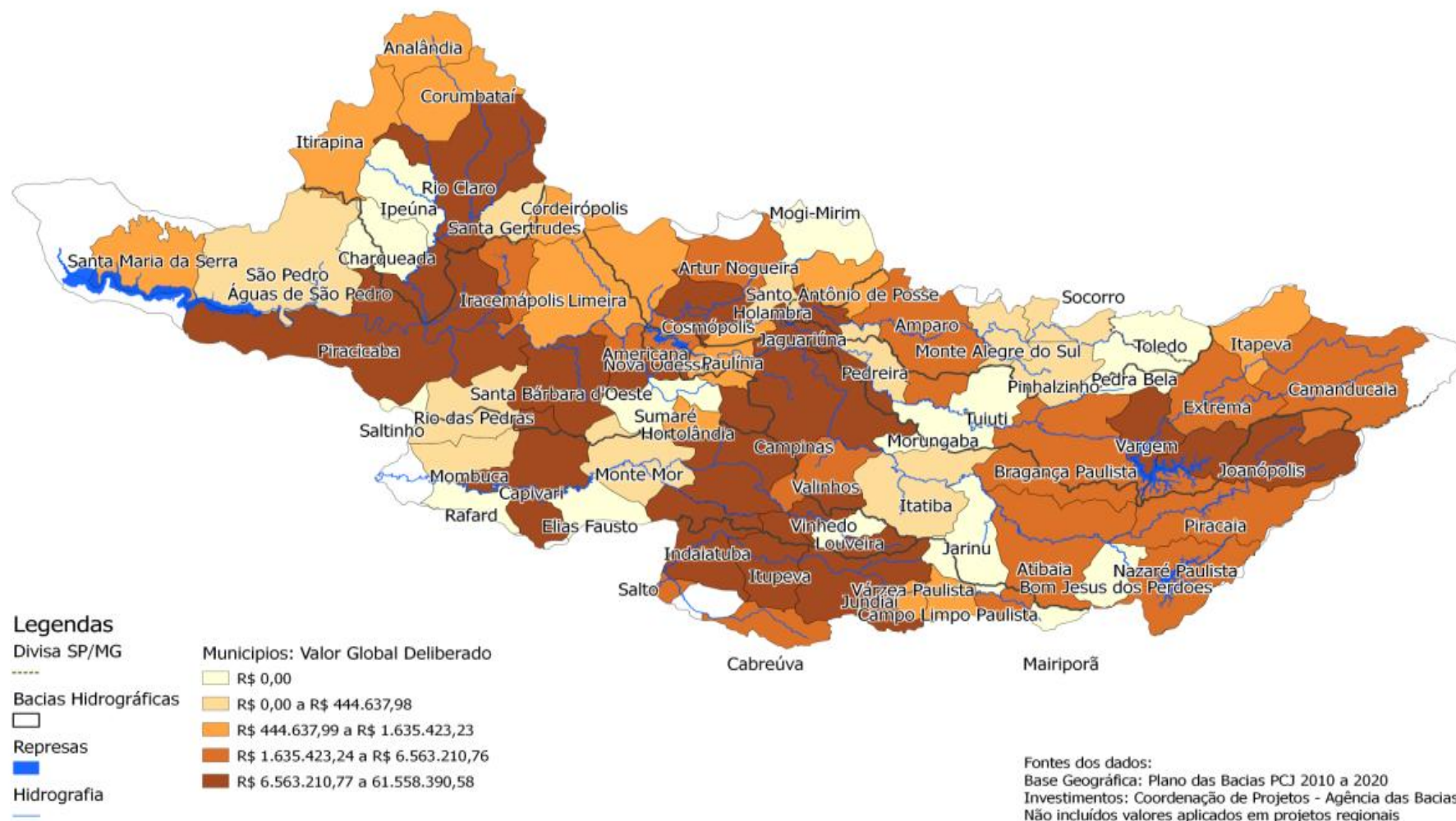


Figura 20 - Valor global deliberado por município.

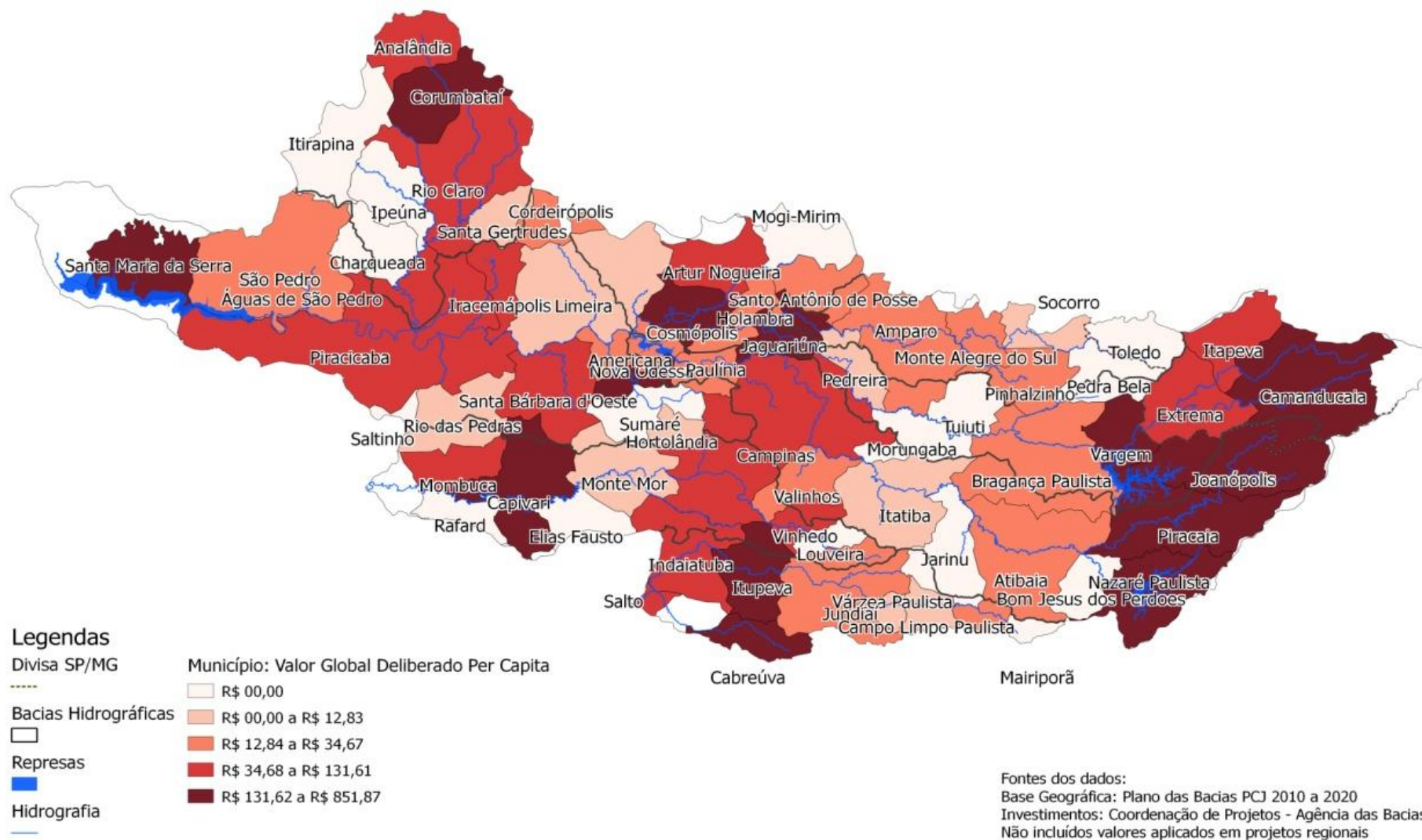


Figura 21 - Valor global deliberado *per capita*.

Da análise das Figuras acima, verifica-se que os maiores municípios, como Campinas, Piracicaba, Jundiaí, Americana, Limeira, Rio Claro, são os que têm obtido maiores montantes, uma vez que os valores das obras e serviços nestes locais são maiores. Entretanto, quando analisamos o quociente do valor deliberado pela população municipal (valor per capita), observa-se que os menores municípios são os que apresentam os melhores índices.

Deste modo pode-se afirmar que as regras utilizadas estão proporcionando acesso à maioria dos municípios e que não existe uma concentração na aplicação de recursos.

4.6. Desembolso

A Tabela 9 traz as informações relativas à arrecadação e desembolso no âmbito da cobrança federal de forma anualizada. Cabe ressaltar que na coluna arrecadação estão somados aos valores arrecadados os rendimentos financeiros auferidos em cada ano.

Tabela 9 – Arrecadação e desembolso anual da cobrança federal PCJ (2006 a 2012)

Ano	Arrecadação (R\$)	Desembolso Total (R\$)	(%)
2006	10.772.194,32	1.596.813,88	14,82
2007	14.921.681,07	3.323.304,94	22,27
2008	19.624.323,53	4.944.355,14	25,20
2009	20.019.026,57	7.818.897,93	39,06
2010	21.633.128,30	11.750.662,60	54,32
2011	20.594.763,98	11.814.946,86	57,37
2012	22.263.709,99	24.448.572,39	109,81
Total	129.828.827,76	65.697.553,74	50,60

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

Destaca-se que, em termos de Cobrança Federal, o desembolso total realizado no ano de 2012 superou a arrecadação anual, graças a um intenso trabalho dos Comitês PCJ que aprovou prazos mais curtos para a aplicação dos recursos, da Agência das Bacias PCJ que aprimorou a pré-análise dos empreendimentos e intensificou os contatos com tomadores e Agente Técnico, dos Tomadores de recursos que aprimoraram os projetos apresentados e do Agente Técnico que deu mais celeridade ao processo. Na Figura 22 podemos observar comparativo entre a evolução dos valores arrecadados e desembolsados na cobrança federal PCJ.

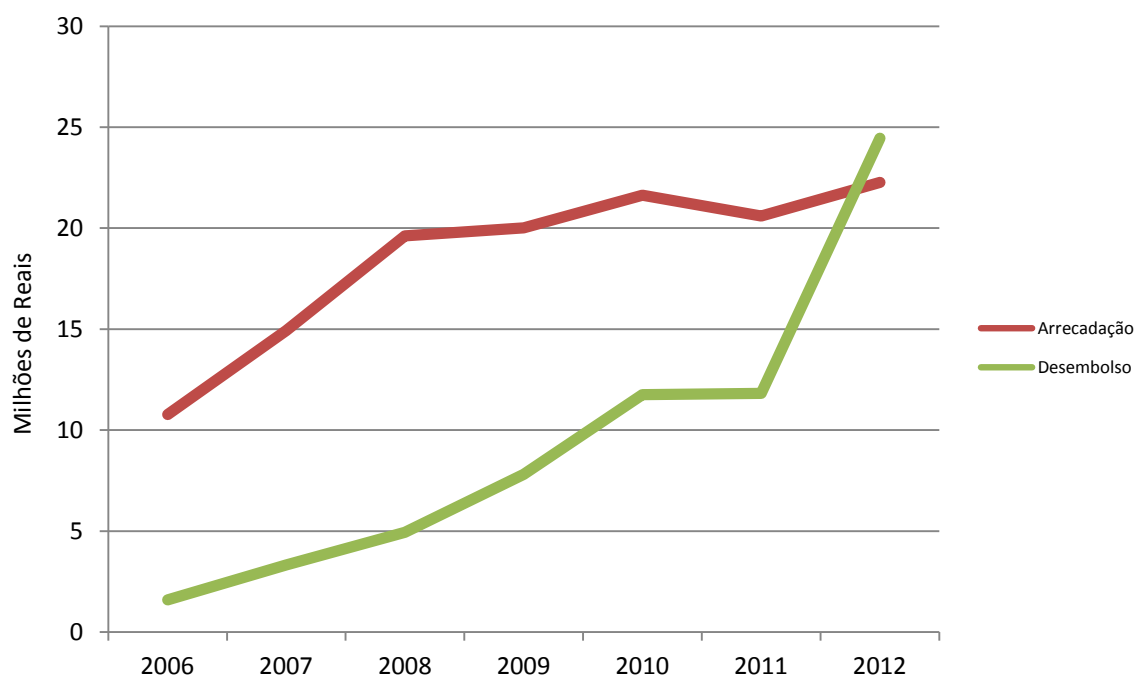


Figura 22 - Comparação entre arrecadação anual e desembolso anual na cobrança federal PCJ (2006 a 2012).

Fonte: Agência das Bacias PCJ.

Na Tabela 10 pode-se observar os dados de arrecadação e desembolso acumulados para o período de 2006 a 2012. Observe-se que na coluna arrecadação estão somados aos valores arrecadados os rendimentos financeiros auferidos em cada ano.

Tabela 10 – Arrecadação e desembolso acumulado da cobrança federal PCJ (2006 a 2012)

Ano	Arrecadação Total (R\$)	Desembolso (R\$)	Saldo (R\$)	(%)
2006	10.772.194,32	1.596.813,88	9.175.380,44	14,82
2007	25.693.875,39	4.920.118,82	20.773.756,57	19,15
2008	45.318.198,92	9.864.473,96	35.453.724,96	21,77
2009	65.337.225,49	17.683.371,89	47.653.853,60	27,06
2010	86.970.353,79	29.434.034,49	57.536.319,30	33,84
2011	107.565.117,77	41.248.981,35	66.316.136,42	38,35
2012	129.828.827,76	65.697.553,74	64.131.274,02	50,60

Fonte: Agência das Bacias PCJ

Observa-se que houve um significativo crescimento do desembolso em relação à arrecadação acumulada entre os anos de 2006 a 2012, sendo que em 2012 os desembolsos ultrapassaram 50% da arrecadação total, evidenciando uma agilização nos processos de hierarquização, contratação e execução dos empreendimentos.

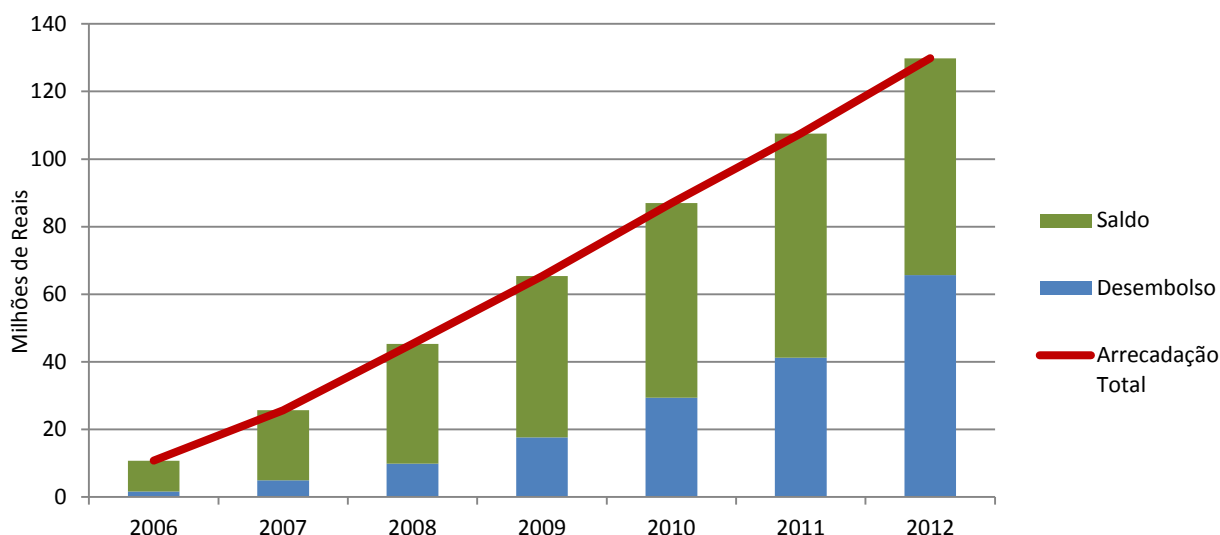


Figura 23 - Arrecadação e desembolso acumulados de 2006 a 2012 na cobrança federal PCJ.
Fonte: Agência das Bacias PCJ.

4.7. Resultados

Remoção de Cargas Orgânicas Domésticas

Com base na observação de que as ações visando à recuperação da qualidade ocupam espaço de destaque no Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, julga-se conveniente uma análise das cargas orgânicas de origem doméstica diante dos patamares que são almejados neste instrumento. Para tanto, realizou-se um ensaio projetando o que se espera atingir em termos de produção e remoção de carga orgânica doméstica no “cenário desejável” do citado plano. Para este exercício foi escolhido o ano de 2014, pois além de ser referência para aferição da execução de diversos compromissos formais (como diversos Termos de Ajustamento de Conduta ou Termos de Adesão e Compromisso que os municípios das bacias estabeleceram com os Comitês PCJ), este é o prazo para as primeiras metas intermediárias do citado plano. Com base em dados dos Relatórios de Qualidade das Águas Interiores da CETESB e dos Relatórios de Situação das Bacias PCJ foram calculados, conforme metodologia do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, os valores das cargas orgânicas domésticas removidas nos processos de tratamento de esgotos domésticos e das cargas orgânicas domésticas remanescentes (ou seja, parcela de carga que não é depurada nos sistemas de tratamento ou não é adequadamente tratada).

Na Figura 24 apresenta-se um comparativo do histórico observados de 2007 a 2012 com os valores que, para os mesmos parâmetros, foram determinados para o ano de 2014 segundo o “cenário desejável” do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020.

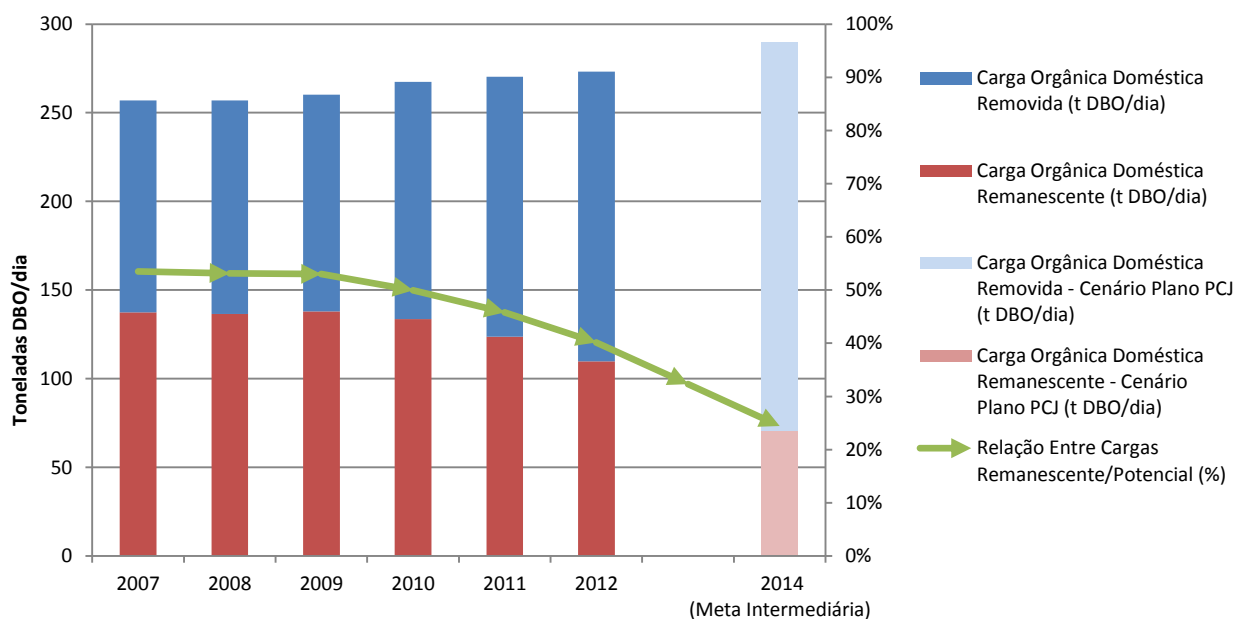


Figura 24 – Ensaio comparativo entre cargas orgânicas domésticas observadas entre 2007 a 2012 nas Bacias PCJ e cenário desejável do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020.

Fonte: Adaptado a partir dos Relatórios de Situação das Bacias PCJ (THESIS, 2010), (IRRIGART, 2005), Relatórios de Qualidade das Águas Interiores da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB 2007 a 2012) e Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 (COBRAPE, 2010).

Os dados observados de 2007 a 2012 demonstram um ritmo considerável na remoção de cargas nas bacias PCJ, sobretudo nos últimos anos. Mas observa-se, contudo, que o atendimento do patamar idealizado no “cenário desejável” para 2014 demanda ainda a remoção de cerca de 55 toneladas de $\text{DBO}_{5,20}/\text{dia}$. Podemos deduzir, portanto, que para concretização deste cenário, será exigido nos próximos anos um ritmo ainda maior de remoção de cargas do que o observado até então.

Índice de Qualidade de Água

O Índice de Qualidade de Água (IQA) demonstra o nível de qualidade de água doce que um corpo hídrico apresenta. Ele é calculado com base no monitoramento realizado pelos órgãos responsáveis e pode variar de 0 (zero) a 100 (cem). Sua determinação é definida através de equacionamento matemático que considera as seguintes variáveis: turbidez, resíduos totais, fósforo, temperatura, pH, oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), coliformes fecais e nitrogênio. Quanto maior o valor obtido do IQA, melhor é a qualidade da água. Segue na Figura 25 a classificação dos pontos de amostragem das Bacias PCJ.

Com base nos dados publicados pela CETESB, pode-se observar que houve um aumento significativo na frequência de pontos com valor considerado “bom” nas Bacias PCJ. A frequência de pontos nas categorias “péssimo”, “ruim” e “regular” apresenta certa variação, mas, de maneira geral, sugere-se uma melhora no período. Devemos associar esta melhora às iniciativas empreendidas pelos diversos atores das bacias PCJ visando à recuperação da qualidade da água. Haja vista a maior intensidade das chuvas em 2009, podemos associar a relativa piora neste ano à poluição difusa (que é trazida indiretamente pelas águas das chuvas).

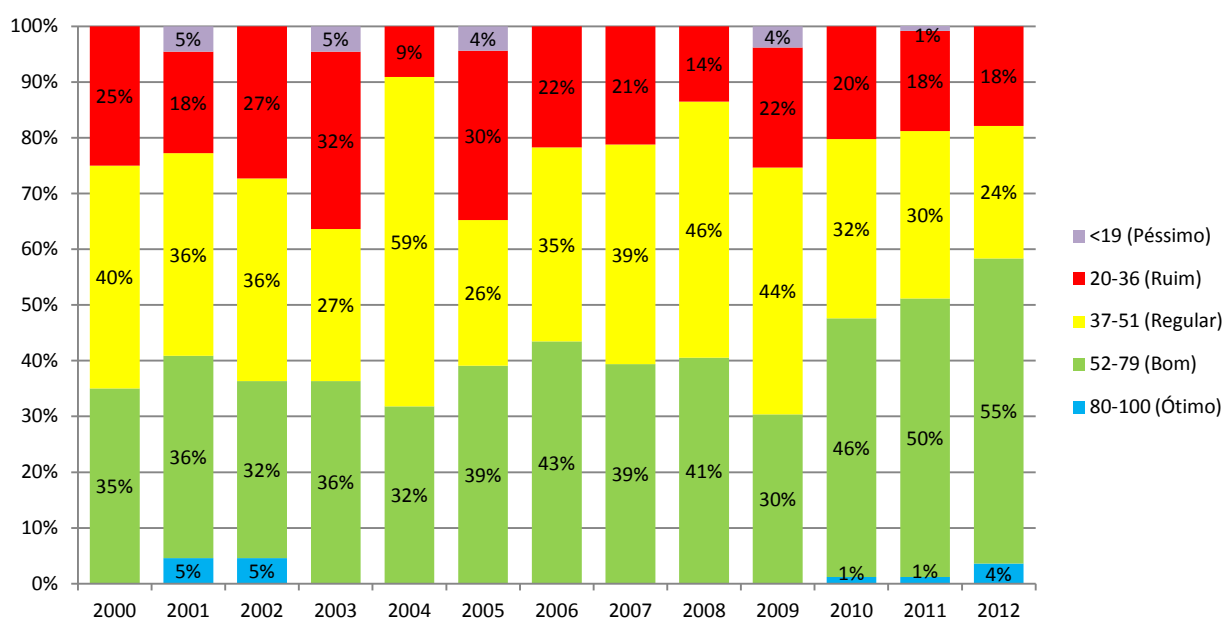


Figura 25 – Frequência do IQA para as Bacias PCJ de 2000 a 2012.

Fonte: Adaptado de CETESB.

Índice de Estado Trófico

A determinação do Índice de Estado Trófico (IET) num corpo hídrico tem por finalidade classificá-lo quanto à presença de nutrientes e seu efeito relacionado ao crescimento excessivo de algas ou ao aumento da infestação de macrófitas aquáticas. Os dados coletados nos pontos de amostragem são classificados em “ultraoligotrófico”, “oligotrófico”, “mesotrófico”, “eutrófico”, “supereutrófico” e por fim, “hipereutrófico”, conforme segue na Figura 26.

A análise dos dados do IET publicados pela CETESB permite-nos concluir que houve um aumento no número de pontos nas categorias de melhor qualidade e uma redução daqueles com menor qualidade. Podemos também associar esta melhora a iniciativas visando à recuperação da qualidade da água nas Bacias PCJ. Observa-se, contudo, uma piora nos anos de 2002, 2003 e 2009. Mas convém observar que nos anos de 2002 e 2003 foi registrada expressiva seca nas Bacias PCJ e que no ano de 2009 houve maior intensidade das chuvas (o que potencializa a influência da poluição difusa, trazida pelas águas das chuvas). Em 2012, observa-se um aumento significativo na frequência de pontos considerados “ultraoligotróficos”, chegando em 50% dos pontos monitorados. As variações podem estar associadas, contudo, à redução no número de pontos em que há o monitoramento do IET (que passou de 84 em 2010, para 38 a partir de 2011) (CETESB, 2012).

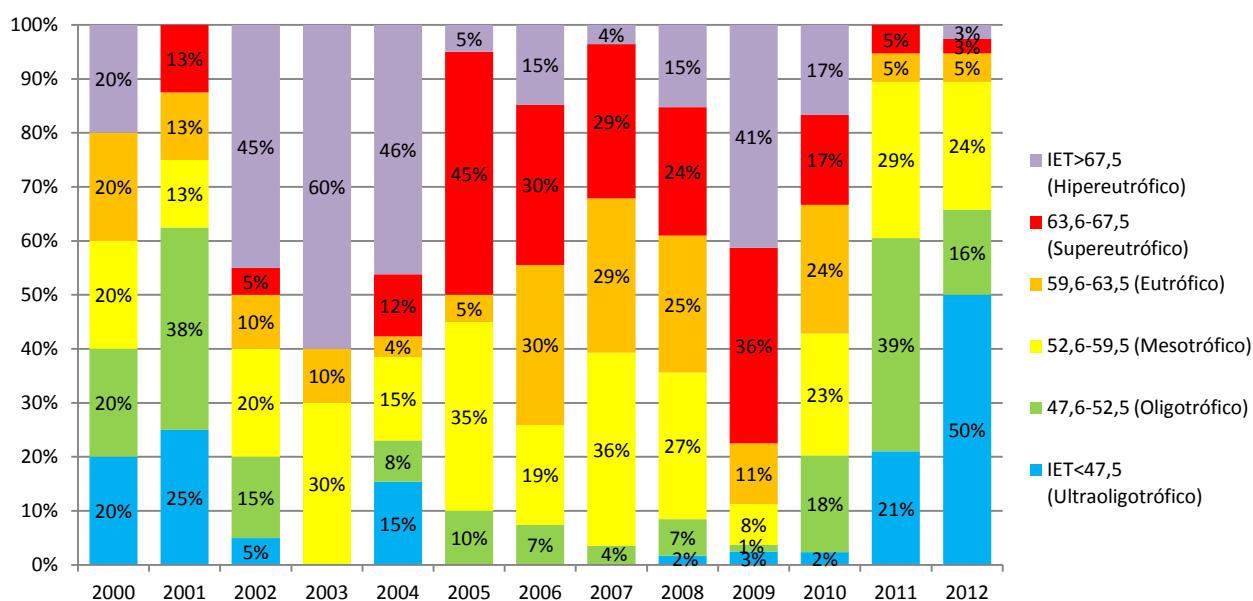


Figura 26 - Frequência do IET para as Bacias PCJ de 2000 a 2012.

Fonte: Adaptado de CETESB

5. PREMISSAS E EMBASAMENTO DA PROPOSTA

Uma primeira preocupação em relação à necessidade de atualização dos valores dos PUBs se verificou quando da contratação da empresa 3D Engenharia, em 2010, pelo DAEE, para realizar um estudo sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do estado de São Paulo, nas Bacias PCJ.

Com base em estudo a empresa 3D Engenharia apresentou resultados referentes à cobrança que envolveram diversos aspectos: inadimplência, alterações nos valores pagos, alterações nos cadastros de usos etc. O estudo levantou que a carga total em DBO, em 2009, era de aproximadamente 64 ton/ano, gerando uma receita de aproximadamente R\$ 6,1 milhões. Estimou que, caso seja feito o tratamento destes efluentes com remoção de carga para atendimento à legislação paulista, restaria ainda uma carga remanescente lançada nos rios de aproximadamente 16 ton/ano de DBO, gerando uma arrecadação de aproximadamente R\$ 1,6 milhões. Este fato demonstrou uma queda na arrecadação desta parcela da Cobrança paulista PCJ da ordem de R\$ 4,5 milhões por ano, representando 75% de redução.

Outro aspecto importante para os debates foi a verificação do nível de atendimento aos investimentos do Plano das Bacias PCJ 2004 2007 (SHS 2006) com a estimativa de arrecadação plena das Cobranças PCJ na época de sua implantação. Assim, foram verificados os valores previstos para cada um desses itens, conforme mostrado na Tabela 11. Observa-se que o percentual médio de investimentos previstos no plano, para o período 2006/2011, atingiu o valor de 19%. O cálculo para o ano de 2007, quando se iniciou a cobrança paulista, apresenta como resultado a necessidade de investimentos na ordem de R\$120 milhões e uma arrecadação efetiva (considerando a progressividade) de aproximadamente R\$25 milhões, representando 21% do investimento do plano. Definiu-se, então, como diretriz inicial para as discussões do reestabelecimento do percentual da capacidade de atendimento do plano com as Cobranças PCJ, com valor médio de 20%.

Tabela 11 - Representatividade das cobranças PCJ em relação ao Plano das Bacias PCJ 2004 a 2007

	Períodos		Total
	2006-2007	2008-2011	
Investimentos Previstos no Plano das Bacias PCJ 2004 a 2007 (R\$)	240.687.000,00	833.470.000,00	1.074.157.000,00
Arrecadação com as Cobranças PCJ (R\$)	54.584.000,00	147.960.000,00	202.544.000,00
Representatividade das Cobranças PCJ em Relação ao Plano das Bacias PCJ 2004 a 2007 (%)	23	18	19

Fonte: Relatório de Fundamentos da Cobrança e Plano de Bacias PCJ 2004-2007.

Durante as discussões no âmbito do GT-Cobrança foram considerados os potenciais ganhos de arrecadação com o aumento das vazões captadas, conforme previsão de crescimento populacional dos municípios e da transposição para a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, através do Sistema Cantareira; assim como as potenciais perdas de arrecadação com a evolução na coleta e tratamento dos esgotos e as decorrentes do combate às perdas físicas de água nos sistemas de abastecimento das cidades.

Com essas constatações e considerando o Plano das Bacias PCJ 2010/2020, foi verificado que, em 2012, o montante arrecadado com as Cobranças PCJ, passou a representar aproximadamente 15% do valor do programa de investimentos para aquele ano. Assim, considerando-se a evolução linear dos parâmetros de arrecadação (captação, consumo e carga lançada) de 2013 a 2020, foram realizadas simulações para os valores dos PUBs adotando-se a diretriz básica de que a arrecadação total representasse 20% dos investimentos em 2020.

A Tabela 12 mostra que, mantendo-se os valores atuais (2012) para os PUBs, ocorrerá perda na arrecadação efetiva (valores monetários) de aproximadamente 9% entre 2012 e 2020, ou seja, parte-se de uma previsão de arrecadação, em 2012, de R\$ 34,9 milhões para R\$ 31,7 milhões, em 2020.

Tabela 12 - Simulação de arrecadação total anual 2012 a 2020 – cobranças PCJ (PUBs 2012)

Componente	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Carga Lançada (kg/dia)	158.200	148.566	138.933	129.299	119.666	110.032	100.398	90.765	81.131
Captação Sup (m ³ /s)	28,2	28,5	28,9	29,2	29,5	29,8	30,2	30,5	30,8
Captação Sub (m ³ /s)	2,5	2,7	2,9	3,0	3,2	3,4	3,6	3,8	4,0
Perdas (%)	35,0%	32,8%	30,6%	28,4%	26,3%	24,1%	21,9%	19,7%	17,5%
Consumo (m ³ /s)	10,7	10,2	9,6	9,0	8,4	7,8	7,3	6,7	6,1
Cantareira (m ³ /s)	28,4	28,7	29,1	29,4	29,7	30,0	30,4	30,7	31,0
Carga Lançada (kg/ano)	57.743.000	54.226.727	50.710.454	47.194.181	43.677.908	40.161.634	36.645.361	33.129.088	29.612.815
Captação Sup (m ³ /ano)	889.315.200	899.564.400	909.813.600	920.062.800	930.312.000	940.561.200	950.810.400	961.059.600	971.308.800
Captação Sub (m ³ /ano)	77.800.000	83.843.000	89.886.000	95.929.000	101.972.000	108.015.000	114.058.000	120.101.000	126.144.000
Consumo (m ³ /ano)	338.490.320	320.185.810	301.881.300	283.576.790	265.272.280	246.967.770	228.663.260	210.358.750	192.054.240
Cantareira (m ³ /ano)	895.622.400	905.871.600	916.120.800	926.370.000	936.619.200	946.868.400	957.117.600	967.366.800	977.616.000
Carga Lançada (R\$)	5.774.300,00	5.422.672,69	5.071.045,38	4.719.418,06	4.367.790,75	4.016.163,44	3.664.536,13	3.312.908,81	2.961.281,50
Captação Sup (R\$)	8.003.836,80	8.096.079,60	8.188.322,40	8.280.565,20	8.372.808,00	8.465.050,80	8.557.293,60	8.649.536,40	8.741.779,20
Captação Sub (R\$)	894.700,00	964.194,50	1.033.689,00	1.103.183,50	1.172.678,00	1.242.172,50	1.311.667,00	1.381.161,50	1.450.656,00
Consumo (R\$)	6.769.806,40	6.403.716,20	6.037.626,00	5.671.535,80	5.305.445,60	4.939.355,40	4.573.265,20	4.207.175,00	3.841.084,80
Cantareira (R\$)	13.434.336,00	13.588.074,00	13.741.812,00	13.895.550,00	14.049.288,00	14.203.026,00	14.356.764,00	14.510.502,00	14.664.240,00
Arrecadação Total Anual (R\$)	34.876.979,20	34.474.736,99	34.072.494,78	33.670.252,56	33.268.010,35	32.865.768,14	32.463.525,93	32.061.283,71	31.659.041,50

Fonte: Agência das Bacias PCJ

As informações constantes da Tabela 12 foram utilizadas em simulações considerando as diversas variáveis previstas no Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e nas proposições apresentadas durante as discussões do GT-Cobrança. Com isso, chegou-se à proposta que foi apresentada e aprovada pelos Comitês PCJ, conforme consta neste relatório.

5.1. Tramitação nas câmaras e grupos técnicos

Com a eleição e posse dos novos membros dos Plenários dos Comitês PCJ para o mandato 2011 – 2013 foi feita a renovação das Câmaras Técnicas dos Comitês.

Nesse processo de renovação das Câmaras Técnicas foi solicitado pela Secretaria Executiva dos Comitês a discussão e aprovação de plano de trabalho envolvendo os dois anos de mandato que vinham pela frente.

O assunto cobrança pelo uso dos recursos hídricos sempre esteve afeto à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), em função da inter-relação que existe entre estes dois temas. A Câmara Técnica do Plano de Bacias em sua 9ª Reunião Extraordinária realizada no dia 1º/06/2011, na cidade de Piracicaba, empossou os novos membros para o mandato 2011-2013 sendo que nesta mesma reunião recompôs seu Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança).

O GT-Cobrança ficou assim constituído: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; Prefeitura Municipal de Americana; Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara D'Oeste – DAE Santa Bárbara d'Oeste; Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA; Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE; - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região Bragantina - VIVERE; The Nature Conservancy - TNC; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB; Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE; tendo como convidados representantes da Agência das Bacias PCJ.

A eleição do Coordenador do GT-Cobrança se deu na reunião da CT-PB para início das atividades dos Grupos de Trabalho, realizada em 13/07/2011, na sede da Agência das Bacias PCJ, em Piracicaba, tendo sido eleita a FIESP.

O GT-Cobrança realizou 10 reuniões no período entre 06/09/2011 e 19/09/2012, discutindo e formulando propostas sobre o assunto; realizou 3 seminários para os setores de saneamento e da indústria, sendo dois deles na sede do Consórcio PCJ e outro na sede do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Diretoria Regional Campinas CIESP/DR Campinas, bem como uma reunião da Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água na Indústria (CT-Indústria), específica sobre o assunto.

Durante todo esse processo de debates a Coordenação do GT-Cobrança buscou obter uma proposta de consenso, fato este que acabou não ocorrendo. Com isso o GT-Cobrança entendeu que não deveria haver uma votação, mas sim levar a discussão para a CT-PB. A tramitação do assunto no âmbito do GT-Cobrança foi encerrada, conforme consta da ata da sua reunião do dia 15/08/12 no CIESP/Indaiatuba, com a seguinte decisão:

Após as discussões, ficou acordado que este assunto (atualização dos PUBs das Cobranças PCJ) está encerrado, sem consenso, no âmbito do GT-Cobrança e que os trabalhos e as discussões sobre o mesmo, já feitos pelo GT-Cobrança, deverão ser encaminhados à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), no dia 12/09/2012, para apreciação e devido encaminhamento [...]

No âmbito da CT-PB o assunto foi discutido em 3 reuniões, buscando-se uma proposta de consenso, que também não foi alcançado. A CT-PB também optou por não fazer uma votação deixando para a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), que é a última etapa de discussões antes do encaminhamento ao plenário, a missão de obter um consenso sobre o assunto.

A 49ª Reunião Ordinária da CT-PL foi realizada para discutir o assunto, no dia 23/11/2012, no município de Piracicaba. Naquela reunião foi apresentada a proposta, contendo a simulação dos valores com base nas premissas discutidas até aquela data.

Após discussões foi apresentada proposta alternativa, por representantes do setor de saneamento dos Comitês PCJ presentes à reunião, na qual se estabelecia, como meta, a cobrança representar 17,5% das necessidades de investimentos previstas no Plano das Bacias PCJ 2010-2020, no ano de 2020, porém com o reajuste anual iniciando-se em 2014, com os PUBs atualizados já em janeiro de 2014, mantendo-se os atuais PUBs para as cobranças em 2013, e aprovando-se novos valores, com aumento gradativo dos PUBs para os próximos 3 (três) anos, ou seja: 2014, 2015 e 2016, para não causar impacto significativo aos usuários, devendo-se fazer novos estudos para os valores dos PUBs a partir de 2017.

Não havendo o consenso, e tendo em vista a necessidade de submeter o assunto ao plenário dos Comitês PCJ, a CT-PL decidiu pela realização de votação. Assim, a proposta acima descrita foi aprovada com 15 votos favoráveis, havendo ainda, 5 votos contrários e 1 abstenção. Com isto a matéria estava apta a seguir para os Plenários dos Comitês PCJ.

5.2. Aprovação no âmbito dos Plenários dos Comitês PCJ

A proposta aprovada na CT-PL foi analisada e votada na 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada no município de Itapeva/MG, no dia 14/12/12, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, que estabeleceu novos valores para os PUBs das Cobranças PCJ. Em função da dominialidade dos rios a deliberação é composta por três anexos, a saber:

- a) Anexo I – Onde constam os valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs da cobrança pelos usos dos recursos hídricos nos corpos d’água de domínio da União (Cobrança PCJ Federal) existente nas Bacias PCJ;
- b) Anexo II – Onde constam os valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs da cobrança pelos usos dos recursos hídricos nos corpos d’água de domínio do estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista) existente nas Bacias PCJ;
- c) Anexo III – Onde constam os valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs da cobrança pelos usos dos recursos hídricos nos corpos d’água de domínio do estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira) existente nas Bacias PCJ.

A partir dos valores atuais dos PUBs, conforme Tabela 13 foram discutidos e aprovados os novos valores para os anos de 2014, 2015 e 2016, mantendo-se os mesmos valores para o ano de 2013.

Tabela 13 - Valores dos PUBs aprovados em 2005 e vigentes de 2006 a 2012

Tipos de Uso	Valores (R\$)	Unidades
Captação de Água Bruta Superficial	0,01	m ³
Consumo de Água Bruta	0,02	m ³
Captação de Água Bruta Subterrânea	0,0115	m ³
Lançamento de Carga Orgânica (DBO _{5,20})	0,1	kg
Transposição de Bacia	0,015	m ³

Fonte: Comitês PCJ (2006).

Assim, os novos valores aprovados são:

A. Para a cobrança Federal

I – Para captação, extração e derivação: PUB_{cap}

- a) R\$ 0,0100 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0108 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0118 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0127 por m^3 de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016.

II - Para consumo: PUB_{cons}

- a) R\$ 0,020 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0217 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0235 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0255 por m^3 de água consumido a partir de 1º de janeiro de 2016.

III - Para lançamento de carga de $DBO_{5,20}$: PUB_{DBO}

- a) R\$ 0,100 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,1084 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,1175 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,1274 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ a partir de 1º de janeiro de 2016.

IV – Para transposição de bacia: PUB_{transp}

- a) R\$ 0,0150 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0163 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0176 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0191 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, a partir de 1º de janeiro de 2016.

B. Para a cobrança estadual paulista

I – Para captação, extração e derivação: PUB_{cap}

- a) R\$ 0,010 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0108 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0118 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0127 por m^3 de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016.

II - Para consumo: PUB_{cons}

- a) R\$ 0,020 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0217 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0235 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0255 por m^3 de água consumido a partir de 1º de janeiro de 2016.

III - Para lançamento de carga de $DBO_{5,20}$: PUB_{DBO}

- a) R\$ 0,100 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) – $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,1084 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) – $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,1175 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) – $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,1274 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ a partir de 1º de janeiro de 2016.

C. Para a cobrança estadual mineira

I – Para captação de água bruta superficial: PUB_{cap}

- a) R\$ 0,010 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0108 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0118 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0127 por m^3 de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016.

II – Para captação de água bruta subterrânea: PUB_{cap}

- a) R\$ 0,0115 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0125 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0135 por m^3 de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0146 por m^3 de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016.

III - Para consumo: PUB_{cons}

- a) R\$ 0,020 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0217 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0235 por m^3 de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0255 por m^3 de água consumido a partir de 1º de janeiro de 2016.

IV - Para lançamento de carga de $DBO_{5,20}$: PUB_{DBO}

- a) R\$ 0,100 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,1084 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,1175 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,1274 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$ a partir de 1º de janeiro de 2016

V – Para transposição de bacia: PUB_{transp}

a) R\$ 0,0150 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;

R\$ 0,0163 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;

b) R\$ 0,0176 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;

c) R\$ 0,0191 por m^3 de água captado, para transposição para outra bacia, a partir de 1º de janeiro de 2016.

Tabela 14 - Valores atualizados para os PUBs – 2013 a 2016

Parâmetros	Unidade	Valor do PUB (R\$)			
		2013	2014	2015	2016
Captação Superficial	m^3	0,010	0,0108	0,0118	0,0127
Captação Subterrânea	m^3	0,0115	0,0125	0,0135	0,0146
Consumo	m^3	0,020	0,0217	0,0235	0,0255
Lançamento	kg/DBO _{5,20}	0,100	0,1084	0,1175	0,1274
Transposição	m^3	0,015	0,0163	0,0176	0,0191

Fonte: Comitês PCJ (2013).

Outra decisão importante tomada, restrita à cobrança paulista, refere-se aos percentuais de aplicação dos recursos financeiros arrecadados, em cada um dos Programas de Duração Continuada – PDCs do Plano das Bacias PCJ 2010/2020, que passaram a ser:

- PDC 1 – até 15% do arrecadado;
- PDC 3 – no mínimo 45% do arrecadado; e
- PDC 5 – até 40% do arrecadado.

A alteração aprovada tem como fundamento as necessidades de recursos financeiros apontadas no Plano das Bacias PCJ 2010/2020, que prioriza, além das ações de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos (PDC 1), ações voltadas para a recuperação da qualidade das águas (PDC 3), assim como à utilização racional da água, destacando o combate às perdas de água nas redes de distribuição dos municípios (PDC 5).

Cabe ressaltar ainda que, com a aprovação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ 2013 a 2016, os recursos arrecadados com a Cobrança Federal PCJ serão aplicados no formato de “Demanda Induzida” em estudos, projetos e serviços relacionados com: enquadramento dos corpos d’água; monitoramento hidrológico e hidrometeorológico; educação ambiental; comunicação social; águas subterrâneas; Programa de Gestão Municipal de Recursos Hídricos; Proteção e Recuperação de Mananciais; Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e recomposição florestal; cursos e capacitações; reservatórios; dentre outros.

5.3. Resultado da votação que aprovou a proposta

Pela Lei Paulista nº 12.183, de 29/12/2005, que regulamentou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no estado de São Paulo, há necessidade de que a votação de cada comitê de bacias, quando da decisão sobre assuntos relacionados com a cobrança, ocorra com qualificação dos votos dos segmentos que compõem os respectivos plenários, conforme segue:

Artigo 6º - A fixação dos valores para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos obedecerá aos seguintes procedimentos: ...

§ 2º - As decisões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia sobre a fixação dos limites, condicionantes e valores da cobrança pela utilização dos recursos hídricos serão tomadas por maioria simples, mediante votos dos representantes da Sociedade Civil, dos Municípios e do Estado, os quais terão os seguintes pesos:

1- 40% (quarenta por cento), os votos dos representantes de entidades da sociedade civil, fixado em 70% (setenta por cento), no contexto destas, o peso dos votos das entidades representativas de usuários pagantes de recursos hídricos;

2- 30% (trinta por cento), os votos dos representantes dos Municípios;

3- 30% (trinta por cento), os votos dos representantes do Estado.

A 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada no município de Itapeva/MG, no dia 14/12/12, contou com a participação de 119 pessoas no total, sendo aproximadamente 70 pessoas membros titulares ou suplentes dos plenários dos Comitês PCJ.

No caso específico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – CBH-PCJ, que é o comitê estadual paulista, houve a participação de 35 membros com direito a voto, sendo que destes, 33 votaram a favor da proposta, 1 votou contrário e 1 se absteve, conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Participação dos votos na Plenária do CBH-PCJ de 14/12/12

Segmentos	Membros					
	Total	Presentes	Ausentes	Votos Favoráveis	Votos Contrários	Abstenções
Estado	17	8	9	8	0	0
Municípios	17	12	6	12	0	0
Sociedade Civil-Usuários	8	7	1	5	1	1
Sociedade Civil	9	8	1	8	0	0
Total	51	35	17	33	1	1

Fonte: Agência das Bacias PCJ (2012).

Observa-se que a proposta de atualização dos valores dos PUBs das Cobranças PCJ foi aprovada por uma ampla maioria dos votantes, mesmo considerando os pesos diferenciados dos representantes dos segmentos que compõem o plenário do CBH-PCJ, conforme exigido na legislação paulista. Tal situação pode ser verificada de acordo com a ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 14/12/12, conforme segue:

[...] o Sr. Moretti informou que foi desenvolvida uma planilha em Excel para o acompanhamento dos percentuais das votações. O Sr. Moretti informou, ainda, que para os rios de domínio da União e do Estado de Minas Gerais, não existe procedimento restritivo, sendo que cada segmento tem o seu peso pelo número de membros que compõem o plenário. Na sequência, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação aos membros do PCJ FEDERAL, que foi aprovada por 33 (trinta e três) votos a favor, correspondente a 4,6% dos votos (ASSEMAE com 2 votos, ABCON, COOPERVAP, DAE de Americana, SABESP com 2 votos, SINMEC, Sindicato Rural de Campinas, Sindicato Rural de Rio Claro, Sindicato Rural de Extrema, CENA, Consórcio PCJ, INEVAT, Rotary Internacional D-4590, Fórum das Entidades Cíveis, FLORESPI, SORIDEMA, AME, IEF, Circuito Turístico Serras Verdes, COPASA, Prefeitura Municipal de Indaiatuba, Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Amparo, Prefeitura Municipal de Camanducaia; Prefeitura Municipal de Extrema; SRHU/MMA, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria de Meio Ambiente; com 5 (cinco) votos contra, correspondente a 12,8% dos votos (CIESP DR-Bragança Paulista, CIESP DR–

Jundiaí, CIESP DR–Americana, CIESP DR–Piracicaba e ÚNICA) e 1 (uma) abstenção, correspondente a 2,6% dos votos (CIESP DR-Limeira). Após, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação aos membros do CBHPJ, sendo aprovada por unanimidade dos 11 (onze) membros presentes, a saber: AME com 3 votos, Circuito Turístico Serras Verdes, COPASA, IEF, SINMEC, Sindicato Rural de Extrema, Prefeitura Municipal de Camanducaia, Prefeitura Municipal de Extrema e Prefeitura Municipal de Itapeva. Após, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação aos membros do CBH-PCJ, tendo 32 (trinta e dois) votos a favor (Prefeitura Municipal de Amparo, Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Indaiatuba, Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, Prefeitura Municipal de Americana, Prefeitura Municipal de Atibaia, Prefeitura Municipal de Holambra, Prefeitura Municipal de Hortolândia, Prefeitura Municipal de Jundiaí, Prefeitura Municipal de Iracemápolis, Prefeitura Municipal de Piracicaba e Prefeitura Municipal de Rio Claro, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Energia, SABESP, CETESB, DAEE, ASSEMAE (2 votos), Sindicato Rural de Campinas, Sindicato Rural de Rio Claro, COOPERVAP, CENA, Rotary Internacional D-4590, INEVAT, FLORESPI, Fórum das Entidades Civas, SORIDEMA, Consórcio PCJ); com 01 (um) voto contra (CIESP DR-Bragança Paulista) e 1 (uma) abstenção (CIESP DR-Limeira). Após, o Sr. Moretti solicitou para que fosse inserido na planilha de cálculo dos votos do CBH-PCJ, onde se constatou a existência de 95% dos votos a favor, 5% dos votos contra, aprovando-se a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, que estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Cobranças PCJ). [...]

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). (2003). *Plano nacional de recursos hídricos : documento base de referência*. Brasília: ANA, SPR.
- ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). (2005). *Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2004-2013) [livros] : síntese executiva com apreciação das deliberações do CBHSF aprovadas na III Reunião Plenária de 28 a 31 de julho de 2004*. Brasília: ANA.
- ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). (2007). *A implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e agência de água das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí*. Brasília.
- ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). (2010). *Atlas Brasil, abastecimento urbano de água, resultados por estado*: Agência Nacional de Águas; Engecorps/Cobrape - Brasília.
- Brasil. (09 de jan. de 1997). Lei Federal Nº 9433, de 08 de Janeiro de 1997. *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou ...* Brasília, DF: DOU.
- Brasil. (11 de jun de 2004). Lei Federal Nº 10881, de 09 de junho de 2004. *Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*. Brasília, DF: DOU.
- CERH/MG - Conselho Estadual de recursos Hídricos de Minas Gerais. (11/12/2009). Deliberação nº 213, de 27 de março de 2009. *Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, na forma da Deliberação Normativa dos Comitês PCJ nº 021, de 18 de dezembro de 2008*.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2013). *Qualidade das Águas Superficiais no estado de São Paulo 2012*. São Paulo: CETESB, 370p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2012). *Qualidade das Águas Superficiais no estado de São Paulo 2011*. São Paulo: CETESB, 356p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2011). *Qualidade das Águas Superficiais no estado de São Paulo 2010*. São Paulo: CETESB, 298p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2010). *Relatório de Qualidade das Águas Superficiais no estado de São Paulo 2009*. São Paulo: CETESB, 310p.

- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2009). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2008*. São Paulo: CETESB, 528p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2008). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2007*. São Paulo: CETESB, 537p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2007). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2006*. São Paulo: CETESB, 327p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2006). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2005*. São Paulo: CETESB, 488p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2005). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2004*. São Paulo: CETESB, 307p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2004). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2003*. São Paulo: CETESB, 273p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2003). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2002*. São Paulo: CETESB, 279p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2002). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2001*. São Paulo: CETESB, 227p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo) (2001). *Relatório de Qualidade das Águas Interiores no estado de São Paulo 2000*. São Paulo: CETESB, 138p.
- CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos. (30 de nov. de 2005). Resolução nº 52, de 28 de novembro de 2005, de *Aprova os mecanismos e os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*. Brasília, DF: DOU.
- CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos. (06 de fev. de 2009). Resolução nº 91, de 5 de novembro de 2008. *Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos*. Brasília, DF: DOU.

- CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos. (21 de jul de 2010). Resolução nº 111, de 13 de abril de 2010. *Delega competência à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o exercício de funções inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*. Brasília, DF: DOU
- COBRAPE - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos. (2010). *Plano das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020: com propostas de atualização dos corpos d'água e programa para efetivação do enquadramento dos corpos d'água até o ano de 2035: Relatório Final*. [s.l.].
- COBRAPE - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos. (2011). *Plano das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020: relatório síntese* (1ª Ed ed.). São Paulo: Neoband Soluções Gráficas.
- Comitês PCJ. (25 de out de 2005). Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, de 21 de outubro de 2005. *Estabelece mecanismos e sugere valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos das rios Piracicaba Capivari e Jundiaí e dá outras providências*. São Paulo: DOE.
- Comitês PCJ. (08 de dez. de 2005). Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027/05, de 30 de novembro de 2005. *Altera a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, em decorrência da Resolução CNRH nº 52, de 28/11/2005*. São Paulo: DOE.
- Comitês PCJ. (30 de set. de 2006). Deliberação Conjunta Nº 048/2006, de 28 de setembro de 2006. *Aprova a proposta para implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de SP, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e dá outras providências*. São Paulo: DOE.
- Comitês PCJ. (23 de nov. de 2006). Deliberação Conjunta Nº 053/2006, de 21 de novembro de 2006. *Altera a redação do art 9º da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 48, de 28/09/2006*. São Paulo: DOE
- Comitês PCJ. (14 de dez. de 2006). Deliberação Conjunta Nº 054/2006, de 12 de dezembro de 2006. *Referenda Ato do Sr. Presidente dos Comitês PCJ tomados por meio de Deliberação Ad referendum..* São Paulo: DOE.
- Comitês PCJ. (18 de dez. de 2008). Deliberação dos Comitês PCJ Nº 021/2008, de 12 de dezembro de 2008. *Estabelece mecanismos e valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba e Jaguari e dá outras providências*. São Paulo: DOE.
- Comitês PCJ. (27 de mai. de 2009). Deliberação dos Comitês PCJ Nº 033/2009, de 21 de maio de 2009. *Aprova o Estatuto da Fundação Agência das Bacias PCJ e dá outras providências*. São Paulo: DOE.

- Comitês PCJ. (11 de dez. de 2010). Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09 de dezembro de 2010. *Aprova o “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa ...* São Paulo: DOE.
- Comitês PCJ. (02 de fev. de 2011). Deliberação dos Comitês PCJ nº 108/11, de 31/03/1. *Altera atribuições da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ e dá outras providências.* São Paulo: DOE.
- Comitês PCJ. (27 de jun. de 2013). Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14 de dezembro de 2012. *Estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Cobranças PCJ) e dá outras providências.* São Paulo: DOE.
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente (18 de mar. de 2005). Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. *Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.* São Paulo: DOE.
- IRRIGART - Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos (2005). *Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: situação dos recursos hídricos 2002/2003: relatório síntese.* Piracicaba: 103p.
- IRRIGART Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos. (2009). *Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias PCJ 2009.* [s.l.].
- Minas Gerais, Governo do Estado de. (30 de jan. de 1999). Lei Estadual nº 13199, de 29 de janeiro de 1999. *Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.* Belo Horizonte: Diário do Executivo
- São Paulo, Governo do Estado de. (23 de nov. de 1977). Decreto Estadual nº 10755, de 22 de novembro de 1977. *Dispõe sobre o enquadramento dos corpos água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8468 de setembro de 1976 e dá outras providências correlatas.* São Paulo: DOE.
- São Paulo, Governo do Estado de. (31 de dez. de 1991). Lei Estadual nº 7663, de 30 de dezembro de 1991. *Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.* São Paulo: DOE.
- São Paulo, Governo do Estado de. (30 de dez. de 2005). Lei Estadual nº 12183, de 29 de dezembro de 2005. *Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências.* São Paulo: DOE.

São Paulo, Governo do Estado de. (30 de dez. 2006). Decreto n° 51449, de 29 de dezembro de 2006. *Aprova e fixa os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, capivari e Jundiaí*. São Paulo: DOE

SHS - Consultoria e Projetos de Engenharia S/S Ltda (2006). *Plano das Bacias Hidrográficas 2004-2007 dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: síntese do relatório final*. São Carlos: 48 p.

THESIS – Engenharia e Construções (2010). *Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: Relatório de Gestão dos Recursos Hídricos 2008/2009:Relatório Final*. [s.l.],179p.

ANEXO A - DELIBERAÇÃO DOS COMITÊS PCJ Nº 160/12

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012.

Estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Cobranças PCJ) e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 10ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando os termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, de 21 de outubro de 2005, que estabeleceu mecanismos e sugeriu os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e deu outras providências;

Considerando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em sua 14ª Reunião Ordinária, realizada em 28/11/2005, em Brasília/DF, aprovou a Resolução nº 52/05, manifestando-se sobre as propostas dos Comitês PCJ para a implementação da cobrança e indicando a necessidade de alterações nos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, as quais foram aprovadas e alteradas pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027/05, de 30/11/2005;

Considerando que em todo o território e em todos os corpos d'água das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ) já se implantou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos (Cobranças PCJ), iniciadas com a cobrança em rios de domínio da União, em 2006 e, posteriormente, sendo implantadas as cobranças nos corpos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, em 2007 e de domínio do Estado de Minas Gerais, em 2010;

Considerando que a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) exerce as funções, como entidade delegatária, de Agência de Água nas Bacias PCJ;

Considerando o § 2º do art. 3º da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, que estabelece que os seus Anexos I e II, mecanismos de cobrança e valores, respectivamente, deverão ser revistos pelos Comitês PCJ a partir do 25º mês do início da cobrança nas Bacias PCJ;

Considerando que no período de 2006 a 2012 não houve correção dos valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs) que são utilizados para o cálculo dos valores arrecadados com as cobranças PCJ, gerou uma defasagem na relação entre o montante arrecadado e o necessário a ser investido de acordo com o plano de bacias, passando de 20% para os atuais 15%;

Considerando os termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 048/06, de 28 de setembro de 2006, que estabeleceu mecanismos e sugeriu os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no Estado de São Paulo; alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ *ad referendum* nº 053/06, de 21 de novembro de 2006;

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 21/08, de 12 de dezembro de 2008, que estabeleceu mecanismos e sugeriu os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba e Jaguari (Bacias PJ), no Estado de Minas Gerais;

Considerando que a Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) reativou, no seu âmbito, os trabalhos do Grupo de Trabalho específico que tratou da implantação da cobrança pelo uso das águas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, com a denominação de "GT-Cobrança" para, agora, estudar e propor novos valores para os PUBs das Cobranças PCJ;

Considerando que o GT-Cobrança, coordenado pelo CIESP, Diretoria Regional de Jundiaí, realizou 10 Reuniões Ordinárias para tratar desse assunto, no período de 27/07/2011 a 19/09/2012, discutindo e formulando propostas sobre o assunto; 3 seminários para os setores de saneamento e da indústria, sendo dois no Consórcio PCJ, em Americana, nos dias 26/09/2012 e 02/10/2012, respectivamente, e um no CIESP, Diretoria Regional de Campinas, em 19/10/2012, bem como uma reunião da CT-Indústria, em 28/05/2012, em Indaiatuba.

Considerando que o assunto foi levado, para discussão, à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) a qual realizou 3 (três) reuniões, uma em 19/09/2012, na SANASA/ Campinas; em 04/10/2012, na Foz de Limeira,

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



em Limeira e em 14/11/2012, no Museu da Água, em Piracicaba, sendo, posteriormente, enviado à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL);

Considerando que o assunto foi apreciado e aprovado em reunião da CT-PL, realizada em 23/11/2012, na Biblioteca Municipal, em Piracicaba/SP;

Deliberam:

Art. 1º Fica aprovado o **Anexo I** desta Deliberação onde constam os valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs) da cobrança pelos usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União (Cobrança PCJ Federal) existentes nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ).

Art. 2º Fica aprovado o **Anexo II** desta Deliberação onde constam os valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs) e os percentuais de aplicação dos recursos arrecadados, da cobrança pelos usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista) existentes no território paulista das Bacias PCJ.

Art. 3º Fica aprovado o **Anexo III** desta Deliberação onde constam os valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs) da cobrança pelos usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio do Estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira) existentes no território mineiro das Bacias PCJ, denominado Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari.


Art. 4º Fica delegado à Agência das Bacias PCJ:

- I. a elaboração de relatório contendo a fundamentação da proposta ora aprovada;
- II. até 2016 a apresentação de um conjunto de indicadores e instrumentos de gestão, visando a avaliação permanente da execução do Plano de Bacias e da gestão de aplicação dos recursos da cobrança;


Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, destacadamente:

- I. o Anexo II da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, de 21/10/2005; alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027/05, de 30/11/05;
- II. o art. 2º da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 048/06, de 28/09/2006, e o art. 9º dessa mesma deliberação, alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ *ad referendum* nº 053/06, de 21/11/2006;
- III. o Anexo II da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 021/08, de 12/12/2008.

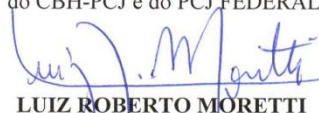
Art. 6º Esta deliberação entra em vigor a partir da data de sua aprovação.



CÉLIO DE FÁRIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL



BARJAS NEGRI
Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL



LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



ANEXO I - Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012.

VALORES DOS PUBs REFERENTES À COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NOS CORPOS D'ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO, NAS BACIAS PCJ

Art. 1º Fica aprovada a revisão dos valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs, definidos no art. 1º do Anexo II da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, de 21/10/2005; alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027/05, de 30/11/05, utilizados para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), nos termos descritos neste Anexo.

Art. 2º Os Preços Unitários Básicos – PUBs mencionados no art. 1º deste Anexo serão os seguintes:

I – para captação, extração e derivação: PUB_{cap}

- a) R\$ 0,0100 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0108 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0118 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0127 por m³ de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016;

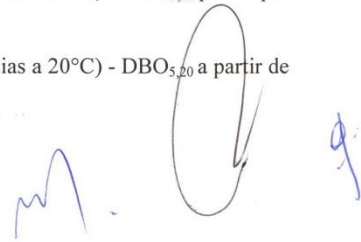
II – para consumo: PUB_{cons}

- a) R\$ 0,020 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0217 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0235 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0255 por m³ de água consumido a partir de 1º de janeiro de 2016;

III – para lançamento de carga de DBO_{5,20}: PUB_{DBO}

- a) R\$ 0,100 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,1084 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,1175 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,1274 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} a partir de 1º de janeiro de 2016;

IV – para transposição de bacia: PUB_{transp}



Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí


(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



- a) R\$ 0,0150 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0163 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0176 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0191 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, a partir de 1º de janeiro de 2016;

Art. 3º Visando à implementação do disposto neste ANEXO I, esta deliberação deverá ser encaminhada:

- I. ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para apreciação;
- II. à Agência Nacional de Águas (ANA), para a implementação das medidas sob sua responsabilidade, após aprovação do CNRH;
- III. aos prefeitos dos municípios que compõem os Comitês PCJ, para que tomem ciência das decisões e adotem as providências julgadas necessárias;
- IV. aos usuários de recursos hídricos, públicos e privados, cadastrados na ANA, para ciência das decisões tomadas e para que adotem as providências julgadas necessárias.



CÉLIO DE FÁRIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL



BARJAS NEGRI
Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL



LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



ANEXO II - Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012.

VALORES E PERCENTUAIS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS, REFERENTES À COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NOS CORPOS D'ÁGUA DE DOMÍNIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NAS BACIAS PCJ

Art. 1º Fica aprovada a revisão dos valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs, definidos no art. 10 e no item 9 do Anexo do Decreto nº 50.667/06, utilizados para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), nos termos descritos neste Anexo.

Art. 2º Os Preços Unitários Básicos – PUBs mencionados no art. 1º deste Anexo serão os seguintes:

I – para captação, extração e derivação: PUBcap

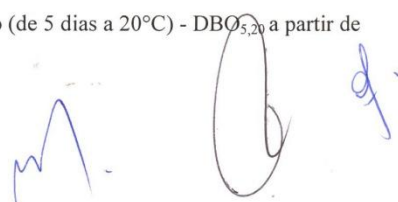
- a) R\$ 0,010 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0108 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0118 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0127 por m³ de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016;

II – para consumo: PUBcons

- a) R\$ 0,020 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0217 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0235 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0255 por m³ de água consumido a partir de 1º de janeiro de 2016;

III – para lançamento de carga de DBO_{5,20}: PUB_{DBO}

- a) R\$ 0,100 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) – DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,1084 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) – DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,1175 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) – DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,1274 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) – DBO_{5,20} a partir de 1º de janeiro de 2016;



Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Art. 3º Os recursos a serem arrecadados com a cobrança aprovada por meio do Decreto nº 51.449, de 29 de dezembro de 2006, com os valores dos PUBs descritos no art. 2º desta deliberação, serão aplicados conforme previsto no inciso IV do artigo 22, do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, nos Programas de Duração Continuada – PDCs constantes do Plano das Bacias PCJ, período 2010/2020, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, deduzidos os valores discriminados nos incisos I, II, III, V e VI do art. 22, do Decreto nº 50.667/06, conforme segue:


I – PDC 1 (BASE DE DADOS, CADASTROS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS): até 15% do disponível para aplicação;

II – PDC 3 (RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA): no mínimo, 45% do disponível para aplicação;


III – PDC 5 (PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS): até 40% do disponível para aplicação.

Art. 4º Visando à implementação do disposto neste Anexo II, esta deliberação deverá ser encaminhada:

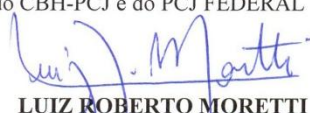
- I. ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo , para análise e manifestação;
- II. aos prefeitos dos municípios que compõem os Comitês PCJ, para que tomem ciência das decisões e adotem as providências julgadas necessárias;
- III. aos usuários de recursos hídricos, públicos e privados, cadastrados na Agência das Bacias PCJ, para ciência das decisões tomadas e para que adotem as providências julgadas necessárias.



CÉLIO DE FÁRIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL



BARJAS NEGRI
Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL



LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



ANEXO III - Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012.

VALORES DOS PUBs REFERENTES À COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NOS CORPOS D'ÁGUA DE DOMÍNIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, NAS BACIAS PCJ

Art. 1º Fica aprovada a revisão dos valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs, definidos na Deliberação CERH nº 213, de 27 de março de 2009, que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, na forma da Deliberação dos Comitês PCJ nº 021, de 18 de dezembro de 2008, nos termos descritos neste Anexo.

Art. 2º Os Preços Unitários Básicos – PUBs mencionados no art. 1º deste Anexo serão os seguintes:

I – para captação de água bruta superficial: PUBcap

- a) R\$ 0,010 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0108 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0118 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0127 por m³ de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016;

II – para captação de água bruta subterrânea: PUBcap

- a) R\$ 0,0115 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0125 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0135 por m³ de água captado, extraído ou derivado para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0146 por m³ de água captado, extraído ou derivado a partir de 1º de janeiro de 2016;

III – para consumo: PUBcons

- a) R\$ 0,020 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0217 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0235 por m³ de água consumido para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0255 por m³ de água consumido a partir de 1º de janeiro de 2016;

IV – para lançamento de carga de DBO_{5,20}: PUB_{DBO}

- a) R\$ 0,100 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;



Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



- b) R\$ 0,1084 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,1175 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,1274 por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - DBO_{5,20} a partir de 1º de janeiro de 2016;

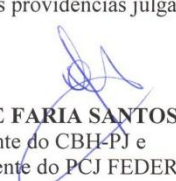
V – para transposição de bacia: PUB_{transp}


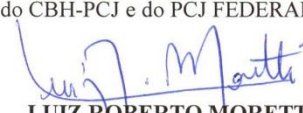
- a) R\$ 0,0150 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013;
- b) R\$ 0,0163 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014;
- c) R\$ 0,0176 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- d) R\$ 0,0191 por m³ de água captado, para transposição para outra bacia, a partir de 1º de janeiro de 2016;

Art. 3º Os recursos a serem arrecadados com os valores dos PUBs descritos no art. 2º deste Anexo, serão aplicados conforme previsto nos Programas de Duração Continuada – PDCs constantes do Plano das Bacias PCJ, período 2010/2020, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, deduzidos os valores discriminados no artigo 14, do Decreto nº 44.046/05.

Art. 4º Visando à implementação do disposto neste Anexo III, esta deliberação deverá ser encaminhada:

- I. ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH), para apreciação;
- II. ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), para a implementação das medidas concernentes à sua participação no processo da cobrança pelo uso de recursos hídricos e envio aos usuários de recursos hídricos, públicos e privados, cadastrados no IGAM, para ciência das decisões tomadas e para que adotem as providências julgadas necessárias, após aprovação do CERH;
- III. aos prefeitos dos municípios que compõem o CBH-PJ, para que tomem ciência das decisões e adotem as providências julgadas necessárias.


CÉLIO DE FÁRIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL


BARJAS NEGRI
Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário executivo dos Comitês PCJ

ANEXO B - ATA DA 10ª REUNIÃO PLENÁRIA - ITAPEVA 14/12/12

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

Relação dos Membros dos Plenários - Presentes	
Entidade	Nome
ABCON	José Braga
AME	Maria Natalina Mazochi
	Paulo Henrique Pereira
	Patrícia Akemi Omura
ASSEMBLÉIA	Hugo Marcos Piffer Leme
	Maria das Graças Martini
	Paulo Roberto S. Tinell
CENA	p/Marcos Vinícius Folegatti
CETESB	Eneida Mara Moraes Zanella
CIESP - DR Americana	p/ Roberto Mario Polga
CIESP - DR Bragança Pta	p/ Roberto Mario Polga
CIESP - DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Limeira	Eduardo Lovo Paschoalotti
CIESP- DR Piracicaba	p/ Roberto Mario Polga
CIESP- DR Santa Bárbara D Oeste	p/ Roberto Mario Polga
Circuito Tur. Serras Verdes	José Carlos Zambone
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
Consórcio Piraj	Francisco Antonio Moschini
COPASA	Alexandre José Grego
COOPERVAP	Eduardo Lovo Paschoalotti
DAE Americana	Romualdo José Kokol
DAEE	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
Elo Ambiental	Claudia Grabher
FLORESPI	p/ Claudia Grabher
Fórum das Entidades Cívicas	p/ Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	p/ Alexandre José Grego
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IPSA	Waldemar Bóbo
Ministério da Integração Nacional	José Luiz de Souza
P.M. de Americana	Romualdo José Kokol
P.M. de Amparo	Antônio Carlos Siqueira
P.M. de Analândia	José Batista Marinho
PM de Camanducaia	Célio de Faria Santos
PM de Campinas	Maria Fernanda S. Chiochetti
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	José Antonio de Andrade Dias da Silva
P.M. de Hortolândia	p/ Gerson Ferreira
P.M. de Indaiatuba	Lucidalva Luz dos Santos
P.M. de Ipeúna	Ildebrando Prata
P.M. de Itacemópolis	p/ Celso Eduardo Crystal
P.M. de Itapeva	Urias Paulo Furquim
	Sidney José da Rosa
P.M. de Itatiba	Idésio Masiero
P.M. de Itu	Aginaldo José Simão
P.M. de Itupeva	p/ Romeu Hiroyuki Wakabayashi
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Piracicaba	Barjas Negri
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
P.M. de Sta Bárbara d'Oeste	p/ Célia Maria Campos
P.M. de Sta Gertrudes	p/ Carlos Alberto do Carmo
P.M. de Socorro	p/ Salete de Fátima Torres Ishikawa
P.M. de Várzea Paulista	Marcelo Firmino de Oliveira
Rotary Internacional D- 4590	Luiz Antônio C. e Silva Brasi

SAA	Ángelo César Bosqueiro
SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo
Secretaria de Desenvolvimento Social	Oswaldo de Oliveira Vieira
Secretaria de Energia	Maria Aparecida Ribeiro Germek
SINMEC	Daniel Jesus de Lima
SMA	José Maria do Couto
SORIDEMA	Egberto da Fonseca Casazza
SR Campinas	p/ Claudia Grabher
SR Rio Claro	p/ Luis Antonio Carvalho e S. Brasi
SR Extrema	p/ Luis Antonio Carvalho e S. Brasi
SRHU/MMA	Ana Maria Heleno de Oliveira
SSRH	p/ Roseli dos Santos Souza
UNICA	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
André Elia Neto	
Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio da Nóbrega
ABES-SP	Ana Maria Souza Pereira
P.M. de Limeira	Rogério Mesquita
Secretaria da Fazenda	Tabir P. de Macedo Filho
Secretaria de Planejamento	Ester Aparecida Viana
	Gabriel Chamma Jr.
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos Cesar Prado
Secretaria dos Transportes	Marcelo Pucci Bandeira
	Augusto Olavo Leite
SIESP - SindiEnergia	Vitor Pereira Pinto
SR Limeira	Nilton Piccin

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2012, nas dependências do Hotel Resort Vale Suíço, em Itapeva/MG, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 119 pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme "Relação dos Membros dos Plenários Presentes" e público em geral, registrado em livro próprio. 1. **Abertura:** Após o encerramento 10ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em atendimento a necessidade de adequações no Estatuto do CBH-PCJ e nos Regimentos Internos do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ, o Secretário-executivo dos Comitês PCJ, Sr. Luiz Roberto Moretti, deu início à 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, convidando aos membros da mesa dirigente a permanecerem em seus lugares e nominando as entidades representadas na reunião, confirmou a existência de quorum nos três comitês. O Sr. Moretti pediu autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ e solicitou a inversão de pauta, no que se refere ao item Informes, para que seja o último item da pauta a ser discutido e, os demais, na sequência apresentada. Colocada em votação, a inversão solicitada foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, passou ao item 2. **Assuntos a deliberar:** 2.1. **Ata da reunião realizada no dia**

Página 1 de 8





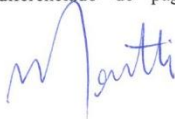
Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

- 31/07/2012 nas dependências do Hotel Fazenda São João, no município de São Pedro/SP: O Sr. Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de São Pedro/SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. 2.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 158/12 que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ”: O Sr. Moretti detalhou a Deliberação ad referendum nº 151/2012, de 04/09/2012, que ratificou o Termo de Transferência das funções de Secretaria Executiva do CBH-PCJ, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência PCJ). Após, o Sr. Moretti discorreu sobre a Deliberação ad referendum nº 152/2012, de 03/10/2012, que indicou empreendimentos relacionados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 142/12 para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ, e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2012. Na sequência, o Sr. Moretti, informou sobre a Deliberação ad referendum nº 153/2012, de 05/11/2012, que Referenda o Parecer Técnico do GT-Empreendimentos nº 04/2012, sobre o empreendimento: Modernização da Refinaria de Paulínia - REPLAN/PETROBRÁS, tendo em vista a solicitação da Petróleo Brasileiro S/A PETROBRÁS, aos Comitês PCJ, quanto à possibilidade de alteração de destinação de recursos de atividade prevista no Plano de Trabalho e Relatório das Ações Executadas aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 092/2010, de 09/12/2010, suprimindo a ação denominada “Contração de um novo cadastramento de usuários de águas superficiais (para irrigação) dos Rios Camanducaia e Jaguarí a montante da REPLAN”, e adicionando ações relativas às barragens PCJ (nos rios Camanducaia e Jaguarí), por tratarem-se de ações de extrema prioridade, inclusive previstas no Plano de Bacias PCJ 2012-2020. O Sr. Moretti detalhou a Deliberação ad referendum nº 154/2012, de 16/11/2012, que aprovou o calendário e os procedimentos eleitorais e constituiu Comissão Eleitoral para as eleições do CBH-PJ, para o mandato 2013/2017, explicando seu conteúdo e objetivo. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário e, não havendo, colocou a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 158/12 que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ” em votação, que foi aprovada por unanimidade. 2.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 159/12, que “Aprova pedido de Abatimento do Valor_{DBO} previsto na cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”: O Sr. Moretti lembrou que o mecanismo diferenciado de pagamento do “Valor_{DBO}” é um procedimento aprovado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 049/06, de 28/09/06, previsto na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A, de Campinas (SANASA) solicitou, aos Comitês PCJ, abatimento no “Valor_{DBO}”, em 09/10/2012, referente aos investimentos a serem realizados no ano de 2013, totalizando R\$ 1.529.229,55 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) para as obras da Estação de Tratamento de Esgoto Sosas/Joaquim Egídio, no município de Campinas e que a Agência PCJ, analisou a solicitação referente aos futuros investimentos nas obras da Estação de Tratamento de Esgoto Sosas/Joaquim Egídio, através do Parecer Técnico nº 11/2012, de 16/11/2012, disponibilizado para esta reunião. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros, e, não havendo, o Sr. Moretti colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 159/12, em votação sendo a solicitação aprovada por unanimidade. 2.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, que “Estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Cobranças PCJ) e dá outras providências: O Sr. Moretti explicou que em 2011 a Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), reativou, no seu âmbito, os trabalhos do Grupo de Trabalho específico que tratou da cobrança pelo uso das águas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, com a denominação de “GT-Cobrança”. Esclareceu que este GT estudou e analisou a atualização dos valores praticados para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias PCJ, para propor novos valores para os Preços Unitários Básicos (PUBs) das Cobranças PCJ, tendo em vista que no período de 2006 a 2012 não houve correção dos valores dos mesmos, os quais são utilizados para o cálculo dos valores arrecadados com as cobranças PCJ, gerando uma defasagem na relação entre o montante arrecadado e o necessário a ser investido de acordo com o plano de bacias, passando de 20%, à época de implantação da cobrança PCJ, para os atuais 15%. O Sr. Moretti informou, ainda, que o GT-Cobrança, coordenado inicialmente pelo CIESP, Diretoria Regional de Jundiá, e agora pelo DAEE, realizou 10 Reuniões Ordinárias para tratar desse assunto, no período de 27/07/2011 a 19/09/2012, discutindo e formulando propostas sobre o assunto; realizou 3 seminários para os setores de saneamento e da indústria, bem como uma reunião da CT-Indústria, específica sobre o assunto. O Sr. Moretti ressaltou, ainda, que o assunto foi levado para discussão na Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), a qual realizou 3 (três) reuniões, sendo o assunto, posteriormente, enviado para discussões finais relativas à determinação dos preços e dos prazos que deverão ser praticados à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), pois não se obteve consenso acerca dos valores e prazos



Página 2 de 8

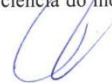
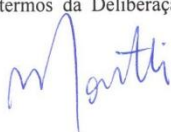
Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

que deveriam ser adotados. O Sr. Moretti, cientificou
150 que durante a 49ª Reunião Ordinária da CT-PL,
realizada na Biblioteca Municipal de Piracicaba,
Piracicaba/SP, no dia 23/11/2012 foi apresentada
simulação de valores com reajustes dos PUBs elaborada
com base em discussões na CT-PB, prevendo a Meta de
155 17,5% dos investimentos do plano de bacias cobertos
com as cobranças, com reajuste a partir de 01/07/2013,
chegando-se ao resultado da necessidade de reajuste
anual dos PUBs em cerca de 7,3% ao ano. Que na
reunião da CT-PL, representantes do setor de
160 saneamento dos Comitês PCJ presentes à reunião
apresentaram “proposta alternativa”, na qual se manteria
a meta da cobrança cobrir 17,5% das necessidades de
investimentos previstas no Plano das Bacias PCJ 2010-
2020, no ano de 2020, porém com o reajuste anual
165 iniciando-se em 2014, com os PUBs válidos já em
janeiro de 2014, mantendo-se os atuais PUBs para as
cobranças em 2013, e aprovando-se novos valores, com
aumento gradativo dos PUBs para os próximos 3 (três)
anos, ou seja: 2014, 2015 e 2016, para não causar
170 impacto significativo aos usuários, sendo que deverão
ser feitos novos estudos para os valores dos PUBs a
partir de 2017, e que esta proposta ocasionará um índice
de reajuste anual superior aos 7,3% mostrados
anteriormente. Mediante os esclarecimentos, o Sr.
175 Moretti informou que a “proposta alternativa”
mencionada foi aprovada na CT-PL e é a que consta dos
temas da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº
160/12, em questão. Na sequência, o Sr. Moretti
informou que a mesa diretiva dos trabalhos, recebeu
180 manifestação dos representantes do segmento usuários
de recursos hídricos, do setor indústria, comércio, de
prestação de serviços e de mineração, onde são
levantados pontos sobre a construção da presente
proposta e são indicadas três alternativas para o assunto:
185 a) que o assunto, e sua respectiva minuta de
deliberação, sejam retirados de pauta e volte para
discussão no âmbito Câmara Técnica de Planejamento
– CT-PL; b) que o estudo de fundamentação seja
elaborado pela Agência das Bacias PCJ e que o mesmo
190 apresente subsídios para continuidade da discussão no
âmbito dos Comitês PCJ; e c) que os princípios técnicos
e legais previstos nas legislações federais, paulista e
mineira, para a gestão dos recursos hídricos sejam
plenamente considerados para a construção do
195 PACTO, com vista à proposta de ajuste dos valores dos
mecanismos e critérios da cobrança vigente. O Sr.
Moretti, esclareceu que a atualização dos valores dos
Preços Unitários Básicos (PUBs) praticados para as
cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ
200 têm fundamentação já feita quando do início das
cobranças nas Bacias PCJ e que os segmentos e setores
dos Comitês PCJ os aprovaram por unanimidade que a
cobrança, representava, de acordo com o Plano de
Bacias vigente à época, investimentos com percentual
205 de 20% do total previsto, para a recuperação da
qualidade e quantidade dos mananciais das Bacias PCJ,
aplicando-se os mecanismos e os PUBs aprovados nos
termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº

025/05, de 21/10/2005 e da Deliberação Conjunta dos
210 Comitês PCJ nº 027/05, de 30/11/2005. Ainda,
ressaltou, conforme já mencionado, que os valores da
cobrança estão defasados desde o ano de 2006,
constatando-se uma desvalorização os valores
arrecadados com as cobranças PCJ, que hoje
215 representam cerca de 15% dos investimentos
necessários, não sendo possível atender a todos os
investimentos propostos pelo Plano de Bacias, e que os
estudos que fundamentam a proposta de reajuste da
cobrança em análise são suficientes e foram realizados,
220 apresentados e discutidos não só desde 2011, mas ao
longo dos últimos 07 (sete) anos, principalmente em
virtude da aprovação do Plano de Bacias 2010-2020,
conforme já informado. Complementou dizendo que os
valores arrecadados a partir do reajuste serão aplicados
225 nos projetos que visem atender às ações expostas no
Plano de Bacias, até 2020. O Sr. Roberto Mário Polga,
do CIESP, Diretoria Regional de Jundiá, contestou a
argumentação financeira em questão, afirmando que
dentro dos instrumentos de gestão da Política de Recursos
230 Hídricos instituídos, o instrumento cobrança pelo uso
dos recursos hídricos não tem foco financeiro e sim de
ser um mecanismo jurídico-administrativo que
estabelece diretrizes básicas para o controle e
preservação dos recursos hídricos e que apesar da
235 defasagem financeira nas cobranças PCJ, as Bacias PCJ,
têm atingido seus objetivos. O Sr. Polga informou,
ainda, sobre os projetos de redução da captação e do
consumo de água e sobre os investimentos vultosos na
questão de tratamento de efluentes e o reúso da água no
setor industrial. O Sr. Sergio Razera, Diretor
240 Administrativo-financeiro da Agência PCJ, explicou
que no trâmite de qualquer alteração nos valores dos
PUBs, deve conter o encaminhamento para deliberação
dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (SP e
MG) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
245 (CNRH). Para a cobrança federal, após a aprovação do
CNRH, a mesma é enviada à Agência Nacional de
Águas (ANA) para implantação. Em São Paulo, após
aprovação do CRH, encaminha-se a proposta ao
Governador do Estado para formulação de decreto
250 referente ao reajuste da cobrança; por isso considera
fundamental uma decisão sobre o reajuste das cobranças
PCJ para 2014 sem mais prazos para discussões. O Sr.
Francisco Lahóz, Secretário-executivo do Consórcio
PCJ, lembrou que foram realizadas duas Oficinas na
255 sede do Consórcio PCJ, visando esclarecer o assunto,
onde se constatou a concordância com os reajustes das
cobranças PCJ. O Sr. Paulo Tinel, representante da
ASSEMAE, informou que o setor de saneamento, e
acredita que os demais setores também, não gostam do
260 aumento da cobrança, porém, o setor entende da
necessidade desse reajuste para que seja mantida a
ferramenta gestão de recursos hídricos ativa. O Sr.
Osman Fernandes da Silva, da Agência Nacional de
Águas (ANA), cientificou que é uma preocupação
265 nacional a cobrança ter capacidade de financiar os
passivos das bacias hidrográficas, identificados pelos
Planos de Bacias, tendo ciência do montante necessário



Página 3 de 8

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

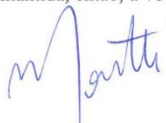


Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

270 para que a cobrança seja um elemento indutor da
execução do Plano de Bacias, e que o objetivo principal
é ter condições mínimas para que o Planos de Bacias
sejam executáveis. O Sr. Polga solicitou a palavra e
lembrou que o Estado de São Paulo, nos últimos 12
275 (doze) anos, tem demonstrado eficiência em relação aos
demais Estados do País, com relação à utilização dos
recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos -
FEHIDRO, que antes do início da cobrança pelo uso dos
recursos hídricos, eram utilizados, também, como
recursos para custeio das Secretarias Executivas dos
280 Comitês de Bacias do Estado de São Paulo,
demonstrando-se, assim, como uma ferramenta
extremamente importante, que outros estados não
souberam utilizar, demonstrando, por isso, a
importância, para estes outros estados, da cobrança pelo
285 uso da água. O Sr. Polga, ressaltou, ainda, que o Estado
de São Paulo está em estágio avançado em relação ao
assunto e que o foco demonstrado até o presente
momento, com os recursos da cobrança, é a questão do
tratamento de esgotos; porém, que esta é uma obrigação
290 dos municípios, que já têm em seu orçamento a
cobrança de tarifas de lançamento e afastamento dos
esgotos. Diante do exposto, o Sr. Polga propôs a
modificação da destinação dos recursos arrecadados
com as cobranças PCJ, visando destinar estes recursos
295 para a elaboração de projetos e o auxílio aos municípios
para alavancar recursos em outras fontes de
financiamentos no que tange ao tratamento e
afastamento de esgotos. O Sr. Michele Consolmagno, da
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos
300 da Região Bragantina - AEAARB-VIVERE, informou
que é membro da Câmara Técnica do Plano de Bacias
(CT-PB) e membro do GT-Cobrança, e manifestou sua
angústia, em verificar, pela primeira vez em 20 anos de
Comitês PCJ, que não existe um consenso, tendo em
305 vista que os trabalhos dos Comitês PCJ sempre
solucionaram suas questões pelo trabalho em grupo.
Ressaltou que o importante desta discussão é visar à
capacidade em continuar investir na gestão de recursos
hídricos das Bacias PCJ, conforme se iniciou em 2005
310 com as cobranças pelo uso dos recursos hídricos. E
salientou que após todo o período de discussão sobre o
reajuste da cobrança, não existe a necessidade de
estender o prazo para novas discussões, tendo em vista
que todas as questões levantadas ao longo do processo
315 foram respondidas e fundamentadas. O Sr. Jonas
Santarosa, da Prefeitura Municipal de Americana,
ressaltou a situação dos mananciais das Bacias PCJ,
mostrando preocupação no abastecimento da região e
manifestando-se contrário a se retardar o reajuste das
320 cobranças em análise. Prosseguindo, o Sr. Moretti
esclareceu que submeteria à votação a proposta de
adiamento da discussão, conforme apresentada pelo
setor indústria, comércio, de prestação de serviços e de
mineração, retirando-se pautando a votação da Minuta de
325 Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12. Feita a
votação, foram registrados somente os votos do CIESP
DR- Jundiá e da Única favoráveis à proposta, ficando
mantida, então, a votação da Minuta de Deliberação dos

Comitês PCJ nº 160/12 na forma apresentada. Após, o
330 Sr. Moretti informou da existência de proposta
apresentada pela SABESP de inclusão, no artigo quarto,
na proposta original, com a seguinte redação: *Fica
delegado à Agência das Bacias PCJ: inciso I - a
elaboração de relatório contendo a fundamentação da
335 proposta ora aprovada; II - até 2016 a apresentação de
um conjunto de indicadores e instrumentos de gestão,
visando a avaliação permanente da execução do Plano
de Bacias e da gestão de aplicação dos recursos da
cobrança.* Colocada em votação, proposta foi aprovada
por unanimidade. Após, o Sr. Moretti discorreu sobre a
340 minuta de deliberação em questão, informando que
embora os valores de reajuste sejam exatamente os
mesmos para os três comitês (federal, paulista e
mineiro), a deliberação possui três anexos, tratando de
cada comitê individualmente, a saber: anexo I, relaciona
345 as cobranças nos cursos d'água de domínio da União; o
anexo II, que é pertinente os cursos d'água de domínio
do Estado de São Paulo; e o anexo III, que trata dos
cursos d'água de domínio do estado Minas Gerais. O Sr.
Moretti acrescentou, ainda, que em atendimento ao
350 artigo 6º da Lei Estadual Paulista nº 12.183, de 29 de
dezembro de 2005, que dispõe sobre a cobrança pela
utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado
de São Paulo, dos procedimentos para fixação de seus
limites e das condicionantes e valores, impõe que as
355 deliberações sobre a cobrança, pelos Comitês de Bacia,
deverão obedecer aos procedimentos dispostos § 2º do
art. 6º, e devem ser tomadas por maioria simples (50%
mais um dos votos), mediante votos dos representantes
da Sociedade Civil, dos Municípios e do Estado, os
360 quais terão os seguintes pesos: 40% (quarenta por
cento), os votos dos representantes de entidades da
sociedade civil, fixado em 70% (setenta por cento), no
contexto destas, o peso dos votos das entidades
representativas de usuários pagantes de recursos
365 hídricos; 30% (trinta por cento), os votos dos
representantes dos Municípios; 30% (trinta por cento),
os votos dos representantes do Estado. Mediante o
exposto, o Sr. Moretti informou que foi desenvolvida
uma planilha em Excel para o acompanhamento dos
370 percentuais das votações. O Sr. Moretti informou, ainda,
que para os rios de domínio da União e do Estado de
Minas Gerais, não existe procedimento restritivo, sendo
que cada segmento tem o seu peso pelo número de
membros que compõem o plenário. Na sequência, o Sr.
375 Moretti colocou a proposta em votação aos membros do
PCJ FEDERAL, que foi aprovada por 33 (trinta e três)
votos a favor, correspondente a 84,6% dos votos
(ASSEMAE com 2 votos, ABCON, COOPERVAP,
DAE de Americana, SABESP com 2 votos, SINMEC,
380 Sindicato Rural de Campinas, Sindicato Rural de Rio
Claro, Sindicato Rural de Extrema, CENA, Consórcio
PCJ, INEVAT, Rotary Internacional D-4590, Fórum das
Entidades Cíveis, FLORESPI, SORIDEMA, AME, IEF,
Circuito Turístico Serras Verdes, COPASA, Prefeitura
Municipal de Indaiatuba, Prefeitura Municipal de Santa
385 Gertrudes, Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura
Municipal de Amparo, Prefeitura Municipal de

Página 4 de 8



Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

390 Camanducaia; Prefeitura Municipal de Extrema; SRHU/MMA, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria de Meio Ambiente; com 5 (cinco) votos contra, correspondente a 12,8% dos votos (CIESP DR-Bragança Paulista, CIESP DR-Jundiá, CIESP DR-Americana, CIESP DR-Piracicaba e ÚNICA) e 1 (uma) abstenção, correspondente a 2,6% dos votos (CIESP DR-Limeira). Após, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação aos membros do CBH-PJ, sendo aprovada por unanimidade dos 11 (onze) membros presentes, a saber: AME com 3 votos, Circuito Turístico Serras Verdes, COPASA, IEF, SINMEC, Sindicato Rural de Extrema, Prefeitura Municipal de Camanducaia, Prefeitura Municipal de Extrema e Prefeitura Municipal de Itapeva. Após, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação aos membros do CBH-PCJ, tendo 32 (trinta e dois) votos a favor (Prefeitura Municipal de Amparo, Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Indaiatuba, Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, Prefeitura Municipal de Americana, Prefeitura Municipal de Atibaia, Prefeitura Municipal de Holambra, Prefeitura Municipal de Hortolândia, Prefeitura Municipal de Jundiá, Prefeitura Municipal de Iracemápolis, Prefeitura Municipal de Piracicaba e Prefeitura Municipal de Rio Claro, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Energia, SABESP, CETESB, DAEE, ASSEMAE (2 votos), Sindicato Rural de Campinas, Sindicato Rural de Rio Claro, COOPERVAP, CENA, Rotary Internacional D-4590, INEVAT, FLORESPI, Fórum das Entidades Cívicas, SORIDEMA, Consórcio PCJ); com 01 (um) voto contra (CIESP DR-Bragança Paulista) e 1 (uma) abstenção (CIESP DR-Limeira). Após, o Sr. Moretti solicitou para que fosse inserido na planilha de cálculo dos votos do CBH-PCJ, onde se constatou a existência de 95% dos votos a favor, 5% dos votos contra, aprovando-se a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, que estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Cobranças PCJ), com a inserção da proposta da SABESP, para os três comitês: CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ. 2.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 161/12, que “Aprova calendário, Edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ, para o mandato 2013/2015, e dá outras providências”: O Sr. Moretti apresentou a minuta de deliberação sobre o processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, pontuando as principais alterações propostas pelo GT-Eleições, definindo-se prazos, normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos municípios, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis da área de atuação dos Comitês PCJ, de forma a se garantir a realização de processo

integrado de eleição dos seus membros, conforme dispositivos constantes nos Regimentos Internos do PCJ FEDERAL e CBH-PJ e no Estatuto do CBH-PCJ. O Sr. Moretti ressaltou que o processo eleitoral do CBH-PJ será realizado pelo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, conforme Ofício nº 069/2012/GECBH/IGAM/SISEMA, datado de 24 de julho de 2012, e do Ofício nº 346/2012/DG/IGAM/SISEMA, datado de 10 de outubro de 2012, e informou sobre os procedimentos para o processo eleitoral dos comitês de bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos membros. Não havendo mais manifestações, as propostas para os Processos Eleitorais foram aprovadas por unanimidade. 2.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 162/12, que “Aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – exercício 2013 e dá outras providências”: O Sr. Moretti informou que ocorreram, no dia 25 de outubro de 2012, em Piracicaba/SP, reunião do Conselho Fiscal da Agência PCJ e, no dia 23 de novembro, em Piracicaba/SP, reunião do Conselho Deliberativo da Agência PCJ, quando foram apresentadas e aprovadas as propostas de plano de trabalho e previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ referentes ao ano de 2013 e as apresentou ao plenário, salientando que o custeio administrativo da Agência das Bacias PCJ é coberto pelos 7,5% da cobrança federal, e conforme consta na minuta de deliberação, a proposta para 2013 é de se utilizar os 10% da cobrança paulista. Após as manifestações, o Sr. Moretti colocou as propostas do plano de trabalho e da previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2013, em votação, sendo aprovadas por unanimidade. 2.7. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que “Institui o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e dá outras providências”: O Sr. Moretti lembrou a todos que no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ, em seu 1º Aditivo, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de 16/12/2011, é previsto no Programa de Trabalho, no indicador Planejamento e Gestão, a elaboração de Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em consonância ao Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e que a Agência PCJ está realizando levantamento sobre outras fontes de financiamentos além dos recursos distribuídos pelos Comitês PCJ, com o intuito de elaborar-se um PAP como instrumento de planejamento de médio prazo, com ações relativas aos Programas de Duração Continuada (PDC), estabelecendo-se as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos Comitês PCJ ao longo de um período de quatro anos. O Sr. Moretti informou que, no âmbito da CT-PL, o assunto foi apreciado e deliberou-se que o GT-Critérios, constituído para a revisão dos critérios gerais e específicos para seleção de empreendimentos para financiamento com

Comitês PCJ

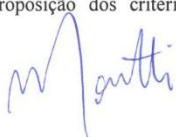
Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ (federal,
510 paulista e mineira) - orçamento de 2013, formado por
representantes da ASSEMAE, do Rotary International,
da ABCON, do DAEE, da COOPERVAP, da SMA, da
SORIDEMA, da CT-AS, do SAAE/Indaiatuba e da
SABESP; estes dois últimos como convidados,
515 trabalhariam para apresentar proposta com ações
constantes do PAP-PCJ 2013-2016 visando: a)
aplicação de cerca de 50% dos recursos das Cobranças
PCJ, correspondentes aos da Cobrança Federal PCJ,
como demandas induzidas, por meio do plano plurianual
520 (PAP); b) para o regime anual de indicações, como
demanda espontânea, os demais recursos das Cobranças
PCJ (cobranças paulista e mineira) e os recursos do
FEHIDRO; c) que o fluxo anual de aplicação tenha
prazo para término em 2014, sendo que, após esse
525 prazo, a aplicação dos recursos também seja de acordo
com um PAP, tanto para o FEHIDRO quanto para as
cobranças paulista e mineira. Na sequência, o Sr. Sergio
apresentou a proposta de distribuição de valores para o
Plano Plurianual, ressaltando que todas as ações
530 apresentadas foram baseadas no Plano de Bacias 2010-
2020, não podendo haver inclusões que não façam
menção ao mesmo. Na sequência o Sr. Moretti,
salientou que as ações constantes do PAP-PCJ 2013-
2016 serão custeadas com recursos financeiros
535 arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos
hídricos de domínio da União (Cobrança Federal PCJ),
previstos para os próximos 4 anos (exercícios de 2013 a
2016), descontando-se o montante de R\$ 6.000.000,00
(seis milhões de reais), que serão aplicados para
540 financiamento de empreendimentos de Demanda
Espontânea no período de 2013 a 2016, nos termos da
Deliberação Comitês PCJ nº 164/2012. Caberá à
Agência das Bacias PCJ elaborar cronograma anual de
contratação das ações propostas no PAP-PCJ 2013-
545 2016, de acordo com prioridades de demandas; contratar
e acompanhar a execução das ações previstas no PAP-
PCJ 2013-2016; atualizar, até o dia 31 de março de cada
ano, os valores das ações previstas, de acordo com os
valores contratados anualmente; propor o
550 remanejamento de saldos não utilizados para outras
ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ
2013-2016; propor a inclusão ou exclusão de ações com
base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de
recursos da Cobrança Federal PCJ. Após as
555 explicações, o Sr. Moretti abriu espaço para discussão
e, não havendo manifestação, colocou a minuta da
deliberação em votação, sendo aprovada por
unanimidade. **2.8. Minuta de Deliberação dos Comitês
PCJ nº 164/12, que "Define cronograma e regras para
560 seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea
visando à indicação para obtenção de financiamento
com recursos do FEHIDRO e das cobranças PCJ
(federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos
hídricos, referentes ao orçamento de 2013, e dá outras
565 providências":** O Sr. Moretti iniciou explicando a
origem dos recursos a serem deliberados e sobre o
grupo de trabalho criado no âmbito da CT-PL para a
proposição dos critérios apresentados na minuta de

deliberação em análise. Em seguida, o Sr. Moretti
570 iniciou a apresentação da minuta de deliberação sobre
os critérios e o cronograma do processo para
distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças
PCJ, para o exercício 2013, explicando que a proposta
apresenta significativas alterações em relação ao ano
575 anterior em virtude do Plano Plurianual e que a minuta
de deliberação está de acordo com o Plano de Bacias
2010-2020. O Sr. Moretti detalhou todo o corpo da
deliberação, apresentando os percentuais de recursos
para cada grupo de empreendimentos e destacando
580 algumas novidades no processo, tais como: a) os
investimentos de demanda induzida, que antes eram
indicados pelas Câmaras Técnicas e indicados
tomadores pela CT-PL, serão inseridos como
investimento da Agência das Bacias PCJ, por meio do
585 PAP, cobertos com recursos da cobrança federal,
visando agilizar a aplicação desses recursos; b) o PAP
também tomará as ações de comunicação, de
recomposição de matas ciliares e planos de saneamento;
c) as ações de demanda espontânea, principalmente para
590 o PDC 5, serão cobertos com a integralidade dos
recursos da cobrança paulista, do FEHIDRO e mais R\$
6.000.000,00 (seis milhões de reais) da cobrança
federal. Após o Sr. Moretti, informou que o Decreto
Paulista nº 51.449/2006, em vigor, estabelece que os
595 recursos para investimentos, decorrentes da Cobrança
Paulista PCJ, disponíveis para distribuição pelos
Comitês PCJ, poderão ser aplicados até 14% no PDC 1;
18% no PDC 5 e, no mínimo, 67% no PDC 3 Plano de
Bacias. Acrescentou que esses percentuais estão sendo
600 alterados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12,
que "Estabelece novos valores para os PUBs das
cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias
hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
(Cobranças PCJ)", aprovada na presente reunião, sendo
605 de 15% no PDC 1, 45% no PDC 3 e 40% no PDC 5.
Contudo, para a distribuição de 2013, os percentuais
continuarão sendo próximos dos valores previstos no
Decreto Paulista nº 51.449/2006, ficando a prioridade de
aplicação dos recursos, da seguinte forma: 1º -
610 atendimento ao limite do PDC 3; 2º - atendimento ao
limite do PDC 1; 3º - atendimento ao PDC 5. Após os
esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para
manifestação dos membros. A Sra. Cláudia Graber, da
entidade Elo Ambiental, mostrou satisfação quanto a
615 aplicação do montante de recursos em empreendimentos
de Demanda Induzida, que será proveniente da cobrança
pelo uso de recursos hídricos de domínio da União
(Cobrança Federal PCJ) por meio do Plano de
Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2013-2016 (PAP-
620 PCJ 2013-2016) e baseados nas ações dos Programas de
Duração Continuada do Plano das Bacias PCJ 2010-
2020. Sugeriu, ainda, que seja elaborado cronograma
para cada uma das fontes de recursos distribuídos no
âmbito dos Comitês PCJ, visando facilitar o
625 entendimento sobre a hierarquização e disponibilização
dos recursos. O Sr. Egberto da Fonseca Casazza,
representante da Secretaria de Meio Ambiente (SMA),
requereu que fossem encaminhadas à Agência das



Página 6 de 8

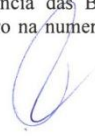
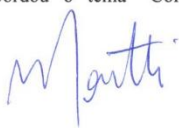
Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

- 630 Bacias PCJ, sugestões acerca de alterações dentro dos processos da avaliação dos agentes técnicos e do acompanhamento dos empreendimentos propostos, pelo FEHIDRO e Cobrança Paulista, tendo em vista que a Secretaria de Meio Ambiente, está reavaliando o seu papel enquanto agente técnico, e os tomadores de recursos poderiam auxiliar com sugestões. Após as manifestações do plenário, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. 2.9. **Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 165/12, que "Cancela a indicação do empreendimento "IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DO LIXIVIADO (CHORUME) DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL", cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Socorro - SP e dá outras providências"**. O Sr. Moretti lembrou que o empreendimento "Implantação do Sistema de Tratamento do Lixiviado (Chorume) do Aterro Sanitário Municipal", cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Socorro/SP, foi indicado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 034/2009, de 21/05/2009, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, no montante de R\$ 468.308,63 (quatrocentos e sessenta e oito mil trezentos oito reais e sessenta e três centavos) com a apresentação de contrapartida de 10% (dez por cento), no valor de R\$ 52.034,29 (cinquenta e dois mil, trinta e quatro reais e vinte e nove centavos), totalizando o valor global de R\$ 520.342,92 (quinhentos e vinte mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), e que o empreendimento foi objeto de contrato junto à Caixa Econômica Federal – CEF/Gidur – Jundiaí, sob nº 292.312-22/09, de 07/07/2009, cuja vigência expirou em 07/09/2012. O Sr. Moretti informou ao plenário que após inúmeras tentativas e orientações por parte da Agência das Bacias PCJ, a Prefeitura Municipal de Socorro não providenciou as devidas contratações e não fez o encaminhamento da respectiva documentação à Caixa Econômica Federal ou à Agência das Bacias PCJ, a fim de que fosse atestado o início do empreendimento em questão. Após, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros que analisaram a proposta do cancelamento da indicação em questão. A proposta é de cancelamento da indicação feita para recursos da Cobrança Federal PCJ, com os recursos financeiros correspondentes sendo acrescidos ao orçamento de 2013, para distribuição pelos Comitês PCJ. O Sr. Moretti colocou a proposta em votação. Não havendo manifestações, a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 165/12, foi aprovada por unanimidade. 3. **Informes: 3.1. Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti comentou sobre as participações de representantes dos Comitês PCJ, através de Comitativa das Coordenações das Câmaras Técnicas, de Representantes do Fórum Nacional e representantes da CT-PL, que estiveram entre os dias 05 e 09 de novembro de 2012, em Cuiabá/MT, participando do XIV ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas que abordou o tema "Comitês de Bacias: Trabalhando Soluções para a Sustentabilidade da Gestão das Águas". O Sr. Moretti, informou que foi realizado de 07 a 09 de novembro de 2012, na Escola de Engenharia de Piracicaba/FUMEP - Piracicaba – SP, o IV Workshop sobre a Utilização de SIG na Análise Ambiental, sendo que, para os Comitês PCJ, foi disponibilizada uma vaga para cada Câmara Técnica. O Sr. Moretti parabenizou e informou que os municípios de Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista foram classificados para receber recursos do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) - 2012, da Agência Nacional de Águas (ANA) com o Empreendimento - SES CAMPO LIMPO PAULISTA E VÁRZEA PAULISTA - ETE + interligações. O Sr. Moretti informou que Câmara Técnica de Educação Ambiental, em sua 55ª Reunião Ordinária, realizada em 16/10/2012, em Rio Claro, elegeu sua nova coordenação, que ficou assim composta: Coordenadora: Vera Lucia Namura (CETESB); Coordenadora-adjunta: Dorisney Ribeiro de Campos (P.M. de Extrema/MG); Secretária: Elizabeth da Silveira Nunes Salles (P.M. de Piracicaba), dando boas vindas as mesmas. O Sr. Moretti, anunciou que foi lançando no dia 10/10/2012 o 1º Programa da TV PCJ: O Valor da Água, que será exibido quinzenalmente, e já estamos apresentando o 5º programa. Os programas podem ser assistidos através do site da Agência das Bacias PCJ (www.agenciapcj.org.br). A iniciativa busca divulgar os trabalhos realizados no âmbito das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia realizou o seminário "Controle Social na Construção de Planos de Bacia: desafios e práticas dos Comitês de Bacias Hidrográficas", no dia 25 de outubro, em Salvador, e a Sra. Maria Fernanda (P.M. de Campinas) e o Sr. Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) foram convidados a participar de painéis previstos na programação deste Seminário, mostrando o exemplo das Bacias PCJ. O Sr. Moretti parabenizou a Companhia de Desenvolvimento (CODEN) e a Prefeitura Municipal de Nova Odessa pela inauguração da Estação de Tratamento Quilombo, que esta sendo realizada na presente data, e que irá atender cerca de 60 mil habitantes. O Sr. Moretti, informou que foi realizado, pelo Consórcio PCJ, no dia 09 de novembro de 2012, na ESALQ/USP, no Município de Piracicaba, o 2º Talk Show Sistema Cantareira: Um Mar de Desafios, que objetiva promover esclarecimentos sobre o Sistema Cantareira, atualidades e base para a renovação da outorga em 2014, visando elucidar a comunidade sobre a atual situação e as necessidades futuras, contando com a participação da sociedade nesse debate de forma a contribuir com soluções harmoniosas para a ampliação da oferta de água de qualidade. O Sr. Moretti agradeceu à primeira dama de Itapeva/MG, Sra. Vania Furquim, por toda a ajuda na realização da presente reunião. O Sr. Moretti passou a palavra a Sra. Vanessa C. Bortolazzo, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, que informou que houve um erro na numeração da reunião

Página 7 de 8



Comitês PCJ


Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

- dos Comitês PCJ, realizada no 31/07/12, no Hotel Fazenda São João, em São Pedro/SP. A reunião deveria ter sido a 8ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, porém, sua numeração saiu como 9ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ. **3.2. Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra a Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ, que demonstrou a situação dos empreendimentos indicados em 2012, e a evolução dos desembolsos e conclusões de projetos das cobranças PCJ e FEHIDRO período de 1994 a 2012. **3.3. Membros dos Plenários:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, Secretário-executivo do Consórcio PCJ, que informou que, juntamente com o Sr. Eduardo Paschoalotti, estiveram presentes em Brasília, participando da Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e um dos assuntos abordados foi a execução de relatório sobre segurança de barragens, pela Agência Nacional de Águas (ANA). Após o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Francisco Antônio Moschini, do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai e do Instituto de Estudos Vale do Tietê, INEVAT, que lembrou as atividades desenvolvidas pelo Sr. Marcos Pareja (*in memoriam*), da entidade Preservação, de Limeira. O Sr. Moschini, ainda registrou homenagem ao prefeito de Camanducaia, Dr. Célio, pelos trabalhos desenvolvidos na região mineira das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sidney José da Rosa, da P. M. de Itapeva, que parabenizou os prefeitos Célio de Faria Santos e Barjas Negri pela excelência na condução dos seus trabalhos enquanto ocuparam os cargos nas presidências dos Comitês PCJ. **4. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti passou aos presidentes e vice-presidente, os quais agradeceram a presença de todos e os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2012. Retomando a palavra, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e, com autorização dos presidentes, deu a reunião por encerrada.



LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ



CÉLIO DE FÁRIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL



BARJAS NEGRI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

ANEXO C - RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS


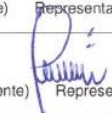
Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
3677 Ademir Ganassi Cadastro PCJ: P.M. de Rio das Pedras (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Rio das Pedras	
211 Adilson Donizeti de Souza Cadastro PCJ: P.M. de Pinhalzinho (Suplente) Representante da P.M. de Pinhalzinho	
190 Adilson José Crippa Cadastro PCJ: P.M. de Monte Alegre do Sul (Suplente) Representante da P.M. de Monte Alegre do Sul	
3755 Agnaldo José Simão Cadastro PCJ: P.M. de Itú (Suplente) Representante da P.M. de Itú	
3691 Aguardando Indicação Cadastro PCJ: P.M. de Limeira (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Limeira	
3680 Aguardando indicação Cadastro PCJ: P.M. de Santa Bárbara d'Oeste (Vice-Prefeito) Representante da AAEE - Artur Nogueira e Ministério da Justiça e Secretaria do Turismo	
254 AI - P.M. de Tuiuti Cadastro PCJ: P.M. de Tuiuti (Suplente) Representante da P.M. de Tuiuti	
3334 Alaor José de Figueiredo Cadastro PCJ: P.M. de Torrinhã (Suplente) Representante da P.M. de Torrinhã	
2780 Aldo Aluizio Silva Cadastro PCJ: P.M. de Hortolândia (Suplente) Representante da P.M. de Hortolândia	
260 Alexandro de Souza Moraes Cadastro PCJ: P.M. de Vargem (Suplente) Representante da P.M. de Vargem	
255 Almir Benedito Antonio de Lima Cadastro PCJ: P.M. de Tuiuti (Prefeito) Representante da P.M. de Tuiuti	
3682 Alvaro Aparecido Ribeiro Cadastro PCJ: P.M. de Santa Maria da Serra (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Santa Maria da Serra	
3647 Amarildo Antonio Zurzo Cadastro PCJ: P.M. de Cordeirópolis (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Cordeirópolis	
3678 Amarildo de Jesus Firmino Cadastro PCJ: P.M. de Saltinho (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Saltinho	
3637 Amarildo Luiz Creschitelli Cadastro PCJ: P.M. de Analândia (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Analândia	
3396 Ana Lúcia Watanabe Cadastro PCJ: P.M. de Piracaia (Suplente) Representante da P.M. de Piracaia	
3695 Ana Maria Gaggini Tellian Cadastro PCJ: P.M. de Mairiporã (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Mairiporã	


Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
152 Angelo Augusto Perugini Cadastro PCJ: P.M. de Hortolândia (Prefeito) Representante da P.M. de Hortolândia	
3636 Anna Luzia de Castro Cadastro PCJ: P.M. de Amparo (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Amparo	
3698 Antonio Carlos Barbosa Cadastro PCJ: P.M. de Sapucaí-Mirim (Vice-Prefeito e Suplente) Representante da P.M. de Sapucaí-Mirim	
101 Antonio Carlos de Siqueira Cadastro PCJ: P.M. de Amparo (Suplente) Representante da P.M. de Amparo	
3672 Antonio Carlos Franco Cadastro PCJ: P.M. de Pinhalzinho (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Pinhalzinho	
3653 Antonio Carlos Pinheiro Cadastro PCJ: P.M. de Indaiatuba (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Indaiatuba	
144 Antonio Fernandes Neto Cadastro PCJ: P.M. de Cosmópolis (Prefeito) Representante da P.M. de Cosmópolis	
3671 Antonio Ganzarolli Filho Cadastro PCJ: P.M. de Pedreira (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Pedreira	
3700 Antonio Ilário Franciscone Filho Cadastro PCJ: P.M. de Dois Córregos (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Dois Córregos	
3683 Antonio Natal Recco Cadastro PCJ: P.M. de Santo Antonio de Posse (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Santo Antonio de Posse	
1840 Antonio Shigueyuki Aiacyda Cadastro PCJ: P.M. de Mairiporã (Prefeito) Representante da P.M. de Mairiporã	
3656 Ariovaldo Hauck da Silva Cadastro PCJ: P.M. de Itatiba (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Itatiba	
130 Armando Hashimoto Cadastro PCJ: P.M. de Campo Limpo Paulista (Prefeito) Representante da P.M. de Campo Limpo Paulista	
219 Barjas Negri Cadastro PCJ: P.M. de Piracicaba (Prefeito) Representante da P.M. de Piracicaba	
259 Benedita Auxiliadora Paes da Rosa Cadastro PCJ: P.M. de Vargem (Prefeito) Representante da P.M. de Vargem	
212 Benedito Aparecido de Lima Cadastro PCJ: P.M. de Pinhalzinho (Prefeito) Representante da P.M. de Pinhalzinho	
3673 Benedito Exedito dos Santos Cadastro PCJ: P.M. de Piracaia (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Piracaia	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
3644 Bruno João Patelli Cadastro PCJ: P.M. de Campo Limpo Paulista (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Campo Limpo Paulista	
189 Carlos Alberto Aparecido de Aguiar Cadastro PCJ: P.M. de Monte Alegre do Sul (Prefeito) Representante da P.M. de Monte Alegre do Sul	
140 Carlos Cezar Tamiazo Cadastro PCJ: P.M. de Cordeirópolis (Prefeito) Representante da P.M. de Cordeirópolis	
3650 Carlos Ernesto Magnugssun Cadastro PCJ: P.M. de Elias Fausto (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Elias Fausto	
192 Carlos Gustavo Rochesel Cadastro PCJ: P.M. de Monte Mor (Suplente) Representante da P.M. de Monte Mor	
2836 Carlos Nelson Bueno Cadastro PCJ: P.M. de Mogi Mirim (Prefeito) Representante da P.M. de Mogi Mirim	
3665 Carlos Roberto Brevi Cadastro PCJ: P.M. de Monte Mor (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Monte Mor	
264 Cássio José Capovilla Cadastro PCJ: P.M. de Vinhedo (Suplente) Representante da P.M. de Vinhedo	
3104 Célia Maria Campos Cadastro PCJ: P.M. de Santa Bárbara d'Oeste (Suplente) Representante da P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	
1795 Célio de Faria Santos Cadastro PCJ: P.M. de Camanducaia (Prefeito) Representante da P.M. de Camanducaia	
2215 Celso Evangelista Martins Cadastro PCJ: P.M. de Cosmópolis (Suplente) Representante da P.M. de Cosmópolis	
172 Celso Soares Nogueira Cadastro PCJ: P.M. de Joanópolis (Prefeito) Representante da P.M. de Joanópolis	
234 Claudemir Francisco Torina Cadastro PCJ: P.M. de Saltinho (Prefeito) Representante da P.M. de Saltinho	
3694 Claudia Viveane de Moraes Andrade Cadastro PCJ: P.M. de Itapeva (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Itapeva	
124 Cláudio Antônio Giannini Cadastro PCJ: P.M. de Cabreúva (Prefeito) Representante da P.M. de Cabreúva	
146 Cyro da Silva Maia Cadastro PCJ: P.M. de Elias Fausto (Prefeito) Representante da P.M. de Elias Fausto	
1796 Daniela de Cássia Galvão Cadastro PCJ: P.M. de Camanducaia (Suplente) Representante da P.M. de Camanducaia	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
119 Dayene Nascimento Paulino Cadastro PCJ: P.M. de Bom Jesus dos Perdões (Suplente) Representante da P.M. de Bom Jesus dos Perdões	
161 Denilson Granço Cadastro PCJ: P.M. de Iracemápolis (Vice-Prefeito e Suplente) Representante da P.M. de Iracemápolis	
107 Diego De Nadai Cadastro PCJ: P.M. de Americana (Prefeito) Representante da P.M. de Americana	
115 Edson Antonio Sacilotto Cadastro PCJ: P.M. de Artur Nogueira (Suplente) Representante da P.M. de Artur Nogueira	
3651 Edson Itamar Picão Cadastro PCJ: P.M. de Holambra (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Holambra	
3692 Edson Tetti Cadastro PCJ: P.M. de Camanducaia (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Camanducaia	
120 Eduardo Henrique Massei Cadastro PCJ: P.M. de Bom Jesus dos Perdões (Prefeito) Representante da P.M. de Bom Jesus dos Perdões	
3640 Eduardo Henrique Massei Cadastro PCJ: P.M. de Bom Jesus dos Perdões (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Bom Jesus dos Perdões	
248 Eduardo Speranza Modesto Cadastro PCJ: P.M. de São Pedro (Prefeito) Representante da P.M. de São Pedro	
261 Eduardo Tadeu Pereira Cadastro PCJ: P.M. de Várzea Paulista (Prefeito) Representante da P.M. de Várzea Paulista	
214 Fabiane Cabral da Costa Santiago Cadastro PCJ: P.M. de Piracaia (Prefeito) Representante da P.M. de Piracaia	
162 Fabio Francisco Zuza Cadastro PCJ: P.M. de Iracemápolis (Prefeito) Representante da P.M. de Iracemápolis	
3697 Flavia Rossi Cadastro PCJ: P.M. de Mogi Mirim (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Mogi Mirim	
166 Francisco Adolfo de Arruda Fanchini Cadastro PCJ: P.M. de Itupeva (Suplente) Representante da P.M. de Itupeva	
2784 Geraldo Gonçalves Pereira Cadastro PCJ: P.M. de Rio Claro (Suplente) Representante da P.M. de Rio Claro	
3664 Geraldo Mozer Cadastro PCJ: P.M. de Monte Alegre do Sul (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Monte Alegre do Sul	
3232 Geraldo Reginaldo Caovila Cadastro PCJ: P.M. de Sapucaí-Mirim (Prefeito) Representante da P.M. de Sapucaí-Mirim	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
193 Gilberto de Mattos Gualberto Cadastro PCJ: P.M. de Morungaba (Suplente) Representante da P.M. de Morungaba	
3358 Graziele Limoni Cadastro PCJ: P.M. de Dois Córregos (Suplente) Representante da P.M. de Dois Córregos	
210 Hamilton Bernardes Junior Cadastro PCJ: P.M. de Pedreira (Prefeito) Representante da P.M. de Pedreira	
3675 Heitor Turolla Cadastro PCJ: P.M. de Rafard (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Rafard	
3754 Herculano Castilho Passos Júnior Cadastro PCJ: P.M. de Itu (Prefeito) Representante da P.M. de Itu	
3667 Humberto Manoel Cruz Cadastro PCJ: P.M. de Nazaré Paulista (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Nazaré Paulista	
163 Idésio Masiero Cadastro PCJ: P.M. de Itatiba (Suplente) Representante da P.M. de Itatiba	
160 Ildebrán Prata Cadastro PCJ: P.M. de Ipeúna (Prefeito) Representante da P.M. de Ipeúna	
3658 Israel Alves Pereira Cadastro PCJ: P.M. de Jaguariúna (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Jaguariúna	
221 Ivan Rosatto de Carvalho Cadastro PCJ: P.M. de Rafard (Suplente) Representante da P.M. de Rafard	
141 Ivanir Franchin Cadastro PCJ: P.M. de Corumbataí (Prefeito) Representante da P.M. de Corumbataí	
3652 Jacyra Aparecida Santos de Souza Cadastro PCJ: P.M. de Hortolândia (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Hortolândia	
121 João Afonso Solis Cadastro PCJ: P.M. de Bragança Paulista (Prefeito) Representante da P.M. de Bragança Paulista	
240 João Carlos Vitte - precatório (e-mail.) Cadastro PCJ: P.M. de Santa Gertrudes (Prefeito) Representante da P.M. de Santa Gertrudes	
164 João Gualberto Fattori Cadastro PCJ: P.M. de Itatiba (Prefeito) Representante da P.M. de Itatiba	
3686 João Henrique Bidoia dos Santos Cadastro PCJ: P.M. de Tuiuti (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Tuiuti	
122 Joaquim Gilberto de Oliveira Cadastro PCJ: P.M. de Bragança Paulista (Suplente) Representante da P.M. de Bragança Paulista	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
1841 Jonpeter Germano Glaeser Cadastro PCJ: P.M. de Mairiporã (Suplente) Representante da P.M. de Mairiporã	
3696 Jorge Fruchi Cadastro PCJ: P.M. de Socorro (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Socorro	
3699 José Abdala Cury Cadastro PCJ: P.M. de Torrinha (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Torrinha	
251 José Antonio Bacchim Cadastro PCJ: P.M. de Sumaré (Prefeito) Representante da P.M. de Sumaré	
3645 José Antonio de Almeida Pacheco Jr. Cadastro PCJ: P.M. de Capivari (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Capivari	
3802 José Antonio de Andrade Dias da Silva Cadastro PCJ: P.M. de Holambra (Suplente) Representante da P.M. de Holambra	
3654 Jose Antonio de Campos Cadastro PCJ: P.M. de Ipeúna (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Ipeúna	
112 José Batista Marinho Cadastro PCJ: P.M. de Analândia (Suplente) Representante da P.M. de Analândia	
196 José Benedito Pinheiro Neto Cadastro PCJ: P.M. de Nazaré Paulista (Suplente) Representante da P.M. de Nazaré Paulista	
116 José Bernardo Denig Cadastro PCJ: P.M. de Atibaia (Prefeito) Representante da P.M. de Atibaia	
3648 Jose Carlos Rampim Cadastro PCJ: P.M. de Corumbataí (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Corumbataí	
169 José Francisco Bernardes Veiga da Silva Cadastro PCJ: P.M. de Jaguariúna (Suplente) Representante da P.M. de Jaguariúna	
235 José Geraldo Garcia Cadastro PCJ: P.M. de Salto (Prefeito) Representante da P.M. de Salto	
244 José Henrique Villela Guerra Cadastro PCJ: P.M. de Santo Antonio de Posse (Suplente) Representante da P.M. de Santo Antonio de Posse	
171 José Lélío de Moura Cadastro PCJ: P.M. de Jarinú (Suplente) Representante da P.M. de Jarinú	
133 José Luiz Cabral Cadastro PCJ: P.M. de Capivari (Suplente) Representante da P.M. de Capivari	
3657 José Luiz Sai Cadastro PCJ: P.M. de Itupeva (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Itupeva	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
3642 José Mauro de Oliveira Cadastro PCJ: P.M. de Cabreúva (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Cabreúva	
209 José Moretti Neto Cadastro PCJ: P.M. de Pedreira (Suplente) Representante da P.M. de Pedreira	
205 José Pavam Junior Cadastro PCJ: P.M. de Paulínia (Prefeito) Representante da P.M. de Paulínia	
2654 José Roberto Carvalho dos Santos Cadastro PCJ: P.M. de Mombuca (Suplente) Representante da P.M. de Mombuca	
194 José Roberto Zem Cadastro PCJ: P.M. de Morungaba (Prefeito) Representante da P.M. de Morungaba	
207 Jose Ronaldo Leme Cadastro PCJ: P.M. de Pedra Bela (Prefeito) Representante da P.M. de Pedra Bela	
159 José Sylvio Pasetto Cadastro PCJ: P.M. de Ipeúna (Suplente) Representante da P.M. de Ipeúna	
242 Josias Zani Neto Cadastro PCJ: P.M. de Santa Maria da Serra (Prefeito) Representante da P.M. de Santa Maria da Serra	
3679 Juvenil Cirelli Cadastro PCJ: P.M. de Salto (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Salto	
3670 Laudisseia Regiane de Toledo Cadastro PCJ: P.M. de Pedra Bela (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Pedra Bela	
2098 Lucidalva Luz dos Santos Cadastro PCJ: P.M. de Indaiatuba (Suplente) Representante da P.M. de Indaiatuba	
142 Lucilene de Aquino Cadastro PCJ: P.M. de Corumbataí (Suplente) Representante da P.M. de Corumbataí	
134 Luis Donisete Campaci Cadastro PCJ: P.M. de Capivari (Prefeito) Representante da P.M. de Capivari	
370 Luis Fernando Ferraz de Toledo Cadastro PCJ: P.M. de Saltinho (Suplente) Representante da P.M. de Saltinho	
2835 Luis Rodrigo Sernaglia Cadastro PCJ: P.M. de Mogi Mirim (Suplente) Representante da P.M. de Mogi Mirim	
111 Luiz Antonio Aparecido Garbuio Cadastro PCJ: P.M. de Analândia (Prefeito) Representante da P.M. de Analândia	
3357 Luiz Antonio Nais Cadastro PCJ: P.M. de Dois Córregos (Prefeito) Representante da P.M. de Dois Córregos	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
3689 Luiz Antonio Raniero Cadastro PCJ: P.M. de Várzea Paulista (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Várzea Paulista	
1797 Luiz Carlos Bergamin Cadastro PCJ: P.M. de Extrema (Prefeito) Representante da P.M. de Extrema	
139 Luiz Carlos da Silva Cadastro PCJ: P.M. de Cordeirópolis (Suplente) Representante da P.M. de Cordeirópolis	
3661 Luiz Fernando Arantes Machado Cadastro PCJ: P.M. de Jundiá (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Jundiá	
3641 Luiz Gonzaga Pires Matias Cadastro PCJ: P.M. de Bragança Paulista (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Bragança Paulista	
145 Luiz Ronaldo França II Cadastro PCJ: P.M. de Elias Fausto (Suplente) Representante da P.M. de Elias Fausto	
3693 Manoel Quelhas Filho Cadastro PCJ: P.M. de Extrema (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Extrema	
200 Manoel Samartin Cadastro PCJ: P.M. de Nova Odessa (Prefeito) Representante da P.M. de Nova Odessa	
113 Marcelo Capelini Cadastro PCJ: P.M. de Artur Nogueira (Prefeito) Representante da P.M. de Artur Nogueira	
262 Marcelo Firmino de Oliveira Cadastro PCJ: P.M. de Várzea Paulista (Suplente) Representante da P.M. de Várzea Paulista	
4090 Márcia Cavazana Nogueira Cadastro PCJ: P.M. de Atibaia (Suplente) Representante da ASSEMAE e P.M. de Atibaia	
168 Marcio Gustavo Bernardes Reis Cadastro PCJ: P.M. de Jaguariúna (Prefeito) Representante da P.M. de Jaguariúna	
2725 Márcio Mendes da Silva Cadastro PCJ: P.M. de Salto (Suplente) Representante da ASSEMAE e P.M. de Salto	
222 Marcio Minamioka Cadastro PCJ: P.M. de Rafard (Prefeito) Representante da P.M. de Rafard	
3666 Marco Antonio de Oliveira Cadastro PCJ: P.M. de Morungaba (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Morungaba	
228 Marco Antonio Montagnani Cadastro PCJ: P.M. de Rio das Pedras (Suplente) Representante da P.M. de Rio das Pedras	
188 Marcos Antonio Poletti Cadastro PCJ: P.M. de Mombuca (Prefeito) Representante da P.M. de Mombuca	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

	Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
229	Marcos Buzetto Cadastro PCJ: P.M. de Rio das Pedras (Prefeito) Representante da P.M. de Rio das Pedras	
257	Marcos José da Silva Cadastro PCJ: P.M. de Valinhos (Prefeito) Representante da P.M. de Valinhos	
2409	Marcos José Lomonico Cadastro PCJ: P.M. de Socorro (Suplente) Representante da P.M. de Socorro	
149	Margareti Rose de Oliveira Groot Cadastro PCJ: P.M. de Holambra (Prefeito) Representante da P.M. de Holambra	
432	Maria das Graças Martini Cadastro PCJ: P.M. de Jundiá (Suplente) Representante da ASSEMAE e P.M. de Jundiá	
170	Maria de Fátima de Moura Lorencini Cadastro PCJ: P.M. de Jarinú (Prefeito) Representante da P.M. de Jarinú	
4091	Maria Fernanda Spina Chiochetti Cadastro PCJ: P.M. de Campinas (Suplente) Representante da P.M. de Campinas	<i>assinada no Prefeito</i>
3082	Maria Helena Rodrigues Scavone Cadastro PCJ: P.M. de Cabreúva (Suplente) Representante da P.M. de Cabreúva	
3663	Maria Ruth Bellanga de Oliveira Cadastro PCJ: P.M. de Mombuca (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Mombuca	
195	Mario Antonio Pinheiro Cadastro PCJ: P.M. de Nazaré Paulista (Prefeito) Representante da P.M. de Nazaré Paulista	
238	Mário Celso Heins Cadastro PCJ: P.M. de Santa Bárbara d'Oeste (Prefeito) Representante da P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	<i>Luís Vanderlei Riquenza - novo prefeito - procuração /</i> <i>At. Campos</i>
2410	Marisa de Souza Pinto Fontana Cadastro PCJ: P.M. de Socorro (Prefeito) Representante da P.M. de Socorro	<i>Marisa de Souza Pinto Fontana</i>
175	Miguel Haddad Cadastro PCJ: P.M. de Jundiá (Prefeito) Representante da P.M. de Jundiá	
263	Milton Alvaro Serafin Cadastro PCJ: P.M. de Vinhedo (Prefeito) Representante da P.M. de Vinhedo	
3687	Moysés Antonio Moysés Cadastro PCJ: P.M. de Valinhos (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Valinhos	
208	Não Indicado Cadastro PCJ: P.M. de Pedra Bela (Suplente) Representante da P.M. de Toledo	
1802	Não Indicado Cadastro PCJ: P.M. de Toledo (Suplente) Representante da P.M. de Toledo	



10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
132 Neive Luiz Rodrigues Noguero Cadastro PCJ: P.M. de Campo Limpo Paulista (Suplente) Representante da P.M. de Campo Limpo Paulista	
3688 Nelsa Maria Negretti de Lima Cadastro PCJ: P.M. de Vargem (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Vargem	
3684 Nelson Santo Baltieri Cadastro PCJ: P.M. de São Pedro (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de São Pedro	
245 Norberto de Olivério Junior Cadastro PCJ: P.M. de Santo Antonio de Posse (Prefeito) Representante da P.M. de Santo Antonio de Posse	
167 Ocimar Polli Cadastro PCJ: P.M. de Itupeva (Prefeito) Representante da P.M. de Itupeva	
3676 Olga Lopes Salomão Cadastro PCJ: P.M. de Rio Claro (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Rio Claro	
265 Orlando José Zovico Cadastro PCJ: P.M. de Limeira (Prefeito) Representante da P.M. de Limeira	
241 Osmar da Silva Junior Cadastro PCJ: P.M. de Santa Gertrudes (Suplente) Representante da P.M. de Santa Gertrudes	
223 Palminio Altimari Filho Cadastro PCJ: P.M. de Rio Claro (Prefeito) Representante da P.M. de Rio Claro	
105 Paulo César Borges Cadastro PCJ: P.M. de Águas de São Pedro (Prefeito) Representante da P.M. de Águas de São Pedro	
1798 Paulo Henrique Pereira Cadastro PCJ: P.M. de Extrema (Suplente) Representante da AME e P.M. de Extrema	
110 Paulo Turato Miotto Cadastro PCJ: P.M. de Amparo (Prefeito) Representante da P.M. de Amparo	
3681 Pedro Aparecido Garcia Cadastro PCJ: P.M. de Santa Gertrudes (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Santa Gertrudes	
126 Pedro Serafim Cadastro PCJ: P.M. de Campinas (Prefeito) Representante da P.M. de Campinas	
3780 Persão Magossi Cadastro PCJ: P.M. de Santa Maria da Serra (Suplente) Representante da P.M. de Santa Maria da Serra	
3798 Rafael Brocchi de Mattos Cadastro PCJ: P.M. de Americana (Suplente) Representante da APABARPA/GRUDE	
106 Raymundo Lazo Proficio Cadastro PCJ: P.M. de Águas de São Pedro (Suplente) Representante da P.M. de Águas de São Pedro	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
156 Reinaldo Nogueira Lopes Cruz Cadastro PCJ: P.M. de Indaiatuba (Prefeito) Representante da P.M. de Indaiatuba	
3639 Ricardo dos Santos Antonio Cadastro PCJ: P.M. de Atibaia (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Atibaia	
204 Ricardo José Ferro Cadastro PCJ: P.M. de Paulínia (Suplente) Representante da P.M. de Paulínia	
3320 Ricardo Ongaro Cadastro PCJ: P.M. de Nova Odessa (Suplente) Representante da CODEN e P.M. de Nova Odessa	
3659 Roberval Parise Cadastro PCJ: P.M. de Jarinú (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Jarinú	
3638 Rodolfo Simões Coelho Cadastro PCJ: P.M. de Artur Nogueira (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Artur Nogueira	
191 Rodrigo Maia Santos Cadastro PCJ: P.M. de Monte Mor (Prefeito) Representante da P.M. de Monte Mor	
3091 Rogelio Garcia Bonil Cadastro PCJ: P.M. de Sumaré (Suplente) Representante da P.M. de Sumaré	
2004 Rogério Mesquita Cadastro PCJ: P.M. de Limeira (Suplente) Representante da P.M. de Limeira	
136 Romeu Antonio Verdi Cadastro PCJ: P.M. de Charqueada (Prefeito) Representante da P.M. de Charqueada	
256 Rover José Rondinelli Ribeiro Cadastro PCJ: P.M. de Valinhos (Suplente) Representante da P.M. de Valinhos	
3668 Salime Abdo Cadastro PCJ: P.M. de Nova Odessa (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Nova Odessa	
3635 Semi Calil Canfour Cadastro PCJ: P.M. de Americana (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Americana	
247 Sérgio da Silva Cadastro PCJ: P.M. de São Pedro (Suplente) Representante da P.M. de São Pedro	
3674 Sergio José Dias Pacheco Cadastro PCJ: P.M. de Piracicaba (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Piracicaba	
1800 Sidney José da Rosa Cadastro PCJ: P.M. de Itapeva (Suplente) Representante da P.M. de Itapeva	
3634 Silvio César Corrente Cadastro PCJ: P.M. de Águas de São Pedro (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Águas de São Pedro	

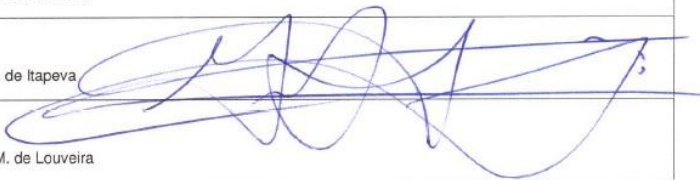
Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
3669 Simone Moura Cadastro PCJ: P.M. de Paulínia (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Paulínia	
183 Tatiana Fidelis Correia da Silva Cadastro PCJ: P.M. de Louveira (Suplente) Representante da P.M. de Louveira	
3332 Thiago Rodrigo Rochiti Cadastro PCJ: P.M. de Torrinha (Prefeito) Representante da P.M. de Torrinha	
1799 Urias Paulo Furquim Cadastro PCJ: P.M. de Itapeva (Prefeito) Representante da P.M. de Itapeva	
182 Valmir Magalhães Cadastro PCJ: P.M. de Louveira (Prefeito) Representante da P.M. de Louveira	
3662 Valmir Magalhães Cadastro PCJ: P.M. de Louveira (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Louveira	
3649 Vicente Aparecido Galatti Cadastro PCJ: P.M. de Cosmópolis (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Cosmópolis	
1801 Vicente Pereira de Souza Neto Cadastro PCJ: P.M. de Toledo (Prefeito) Representante da P.M. de Toledo	
3685 Vilson Oshin Alves Cadastro PCJ: P.M. de Sumaré (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Sumaré	
3094 Vinicius de Moraes Ferrari Cadastro PCJ: P.M. de Joanópolis (Suplente) Representante da P.M. de Joanópolis	
215 Vlamir Augusto Schiavuzzo Cadastro PCJ: P.M. de Piracicaba (Suplente) Representante da P.M. de Piracicaba	
137 Wagner Jorge Cadastro PCJ: P.M. de Charqueada (Suplente) Representante da P.M. de Charqueada	
3646 Wilson Tietz Cadastro PCJ: P.M. de Charqueada (Vice-Prefeito) Representante da P.M. de Charqueada	

**ANEXO D - RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO,
ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS**


Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
3816 Aguardando indicação Representante: AAEA - Artur Nogueira e Ministério da Justiça e Secretaria do Turismo	
4183 Aguardando Indicação Representante: AAEA - Artur Nogueira e Ministério da Justiça e Secretaria do Turismo	
2494 Alexandre José Grego Representante: COPASA	
1900 Alexandre Magrineli dos Reis Representante: FEAM	
3820 Álvaro França Representante: Piracicaba 2010	
1902 Ana Cristina Monteiro Mascarenhas Representante: SRHU/MMA	
3831 Ana Maria Heleno de Oliveira Representante: Sindicato Rural de Extrema	
378 Ana Maria Leme da Silva Sampaio Representante: Secretaria de Desenvolvimento Social	
3822 Ana Maria Souza Pereira Representante: ABES-SP	
1858 André Elia Neto Representante: ÚNICA	
2502 Angelo César Bosqueiro Representante: SAA	
50 Antonio Carlos Scomparim Representante: CODASP	
2840 Antonio Carlos Teixeira Representante: SABESP	
3825 Antonio Victor Basaglia Representante: AME	
3824 Arthur Machado Catunda Representante: CIESP - DR Bragança Paulista	
308 Augusto Olavo Leite Representante: Secretaria dos Transportes	
3710 Bruno Cruz Talon Representante: CIESP - DR Indaiatuba	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
4171 Carlos Alberto Miranda da Silva Representante: SABESP	
3845 Carlos Rene Nunes Galvão Barreto Representante: Secretaria de Energia	
2408 Cícero Aparecido Moura de Jesus Representante: P.M. de Americana	
2892 Claudia Grabher Representante: Elo Ambiental	
3846 Daniel Jesus de Lima Representante: Secretaria de Energia	
2854 Eduardo Lovo Paschoalotti Representante: CIESP - DR Limeira e COOPERVAP	
3819 Edwaldo Luiz de Oliveira Representante: Terceira Via	
4079 Egberto da Fonseca Casazza Representante: SMA	
2148 Eneida Mara Moraes Zanella Representante: CETESB	
2120 Enio Antonio Campana Representante: ABCON	
291 Ester Aparecida Viana Representante: Secretaria de Planejamento	
3608 Fábio da Nóbrega Representante: 4ª Cia de Polícia Ambiental	
3607 Fábio Luis Poletti Representante: 4ª Cia de Polícia Ambiental	
3817 Felipe Róger Victor Representante: FUMEP	
3337 Fernanda Nunes de Paiva Representante: Circuito Turístico Serras Verdes	
2888 Filipe Marcelo Gonçalves Becari Representante: Fórum das Entidades Cíveis	
454 Francisco Antonio Moschini Representante: Consórcio Pirai e INEVAT	


Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
2785 Francisco Carlos Castro Lahóz Representante: Consórcio PCJ	
1903 Franklin de Paula Júnior Representante: SRHU/MMA	
290 Gabriel Chamma Jr. Representante: Secretaria de Planejamento	
288 Giovanni Dell'Isola Neto Representante: Secretaria de Desenvolvimento	
2893 Harold Gordon Fowler + Representante: SORIDEMA	
2839 Hélio Rubens G. Figueiredo Representante: SABESP	
2858 Homero Scarso Representante: CIESP - DR Piracicaba	
2846 Hugo Marcos Piffer Leme Representante: ASSEMAE	
3585 Irani Braga Ramos Representante: Ministério da Integração Nacional	
3829 Ivan Pedro Malutá Representante: SIMESPI	
91 Jesse Palma Representante: Fundação Florestal	
3319 João Carlos Leme Ribeiro Representante: Sindicato Rural de Bragança Pta	
312 João Primo Baraldi Representante: Sindicato Rural de Rio Claro	
3336 José Almeida Chagas Representante: AME	
2873 José Carlos Zambone Representante: Circuito Turístico Serras Verdes	
4078 José Cezar Zoccal Representante: CODASP	
3586 José Luiz de Souza Representante: Ministério da Integração Nacional	


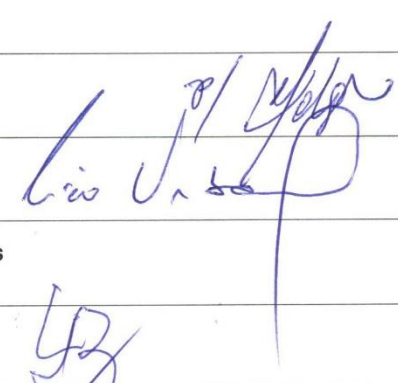

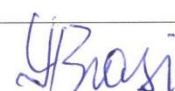
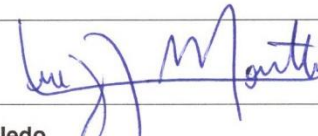
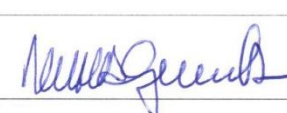
Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
3142 José Maria do Couto Representante: SINMEC	
2870 José Rodolfo Penatti Representante: Sindicato Rural de Piracicaba	
3578 Josino Garcia Neto Representante: Sindicato Rural de Extrema	
3335 Leandro Zanini Santos Representante: CIESP - DR Americana	
2805 Leonildo Ednilson Urbano Representante: DAEE e SSRH	
468 Lia Martucci Amorim dos Santos Representante: Fundação Florestal	
1877 Luis Fernando Amaral Binda Representante: Sindicato Rural de Campinas	
1920 Luiz Alberto Buschinelli Carneiro Representante: Secretaria da Saúde	
3457 Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi Representante: Rotary Internacional - D4590	
294 Luiz Antonio Charilli Representante: Secretaria do Esporte	
2877 Luiz Carlos Silveira Representante: SIESP	
3605 Luiz Gustavo Nogueira Representante: CIESP - DR Rio Claro	
1884 Luiz Roberto Moretti Representante: DAEE e SSRH	
3830 Marcelo Leite Vasco de Toledo Representante: Sindicato Rural de Amparo	
307 Marcelo Pocci Bandeira Representante: Secretaria dos Transportes	
284 Marcos César Prado Representante: Secretaria da Saúde	
379 Maria Aparecida Ribeiro Germek Representante: Secretaria de Desenvolvimento Social	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
2872 Maria da Glória de Jesus Representante: Sindicato Rural de Extrema	
3826 Maria Natalina Mazochi Representante: AME	Maria N. Mazochi
1901 Maurício Roberto Fernandes Representante: SEAPA	
40 Mauro José Lauro Representante: CIESP - DR Campinas	
3601 Michevelyn Ferraz Santos Sorrilia Representante: CIESP - DR Santa Bárbara d'Oeste	x/ Michel
3818 Nelson Antonio Pinotti Representante: Lions Piracicaba Centro	
3333 Nilton Piccin Representante: Sindicato Rural de Limeira	
1887 Oldack Chaves Representante: Secretaria da Educação	
2648 Osvaldo de Oliveira Vieira Representante: SABESP	
3827 Patrícia Akemi Omura Representante: AME	Patrícia Akemi Omura
3823 Paulo Dallari Soares Representante: FIESP	
3363 Paulo Roberto S. Tinel Representante: ASSEMAE	
1896 Paulo Teodoro de Carvalho Representante: SEMAD	
2286 Plínio Barbosa de Camargo Representante: CENA/USP	Plínio Barbosa de Camargo
3576 Rachel Marmo Azzari Representante: SMA	
4186 Raquel Junqueira Costa Representante: IEF	Raquel J. Costa
3125 Raquel Junqueira Costa Representante: IEF	Raquel J. Costa


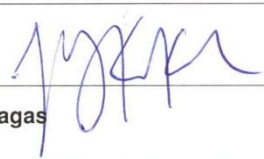

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ); a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) 13.199/99 (CBH-PJ)

10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ

Clube Literário e Recreativo - Itapeva - MG - 14/12/2012 - 11:00h

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Nome do Membro Representante / Entidade	ASSINATURA
2106 Regina Teresa Rosim Monteiro Representante: CENA/USP	
1898 Renata Maria Araújo Representante: IGAM	
3326 Ricardo Otto Leão Schmidt Representante: FLORESPI	
2978 Rita de Cássia Lorenzi Representante: CETESB	
2862 Roberto Mario Polga Representante: CIESP - DR Jundiá	
3584 Rodolfo Tsunetaka Tamanaha Representante: Ministério da Justiça	
2250 Romualdo José Kokol Representante: DAE Americana	
3392 Sandro Oliveira das Chagas Representante: AME	
3800 Sérgio Rocha Lima Diehl Representante: SAA	
3141 Silvio Cesarino Representante: SINMEC	
281 Tabir Pirajá de Macedo Filho Representante: Secretaria da Fazenda	
3799 Vitor Pereira Pinto Representante: SIESP	
3821 Waldemar Bóbo Representante: IPSA	
3828 Wesley Arradi Representante: SABESP	

APÊNDICE - RELATÓRIO SÍNTESE DO PLANO DE BACIAS PCJ 2010 A 2020.